

Resumo

Fora do nosso próprio mundo há um vasto mundo de histórias que merecem ser contadas. Todos os dias, uma pequena parte dessas histórias chegam a vida de milhares de pessoas espalhadas pelo mundo. Os correspondentes estrangeiros, um pouco por todo mundo, interiorizam os valores sociais e culturais que uma sociedade, muitas vezes bastante diferentes da sua, tem. Buscam nela as pequenas histórias que pode contar ao seu público e dão assim a conhecer ao mundo uma nova realidade. Este é o trabalho dos correspondentes estrangeiros que são jornalistas que se dedicam à busca de particularidades que podem marcar a diferença, que podem chamar à atenção para um problema mundial. Muitos dos correspondentes estrangeiros permanecem num país por tempo suficiente para serem considerados locais. É uma das situações dos correspondentes estrangeiros em Portugal. Ao estudarmos estes profissionais temos por objectivo descobrir o que escrevem estes jornalistas sobre Portugal. Não podemos esquecer que, é o trabalho destes profissionais que transmite a imagem de Portugal para o mundo.

Abstract

Outside our own world there is a larger world full of stories that deserve to be told. Everyday, a small part of that stories arrive at the life of thousands of people all over the world. The foreign correspondents are all around the world understanding values of this society, many times, quite different of there own society, in order to find little stories that they can bring to there public which would given to them the knowledge and the understanding of a new reality. This is the work of the foreign correspondents, who are journalists that are dedicated of the finding of little things, that can make the difference or to call the attention to an world problem. Many foreign correspondents stay in a country for so long that they are considerate as locals and that is one of the situations that are present in Portugal. Our intention in studying these professionals was to find out what they write about Portugal. We can not forget that the work of these journalists is what broadcast the image of Portugal to the world.

Índice

Resumo	2
Abstract	3
Introdução	6
Capítulo 1 – O mundo, os acontecimentos e os correspondentes	9
1.1 - As notícias internacionais	10
1.2 - Correspondente Estrangeiro	15
1.3 - Correspondente de Guerra e o Enviado Especial	20
Capítulo 2 - Correspondentes estrangeiros em Portugal	25
2.1 - “O país onde nada acontece”	28
2.2 - Eleições de 1958 e o Massacre de Wiryamu	35
2.3 - 25 de Abril de 1974	44
2.4 - Os primeiros dias da Revolução	48
2.5 - Os primeiros meses do pós-25 de Abril	50
2.6 - Até à actualidade	53
Capítulo 3 – Estado da arte, objectivos e métodos	57
3.1 - O que sabemos sobre os correspondentes estrangeiros em Portugal	60
3.2 - O que queremos saber sobre os correspondentes estrangeiros em Portugal...	65
3.3 - Metodologia	67
Capítulo 4 - Análise das entrevistas	74
4.1 - Tempo de permanência em Portugal, motivos da sua presença no país e a correspondência em outros países	75
4.2 - O perfil português	77
4.3 - Como surgem os temas sobre Portugal na imprensa internacional	80

4.4 - Realidade nacional, notícia internacional	83
4.5 - As notícias mais produzidas sobre Portugal	91
4.6 - As fontes em Portugal	92
4.7 - O caso Maddie	94
4.8 - Paralelismo e identificação	97
Capítulo 5 - Conclusão	99
Bibliografia	102
Anexos	106

Introdução

“Delahany pôs os óculos e leu com o indicador esticado.

- Humm – resmungou. – Humm. Nada mau. Já vi pior. O que quer dizer com isto, aqui? Oh, faz sentido. Acho que consegue fazer este tipo de trabalho, Mr. Weisz. E importa-se com aquilo que faz, Mr. Weisz? Os novos esgotos de Antuérpia? O concurso de beleza de Düsseldorf? Não se importa de fazer esse tipo de coisas? Em que estado se encontra o seu alemão? Falava-o em casa? Um pouco de servo-croata? Mal não faz. Oh, estou a ver, Trieste, sim, as pessoas falam de tudo lá, não é assim? Como está o seu francês? Sim, eu também, safo-me... eles olham para nós meio de lado, mas lá nos arranjam. Arranha espanhol? Não, não se preocupe, vão aprendê-lo bem. Agora, deixe-me ser honesto consigo, aqui fazemos as coisas à maneira da Reuters. Vai aprender as regras, tudo o que tem a fazer é segui-las. E tenho de lhe dizer que não será *o* homem da Reuters em Paris. Mas será *um* homem da Reuters, e isso não é nada mau. Foi o que eu fui e escrevi sobre tudo e mais alguma coisa. Por isso, diga-me, o que acha, Mr. Weisz? É capaz? Andar de comboio e de carroça e afins e arranjar-nos a história? Com emoção? Com uma queda para o lado humano, pelo primeiro-ministro sentado à sua secretária enorme e pelo camponês no seu pequeno quinhão de terra? Acha que consegue? Eu sei que sim! E vai sair-se muito bem. E por que não começar já? Digamos, amanhã? Quem ocupava o cargo, bem, há uma semana foi à Holanda e desmaiou no colo da rainha. É a praga desta profissão, Mr. Weisz, imagino que tenha noção disso. Muito bem, tem alguma pergunta a fazer? Não? Então está bem, isso traz-nos ao tema sombrio do dinheiro.” (Furst, 2007: 39-40)

O correspondente que é acima descrito, nos dias de hoje, é um mito. O mundo do jornalismo alterou-se desde os tempos de Mr. Weisz, bem como o mundo da correspondência internacional. Noutros tempos, como no tempo de Mr. Weisz, correspondente da agência Reuters, enviado um pouco por toda a Europa para reportar um continente à beira de uma guerra mundial, os correspondentes estrangeiros eram a elite do jornalismo. Como diz o ditado popular: mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.

Nos dias de hoje, os correspondentes estrangeiros já não são a elite do jornalismo, que usufruíam de vários benefícios e de condições económicas adequadas ao seu estatuto. Nos dias de hoje, os correspondentes estrangeiros são jornalistas que trabalham, em muitos casos, como freelancers, desempenhando a sua actividade profissional para vários órgãos de comunicação.

Em outros tempos, já passados, o correspondente estrangeiro emergia na sociedade como um herói. Era o herói do imaginário criado pelos livros e pelos filmes. Era, então, o herói que transmitia a realidade de um mundo conturbado e que vivia uma vida boémia. Era o herói galã que em cada país tinha um amor diferente. Era o herói que, por vezes, e em nome da pátria ou do amor, mantinha uma relação estreita com os serviços secretos, indo algumas vezes, além de apenas uma relação estreita. Era assim

Carlo Weisz o correspondente da agência Reuters, que saiu da sua Itália natal para fugir ao fascismo de Mussolini.

Muitas histórias em que correspondentes estrangeiros figuram como heróis do seu tempo poderiam ser contadas mas, o importante é partir do princípio que a elite do jornalismo já foi destronada, dando lugar a uma posição muito mais recatada no mundo das notícias.

Quando partimos para esta investigação tínhamos como objectivo procurar resposta para a questão: qual é a agenda dos correspondentes estrangeiros? Mas para podermos avançar com uma resposta para esta questão tínhamos que atender àquilo que é o mundo dos correspondentes estrangeiros. Sabíamos que os correspondentes do início do século XXI eram diferentes dos correspondentes do início do século XX. A forma como a profissão é desempenhada é diferente, o mundo é diferente e, conseqüentemente, as notícias são diferentes. O mundo assistiu a duas guerras que atingiram proporções continentais, que tiveram como resultado, no mundo do jornalismo a emergência de outras figuras, o correspondente de guerra e o enviado especial, que frequentemente são confundidas com o correspondente estrangeiro. Por isso no primeiro capítulo procuramos desmitificar estas três actividades jornalísticas, que têm como objectivo a produção de notícias internacionais.

No segundo capítulo e porque ao falarmos da figura do correspondente estrangeiro e da sua produção noticiosa internacional, não podíamos deixar de falar naquele que foi o percurso dos correspondentes estrangeiros por Portugal. Afinal, esta investigação trata da agenda dos correspondentes estrangeiros em Portugal. Tínhamos de saber se, historicamente estes profissionais tinham um percurso que os ligava a este país, quando surgiram e que motivações os levaram a vir para Portugal.

No terceiro capítulo e apesar sabermos que Portugal tinha uma importância relativamente pequena no panorama mediático internacional, procuramos as razões para essa tímida relevância. Por essa razão, fomos em busca de outros investigadores que tivessem tratado este tema, para que pudéssemos entender e demonstrar aquilo que já era conhecido sobre estes profissionais do jornalismo. Procurámos também traçar, não exaustivamente, o percurso histórico do país como foco das notícias internacionais ao longo do século XX, numa tentativa de compreendermos as lógicas que têm preponderado quanto à atracção de correspondentes a Portugal e quanto à imagem do

país no exterior. É neste capítulo também que delineamos quais são os nossos objectivos e qual a metodologia escolhida para a nossa investigação.

E no quarto capítulo, após termos conhecimento das conclusões a que os outros investigadores chegaram, partimos para a nossa própria investigação. Para podermos entender quais são os temas que os correspondentes mais tratam sobre o país, ou por outras palavras quais são temas que são mais veiculados na imprensa estrangeira sobre Portugal, resolvemos entrevistar alguns destes profissionais em Portugal. Não nos esquecemos que os correspondentes estrangeiros em Portugal são um dos veículos de difusão do nome de Portugal no estrangeiro e por isso consideramos ser importante entender o que é mais procurado pelos *media* dos outros países sobre Portugal.

Capítulo 1- O mundo, os acontecimentos e os correspondentes

O mundo é cheio de acontecimentos. Uns são alvo da atenção dos *media*, outros não. A linha imaginária do Equador divide o mundo em hemisfério norte e hemisfério sul mas, no “mundo do jornalismo” podemos considerá-lo dividido em zonas centrais e zonas periféricas. As zonas centrais, devido às suas características, possuem acontecimentos que são alvo de uma maior atenção por parte dos *media*, e por essa mesma razão, constituem mais vezes notícia à escala mundial. Quanto às zonas periféricas, considera-se que desenvolvem acontecimentos que interessam apenas a uma minoria, que pode ser formada, por exemplo, pelos seus países vizinhos com quem têm importantes parcerias económicas e sociais.

“Galtung (em Mowlana, 1985) explicou o padrão global dos media em termo de um modelo de «centro-periferia» de acordo com o qual as nações do mundo podem ser classificadas ou como centrais e dominantes ou como periféricas e dependentes, com um fluxo predominante das primeiras para as últimas. Alguns países maiores e mais «centrais» originam notícias e outros conteúdos mediáticos e distribuem-nos aos seus próprios «satélites». Em geral são os Estados Unidos e os maiores países da Europa Ocidental (França, Inglaterra, Itália, Alemanha e Espanha) que são mais «centrais» e que têm satélites em fila. Mas a China e o Japão têm os seus próprios «satélites» e o mundo árabe as suas próprias pequenas galáxias. A antiga União Soviética era outra potência «central» dos media cuja influência foi dissipada. A configuração particular muda com o tempo e difere de meio para meio (imprensa, televisão, música, cinema). Característica deste modelo é existir apenas um fluxo limitado entre os próprios países periféricos, embora haja padrões de troca regionais e baseados na língua que estão provavelmente a crescer em vez de diminuir.” (McQuail, 2003: 230).

Mas para melhor entendemos porque é que uma zona tem mais relevo que outra é importante entender o que é que significa acontecimento. Adriano Duarte Rodrigues descreve um acontecimento como:

“(…) tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização. É por isso em função da maior ou menor previsibilidade que um facto adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico.” (Rodrigues, 1988: 9).

Um acontecimento inesperado, com pouca previsibilidade de suceder, pode dar-se em qualquer região ou país do mundo, sem ter de estar ligado a uma zona central ou

periférica do mundo. Vários exemplos de acontecimentos poderiam ser aqui referidos, como catástrofes naturais ou actos de terrorismo, mas, o essencial a reter da questão não é o carácter do acontecimento, mas sim, o facto da população mundial ser informada acerca dele em qualquer parte do mundo.

1.1 As notícias internacionais

As notícias sobre o mundo são notícias internacionais. São notícias transnacionais. Furio Colombo distingue notícias internacionais de notícias transnacionais, sendo as primeiras, de forma simplista e redundante, aquelas que dizem respeito a governos e a todas as suas formas de actividade. As notícias transnacionais, de acordo com as palavras de Colombo, são aquelas que dizem respeito a povos, sem o estabelecimento de fronteiras ou de outros limites físicos (Colombo, 1998). Apesar desta distinção, optamos por utilizar as seguintes palavras como definição de notícias internacionais: “(...) notícias que não nascem próximo, mas têm consequências próximas, que ocorrem noutra lugar, mas que envolvem o mundo ou vastas regiões. Ou então acontecimentos que ocorrem num único pequeno lugar, mas não são nem explicáveis nem solucionáveis naquele lugar porque o «cérebro» daqueles acontecimentos se encontra algures.” (Colombo, 1998: 126). Acreditamos que estas palavras expressam as características das notícias internacionais, particularmente porque nos demonstra a ideia da ausência de barreiras, de que a notícia não está circunscrita a um lugar.

Para que os acontecimentos do mundo possam ser notícias internacionais que cheguem ao conhecimento mundial, a existência de profissionais do jornalismo é uma necessidade. Nelson Traquina caracteriza o jornalismo como sendo feito de histórias: “(...) histórias da vida, histórias das estrelas, histórias de triunfo e de tragédia. Será apenas por coincidência que os membros da comunidade jornalística se refiram às notícias, a sua principal preocupação, como histórias. Eles vêem os acontecimentos como histórias, como narrativas não isoladas de histórias e narrativas passadas.” (Traquina, 2002: 10-11). Os acontecimentos ou histórias, que falam de pessoas e do mundo e que são transmitidos pelos jornalistas, não são mais que manifestações da realidade. Como é referido por José Rodrigues dos Santos, no seu livro *A Verdade da Guerra*, o jornalista, à semelhança dos restantes seres humanos, apenas tem acesso a manifestações da

realidade. No entanto, devido à sua profissão, as manifestações da realidade permitem ao jornalista “(...) elaborar um discurso que constitui, ele próprio, uma construção da realidade.” (Santos, 2005: 56). Mas o autor sublinha que não se trata de uma construção qualquer: “Não é, claro, uma construção aleatória ou puramente arbitrária. Ela emerge da percepção humana, do seu funcionamento cognitivo e das características e limitações do seu discurso. Mais do que uma construção, esse discurso é, em bom rigor, uma reconstrução.” (Santos, 2005: 56). Isto significa que, aquilo que os jornalistas transmitem são *reconstruções da realidade*, a que eles assistem ou assistiram, com o objectivo de as transmitirem de acordo com os preceitos da profissão.

A responsabilidade da transmissão das *reconstruções da realidade* mundial está assim entregue aos jornalistas. Não seria de estranhar que o cidadão comum, habitualmente associe jornalistas a acontecimentos, bem como tenha conhecimento de mais acontecimentos de uma área mundial que de outra. Os correspondentes estrangeiros, ou seja, os jornalistas que trabalham num país diferente do seu, são os responsáveis, na maioria dos casos, por reportar a realidade de um país ou de uma região, esteja esta, ou não, em conflito, como veremos adiante.

Mas depois de termos chegado a um conceito de notícias internacionais e de sabermos que os correspondentes estrangeiros são os responsáveis, por assim dizer, pela sua proliferação, é importante entendermos um pouco a questão da existência de zonas com um maior número de acontecimentos importantes para o mundo e outras com menos protagonismo. Para que seja mais facilmente perceptível a razão pela qual regiões do mundo têm maior destaque que outras temos, primeiramente, que atender a um facto. Os *media* são uma indústria e como tal, têm como objectivo último, o lucro. Mas para que consigam o lucro é necessário, se não sempre, na maioria dos casos, um forte investimento económico em tecnologia, daí que muitos meios de comunicação estejam integrados num grupo de empresas de comunicação, o que facilita a utilização de recursos. Este facto vai de encontro àquilo que é mencionado por McQuail quanto à teoria da economia política dos media “ (...) as instituições mediáticas têm de ser consideradas como parte do sistema económico, com fortes ligações ao sistema político.” (McQuail, 2003: 85). O autor cita Garnham a propósito das orientações de mercado que influenciam a conduta dos media: “O carácter dominante do que os media produzem pode ser largamente explicado pelo valor de troca de diferentes tipos de conteúdo, sob condições de pressão para expandir mercados e pelos interesses

económicos subjacentes dos proprietários e fazedores de decisão.” (Garnham, in McQuail, 2003: 85). Estes dois factores explicam que os países como menores recursos financeiros e com um sistema político menos desenvolvido (casos de países com democracias recentes, ou em transição para a democracia) tenham menos oportunidade de produzir conteúdos mediáticos. Não queremos dizer que estes países não possuem acontecimentos noticiáveis, apenas queremos notar que, o que estes países não têm, é recursos financeiros e políticos para o fazerem.

O desequilíbrio no que se refere aos níveis de importação de notícias internacionais foi uma realidade bem presente no século XX. Por norma, os considerados países em desenvolvimento, importam mais notícias que os ditos países desenvolvidos. (McQuail, 2003). Ou seja, os países que se encontram na zona periférica mundial têm um elevado grau de interesse naquilo que acontece nas ditas zonas centrais, sendo que, o oposto não acontece com tanta frequência. Os países em desenvolvimento “olham”, muitas vezes, os países desenvolvidos como exemplo a seguir. Mas para além disso, os países em desenvolvimento necessitam de apoios que permitam a sua evolução que muitas vezes lhes chegam de várias formas, nomeadamente, através de parcerias com os países desenvolvidos. No entanto, temos que tomar em consideração que as notícias produzidas nos países “centrais” são produzidas em grande escala. Não esqueçamos que nos dias de hoje, os órgãos de comunicação se encontram integrados em grupos empresariais, o que lhes permitem estarem espalhados um pouco por todo o mundo (particularmente, pelos países centrais, considerados decisores mundiais), sendo lhes permitido assim vender os seus serviços àqueles com menores condições de produção.

Por outro lado, o interesse dos países desenvolvidos é menor pelos países subdesenvolvidos, sobretudo quando não têm interesses estratégicos nesses países. Nesses casos, a atenção do “centro” fica reduzida a episódios não regulares:

“Grandes áreas do mundo físico estavam sistematicamente ausentes ou eram tornadas minúsculas no «mapa» implicado do mundo representado pelo universo da localização dos acontecimentos noticiados (p.ex.: Gerbner e Marvanyi, 1977; Womack, 1981). Em particular os países em desenvolvimento só pareciam entrar nas notícias dos países desenvolvidos quando certos acontecimentos eram ameaçadores para os interesses económicos ou estratégicos das «grandes potências». Alternativamente, eram feitas notícias quando problemas e desastres atingiam uma escala capaz de interessar as audiências em terras distantes e seguras.” (McQuail, 2003: 232-233).

A questão de existir um nível desigual na produção noticiosa internacional não é um facto novo. Em 1980, no período de Guerra Fria, foi publicado o relatório McBride, que dava conta dessas mesmas disparidades na circulação de notícias internacionais. O relatório proponha medidas para combater este problema que foram, no entanto, ignoradas pelos países, continuando a discrepância a verificar-se:

“A Guerra Fria providenciou duas posições. Uma era o Bloco Soviético, que queria o direito de manter o seu espaço de notícias sem a indesejada influência estrangeira, em nome da soberania. Outra era o Bloco Americano ou Ocidental que queria um «fluxo livre», ilimitado, seguro no conhecimento que seria favorável ao seu interesse político e comercial. O objectivo de uma Nova Ordem Mundial para a Informação e Comunicação que substituiria o mercado livre de notícias foi por fim abandonado depois da derrota da UNESCO. O Relatório McBride (1980), que fazia recomendações para implementar os novos princípios, foi largamente ignorado. De acordo com Hamelink (1998), o falhanço da Comissão McBride deveu-se em parte a uma inadequada compreensão da realidade social.” (McQuail, 2003: 232)

A importância de cada país no seio de um mundo globalizado pode ser notada por vários factores como os económicos, os sociais, factores esses que se constituem como notícias acerca desse mesmo país. Numa tentativa de explicar melhor o porquê de uns países serem mais importantes para os meios de comunicação internacionais do que outros, é importante levar em consideração aquilo que Galtung e Ruge afirmam:

“(…) o mundo é composto por actores individuais e nacionais, e uma vez que é evidente que a acção se baseia na imagem que o actor faz da realidade, a acção internacional será baseada na imagem da realidade internacional. Esta imagem não é só moldada pelos *media* noticiosos (imprensa, rádio, televisão, filmes de actualidades); as impressões e os contactos pessoais, as relações profissionais no estrangeiro, os despachos diplomáticos, etc., também contam – se pouco ou muito não sabemos. Mas a regularidade, a ubiquidade e a perseverança dos *media* noticiosos transformá-los-ão em competidores de primeira categoria em busca da primeira posição, enquanto modeladores de imagem internacionais. Dado que a adequação de uma acção está (mas de modo nenhum sempre) geral e positivamente relacionada com a adequação da imagem em que se baseiam, o estudo que os *media* noticiosos dão do mundo, é de importância primordial.” (Galtung e Ruge, 1965:62)

Galtung e Ruge apontam que a perseverança, a ubiquidade e a regularidade de determinados países são factores importantes para o seu reconhecimento internacional, mas convém lembrar que, tal como os mesmos afirmam, o contributo das suas actividades diplomáticas, bem como outros tipos de relacionamentos que estabelecem com outros países, é importante. Essas actividades que fomentam, dão o mote para que notícias sejam produzidas acerca de um país, iniciando-se assim um reconhecimento desse país perante os outros e permitindo-lhe a entrada na esfera das notícias

internacionais. É claro que esses acontecimentos não serão meramente esporádicos, mas sim recorrentes, pois uma vez estabelecidos eles ir-se-ão repercutindo e gerando novos acontecimentos que acabam por se transformar em novas notícias.

Os acontecimentos mundiais são vastos e como é natural nem todos têm relevo, por isso nem todos chegam ao conhecimento mundial. No seio do jornalismo foi criado o conceito de valores-notícia ou, se quisermos, critérios de noticiabilidade, que permite perceber como a selecção de notícias é feita. Isto é, que tipo de acontecimentos são de facto, relevantes para serem notícia.

Galtung e Ruge, são alguns dos teóricos que explicam quais as características a que os acontecimentos devem corresponder para serem notícia. Os doze parâmetros a que Galtung e Ruge chegaram são os seguintes: frequência, amplitude, inequívocidade, significância, consonância, imprevisibilidade, continuidade, composição, referência a nações de elite, referência a pessoas de elite, referência a pessoas e referência a algo negativo (Galtung e Ruge, 1999: 61-73). Através destes doze parâmetros podemos entender o porquê de existirem mais notícias internacionais de um local que de outro. Porventura, um acontecimento que envolva personalidades conhecidas, como será o caso de actores de Hollywood, políticos de potências económicas, será foco de atenção mediática, e por conseguinte, será mencionado o país de onde é proveniente a pessoa. O mesmo acontece no caso de um país de elite. Um acontecimento que tenha ocorrido numa nação de elite terá uma repercussão global, porque esse mesmo país é considerado uma referência à escala mundial. Para além destes dois factores, as ditas nações de elite têm uma outra vantagem sobre as nações não de elite, que é o facto de conseguirem manter a noticiabilidade de um acontecimento por muito tempo. Ou seja, a continuidade, um valor-notícia apontado por Galtung e Ruge, é uma característica existente nestes países, uma vez que são capazes de manter a longevidade de um acontecimento, ainda que este não mantenha a mesma amplitude, isto é, que com o passar do tempo vá perdendo intensidade.

As características como referência a algo negativo, a imprevisibilidade e a significância podem ser encaradas como comuns a ambos os tipos de países. Um acontecimento negativo, seja ele de que ordem for, vai ser importante mundialmente quer aconteça num país desenvolvido quer num país em vias de desenvolvimento. Num acidente, por exemplo, serão mais determinantes outras características inerentes ao facto, fundamentalmente, a amplitude do acontecimento como: o número de vítimas ou

os prejuízos que causaram, seriam os factores de relevo e não, propriamente a localização do país.

Podemos considerar que a surpresa de um acontecimento, não está directamente ligada a um país, seja ele desenvolvido ou não. Um acontecimento inesperado internacionalmente pode acontecer no país mais pobre de África como no país mais rico do Ocidente. No entanto, temos que atender às características do local em que o acontecimento se dá. O inesperado do acontecimento está directamente relacionado com a localização. A morte de cem pessoas em África devido à malária, talvez não seja visto como inesperado, nem surpreendente atendendo às características económicas e sociais daquele continente. Mas se houver dez pessoas a morrerem dessa mesma doença em Inglaterra, talvez já o seja. A malária é uma doença que é habitualmente associada a África, pelo que a existência de casos da doença na Europa pode ser surpreendente e ser alvo de atenção mediática.

Quanto à significância, esta tem inerente a si duas particularidades. A primeira é a da proximidade cultural e a segunda, a da relevância. Um acontecimento terá mais importância quanto mais próximo estiver dos seus vizinhos, dos seus aliados, o que é uma situação comum a qualquer país. Por outro lado, a relevância prende-se com o carácter do acontecimento. Um acontecimento pode suceder a quilómetros de distância e ter um significado bastante importante para o país, como também pode acontecer a poucos quilómetros da fronteira e não ter nenhuma relevância para esse país. A relação entre a proximidade e a relevância de um acontecimento não é facilmente definível. Mas a relevância parece ter sempre outros factores subjacentes, como a probabilidade de um país ser afectado, mesmo por um acontecimento distante (como no acidente nuclear de Chernobyl), ou a possibilidade de acontecer algo semelhante no próprio país (as notícias sobre Chernobyl foram, certamente, mais relevantes para os países com centrais nucleares do que para os outros).

1.2 O Correspondente Estrangeiro

A figura do correspondente estrangeiro está, desde há muito, associada ao expoente máximo do jornalismo: “(...) no espaço simbólico da sua cultura profissional, *les chevaliers* da profissão são os repórteres, os correspondentes estrangeiros e os correspondentes de guerra.” (Traquina, 2004: 83). O trabalho dos correspondentes

exige, como refere Ana Luísa Rodrigues, que vivam “(...) entre duas [ou mais] linhas paralelas: duas realidades, dois países, duas culturas, dois fusos horários, duas línguas.” (Rodrigues, 2008: 47). O facto de os correspondentes viverem entre o país em que estão [presentemente a viver] radicados e o país para o qual trabalham, aliado à ideia criada no imaginário humano pelos filmes, contribui em grande parte para a mitificação da figura do correspondente como o grande herói do jornalismo. Esta ideia mítica sobre os correspondentes estrangeiros é, no entanto falsa. O “mundo dos correspondentes” distancia-se daquele criado no imaginário humano como é notado pelas palavras de um correspondente, Enrique Müller:

“Segundo, este panel se llama «*la figura del corresponsal, entre la pasión y la obligación*», muchas veces la figura del corresponsal está también rodeada de una aureola de aventuras, de magia, de miedos, de sudor; pero también muchas veces nuestro trabajo diario está marcado por la rutina.” (AA.VV, 1999: 33)

Müller acrescenta ainda que:

“El trabajo del corresponsal, una rutina o una aventura, yo diría que es una mezcla de sacrificio, burocracia e mucha suerte, porque muchas veces nuestro trabajo no depende de uno, sino de los hechos que se den en el lugar.

Casi siempre si uno trabaja como corresponsal en un país normal, el trabajo es muy rutinario, no tiene nada que ver con la aventura y la pasión, correr el riesgo de cubrirse de musgo ante la ausencia de un elemento que despierte la curiosidad y el instinto, que es el miedo.” (AA.VV, 1999: 34)

O mundo dos correspondentes estrangeiros ou dos correspondentes de guerra é feito de nomes como o de Christiane Amanpour, correspondente da CNN, Henrique Cymerman, correspondente da SIC em Israel e de Carlos Fino, ex-correspondente da RTP em Moscovo e repórter nas Guerras do Golfo, entre muitos outros. Os jornalistas citados são apenas alguns dos nomes que pessoas mais ou menos atentas ao mundo reconhecem como repórteres ou correspondentes, reconhecimento esse que advém do trabalho que estes profissionais desenvolveram e desenvolvem. Os correspondentes estrangeiros são definidos por Ulf Hannerz (antropólogo sueco que desenvolveu uma investigação sobre este grupo profissional) como:

“(...) individuals who are stationed in other countries than that of their origin for the purpose of reporting on events and characteristics of the area of their stationing, through news media based elsewhere (usually in their countries of origin).” (Hannerz, 2004: 5).

A definição de Hannerz é exacta e revela claramente o que é um correspondente estrangeiro, mas esta definição não nos permite desmitificar o trabalho de

correspondente. Por isso é importante entender como é, e o que é, o trabalho destes profissionais, para que seja possível entendê-los para além da figura mítica criada. Jose Luis Peñalva, director das *II Jornadas de Prensa Vasca*, descreve o trabalho de um correspondente no estrangeiro como:

“ (...) un oficio muy solitario, es un oficio al mismo tiempo muy mitificado, el corresponsal realmente es un hombre que tiene que implicarse, entender, integrarse, en el país en el que está. Al mismo tiempo sirve de ojos al periódico que lo envía y por lo tanto esos «ojos» no pueden perder de vista cuál es el destino final de su trabajo; Sus lectores tienen unas características. El tiene que adaptarse a esas características; no puede trabajar por libre. Está en permanente relación y vinculación con la Redacción central del periódico. Y hace un labor muy importante que es interpretar, traducir lo que sucede a un lenguaje útil para sus lectores.” (AA.VV, 1999: 24).

Ao pensarmos em nomes de correspondentes como os acima citados, podemos ter a tendência inocente de acreditar, ainda que pouco, na imagem criada e reproduzida pelos filmes. Afinal, estes correspondentes não são vistos diariamente nos órgãos para os quais trabalham, podendo isso levar a crer que o seu trabalho se limita a chegarem a um local e noticiarem. Mas a realidade de trabalho dos correspondentes não é essa. O seu trabalho não se limita àquilo que é visível pelos leitores ou telespectadores. Santiago Fernández Ardanaz, foi correspondente espanhol e descreve as dificuldades inerentes ao trabalho de um correspondente estrangeiro:

“Cómo trabaja el corresponsal? Las dificultades principales del corresponsal naturalmente son la prisa, pero esto es normal para todo periodista. Y después, la tremenda rutina. La rutina es que todo acontecimiento que llega a través de radio y televisión, hay un tipo de prensa que lo tiene que reflejar absolutamente porque si no, hemos fallado. El gran cambio, precisamente el reto de nuestra prensa escrita en este momento, está en que nuestra información no puede ser, ni debe ser, la de la radio y televisión, sino otra, que es la del día siguiente. Y la del día siguiente es una información donde se dan todo el máximo de datos, para que el lector pueda unos cauces de interpretación.” (AA.VV, 1999: 32)

Um aspecto que torna ainda mais complexo o trabalho deste grupo profissional, é que o correspondente pode exercer a sua actividade profissional para uma variedade de órgãos de comunicação com diferentes objectivos. Os meios de comunicação podem ser agências noticiosas, que pretendem informações sobre todos os aspectos da sociedade, desde economia ao desporto passando por *faits divers*, pois o seu objectivo é informar outros órgãos de comunicação. Mas também podem ser estações de rádio ou

de televisão ou jornais, sendo que, neste caso, o objectivo não é exactamente igual de um correspondente que trabalhe para uma agência de notícias. O trabalho de um correspondente de agência é diferente na medida em que o jornalista não é reconhecido publicamente pelo seu trabalho, o seu nome não é divulgado nem a sua cara ou voz reconhecida pelo público. François Campredon, que foi correspondente da agência France Press em Espanha, refere qual o papel de um correspondente de agência:

“Nuestro papel básico es el de dar cuenta a nuestros abonados, de lo que sucede en España en todos los campos. Proporcionar todas las informaciones de interés para su publicación, o también para «alerta». «Alerta» quiere decir que nuestros despachos pueden servir para la redacción de los periódicos, para que despache un enviado especial o para preparar todo un dossier sobre un asunto y ya tomar las providencias necesarias para un cobertura más especializada para el periódico, obviamente, cubrimos todos os aspectos de la información, bien sean deportes, economía, diplomacia, política, sucesos.” (AA.VV, 1999: 28)

Com já foi referido, o mundo encontra-se dividido, por assim dizer, em duas áreas, uma central e uma periférica. Como é natural, os principais órgãos de comunicação têm um interesse especial pela dita zona central do mundo, uma vez que desperta mais motivos de notícia que as zonas periféricas. Com isto não queremos dizer que, as zonas periféricas não são alvo de atenção por parte dos *media* mundiais. Apenas queremos salientar que a atenção dada a estas zonas é menor, uma vez que está mais focalizada nos centros de decisão mundiais.

A realidade dos correspondentes estrangeiros estabelece-se em relação directa com estas duas zonas mundiais. Os países capazes de suscitar mais interesse noticioso atraem um maior número de correspondentes e de um maior número de países. Por outro lado, os países como menor interesse noticioso dispõem de um número mais reduzido de correspondentes e de um menor número de países. Ainda assim, torna-se pertinente citar uma vez mais Hannerz que refere, na sua obra, uma situação que reflecte a realidade que envolve os correspondentes estrangeiros e que deixa antever as situações de interesse para estes jornalistas:

“Whenever you find hundreds of thousand of sane people trying to get out of a place and a little bunch of madmen struggling to get in, you know the latter are newspapermen. This observation by an early practitioner of the craft is one that many foreign correspondents are fond of.” (Hannerz, 2004: 39).

Com este exemplo, procuramos clarificar que não é obrigatório que os correspondentes se localizem apenas em centros mundiais. Estes profissionais

deslocam-se, para outros cenários sempre que isso se justifique. Se, por exemplo, acontecer uma catástrofe natural num país de terceiro mundo, um correspondente de um órgão de comunicação mundial, que trabalhe num país próximo, irá para o local. Se não for este o caso, e o acontecimento for de uma grande magnitude, o meio de comunicação irá destacar um enviado especial para noticiar o acontecimento.

Na sua investigação, Hannerz caracteriza em dois tipos os correspondentes estrangeiros. Esta caracterização remete para o tempo em que cada correspondente permanece no país a partir de onde está a trabalhar. Hannerz denomina os correspondentes que ficam pouco tempo no mesmo país como *spiralists*:

“For the people who move about a great deal, the term “expatriate” comes naturally to mind, since these correspondents are not strongly rooted in the territory where they reside for a period and may engage in a lifestyle and a pattern of social contacts that somehow do not quite belong there. If they are rooted anywhere, it is someplace else. “Sojourners” would also be appropriate general label, and I will use it occasionally. They could perhaps be described as “cosmopolitans”, in the particular sense of Robert Merton’s classic distinction (1957, 387-402) between cosmopolitans and locals – they are people who tend to take their most important contacts and knowledge along as they move. (...) I lean, however, toward the term “spiralists”, coined by William Watson (1964, 147 – 51), from the classic Manchester school of social anthropology, to refer to the way social mobility within the hierarchy of an organization can be coordinated with geographical mobility.” (Hannerz, 2004: 82-83).

Por outro lado, existem os correspondentes que permanecem por um longo período de tempo num país, a que Hannerz chama *long-timers*:

“The contrasting type of foreign correspondence, which involves remaining for a longer period – or even throughout the correspondent’s life – in a single territory, one might call “local” (as in the cosmopolitan-local dichotomy). But that may be too vague, or in some ways misleading, or perhaps oxymoronic. “Settler” may be almost right but perhaps has unfortunate overtones, particularly in some settings. So I will call these correspondents “long-timers”, referring to their more durable presence in a place.” (Hannerz, 2004: 83).

É necessário salientar dois pontos a propósito da distinção feita por Hannerz. O primeiro prende-se com os denominados *spiralists*. Estes correspondentes, designados assim por se considerar que passam pouco tempo num país, não passam tão pouco tempo como passaria um enviado especial, assunto que será tratado mais à frente. Eles passam pouco tempo relativamente aos designados *long-timers*, que permanecem num país, como o próprio autor refere, durante toda a sua vida de correspondente, daí que possam ser considerados com pertencentes àquele lugar. O segundo ponto remete-nos para os correspondentes *long-timers*. A permanência de um correspondente, por um

alargado período de tempo, está a tornar-se cada vez menos recorrente. E ainda de acordo com o investigador, a decisão de manter um correspondente por um longo período de tempo prende-se com questões económicas, assinalando que, na actualidade, os correspondentes que permanecem mais tempo num país são *freelancers* ou *stringers*. (Hannerz, 2004).

1.3 O Correspondente de Guerra e o Enviado Especial

No “mundo dos correspondentes” frequentemente se distingue entre correspondente estrangeiro e correspondente de guerra. O desenvolvimento deste tipo de jornalismo aconteceu no século XIX, fruto do desenvolvimento da *penny press* e se tentarmos entender o conceito de correspondente de guerra, percebemos que não é muito diferente do de correspondente estrangeiro.

O correspondente de guerra, assim como o próprio nome o indica, vai reportar os acontecimentos bélicos. Porventura, se procurarmos encontrar uma distinção clara entre estes dois tipos de correspondência, o primeiro factor que nos surge na mente, é que o perigo que um correspondente de guerra enfrenta é bastante diferente do que acontece com um correspondente estrangeiro. Para além dos perigos a que estará sujeito, e que advêm das circunstâncias, os movimentos do jornalista estarão limitados e o desempenho do seu trabalho está condicionado por vários factores (Leão, 2000). No trabalho de um correspondente de guerra, os acontecimentos que serão reportados estão dependentes, muitas vezes da cooperação dos exércitos envolvidos no conflito ou de guerrilhas locais. Muitas das vezes, os próprios correspondentes estão integrados num dos exércitos, ou seja, vivem diariamente com as tropas e para se deslocarem a outros locais, fora do acampamento militar, necessitam de ir com soldados para a sua própria protecção. O cenário de guerra não permite, na maioria das vezes, senão sempre, que o jornalista circule pelo território com facilidade e sem perigo. Para além deste constrangimento, o facto de os exércitos apenas divulgarem as informações mais apropriadas para eles, bem como “mascararem” o cenário de conflito, são outros entraves que os correspondentes enfrentam. José Rodrigues dos Santos relata um episódio de manipulação dos *media* durante a primeira Guerra do Golfo:

“Do meio da nuvem conseguimos ver soldados a sair dos *Sea Knight*, movendo-se pesadamente com mochilas e armas. Os *Super Stallion* abriram as portas da retaguarda e largaram *Humvees*, jipes de assalto que tomaram posições nos flancos. De imediato, os oito helicópteros de transporte levantaram voo, deixando os soldados lá em baixo em posição de combate.

Foi nessa altura que começou um estranho espectáculo. Um oficial americano fez sinal e os jornalistas começaram a correr, largando a estrada alcatroada e acelerando em direcção das tropas que tinham desembarcado. Corríamos desajeitadamente, e os *Marines* permaneciam deitados no chão, as metralhadoras e as bazucas apontadas para nós. Fotógrafos e operadores de câmara rodearam as tropas à procura de imagens, enquanto os soldados permaneciam quietos, o olhar fixo no infinito ou na mira da metralhadora, em pose heróica e determinada. Havia uma média de três jornalistas para cada *Marine*, e o espectáculo tornou-se cómico.

(...) Na sala de montagem descobri que em nenhuma imagem se viam jornalistas. A cassete estava recheada de *Marines* em posição de combate, metralhadoras em riste, olhares firmes à Clint Eastwood – tudo, excepto o que eu vira. Os jornalistas, as câmaras e as máquinas fotográficas apontadas não se encontravam nas imagens. O cómico circo mediático estava ausente. Em compensação, nas imagens transbordavam ameaçadoras posições bélicas.

(...) Ao efectuar aquele exercício em Mutla, o primeiro em solo kuwaitiano desde o início da crise, as forças armadas americanas tinham como único objectivo impressionar o Iraque – e conseguiram-no com apenas um pelotão de *Marines* e a cumplicidade mediática. Mas, pelo menos neste caso, é uma cumplicidade inadvertida, quase inconsciente. Como é evidente, o operador de câmara libanês, tal como a generalidade dos restantes colegas no local, não estava em conluio com as tropas americanas. O que se passara é que ele, por pressões editoriais já interiorizadas, procurou captar as imagens espectaculares, tentou obter o lado estético do que estava a acontecer. E, claramente, os jornalistas a rodear os soldados emergiam como ruído na imagem.” (Santos, 2005: 10-11)

Se pensarmos em termos de produção noticiosa, o trabalho de correspondente de guerra é diferente e também, como já foi referido, um pouco mais limitado que o de um correspondente estrangeiro, na medida em que este último, não está impedido, pelas circunstâncias, de se movimentar. Ainda que o objectivo de um correspondente de guerra seja reportar os acontecimentos inerentes e relacionados com a guerra, o seu trabalho distingue-se assim de um correspondente estrangeiro que relata os acontecimentos da sociedade em questão em todas as suas vertentes.

Por vezes, tal como acontece com os correspondentes estrangeiros ainda que com características diferentes, o correspondente de guerra pode também tornar-se especialista. Não propriamente num local específico, mas em cenários de conflito. Isto sucede quando um correspondente já noticiou vários conflitos, conhecendo assim os meandros deste tipo de acontecimento. Ser-lhe-à possível antever certo tipo de acontecimentos e reacções das partes em conflito. Se pensarmos na região do Golfo Pérsico sabemos que esta zona possui determinadas características demográficas, sociais e económicas, assim como sabemos que essas características estão na base de muitas lutas e mesmo de guerras entre os países dessa área do globo. Um correspondente que

tenha feito a cobertura de mais que um episódio de conflito naquela zona do globo começa a ambientar-se com as características daqueles povos, sendo-lhe assim possível prever algumas reacções que terão. Por essa razão, afirmamos que os correspondentes de guerra podem-se tornar especialistas. A “bagagem” que adquirem de um acontecimento para o outro permite-lhe antever algumas reacções e desenvolvimentos.

Por outro lado, há também uma figura no mundo jornalismo que pode ser confundida com o correspondente de guerra e mesmo com um correspondente estrangeiro: o enviado especial. O dicionário de Ciências da Comunicação define-o como um “jornalista enviado para um determinado local, com o objectivo de fazer a cobertura noticiosa de um acontecimento específico.” (Leão, 2000: 89). Se atendermos a esta definição, rapidamente percebemos a diferença que existe entre um correspondente estrangeiro e um enviado especial. Como é referido por Letria, “a diferença fundamental entre a crónica dum enviado especial e a dum correspondente permanente reside no facto dos serviços do enviado especial terem um carácter ocasional e limitado no tempo.” (Letria, 2000: 64). Assim, podemos concluir que a grande diferença no trabalho destes dois tipos de profissionais é o tempo. O enviado especial desloca-se a um país, ou a uma região, para reportar um acontecimento, uma realidade específica, previamente acordada com os seus editores, sendo esse apenas o seu objectivo. Quando terminada essa sua tarefa, o jornalista abandona o local, voltando para o seu lugar habitual de trabalho. Ainda que o correspondente estrangeiro possa seguir indicações do seu editor, podemos dizer que, o propósito do seu trabalho é chegar onde os outros não chegam. Isto é, o trabalho do correspondente deve diferenciar-se tanto do trabalho que é efectuado pelos enviados especiais como o dos colegas das agências noticiosas. Por norma, os correspondentes colocados em determinado país estão bastante enraizados na sociedade, na cultura e na economia desse mesmo país, o que faz deles *especialistas* sobre esse mesmo país, devendo esse facto reflectir-se nas suas notícias.

Assumindo que o correspondente é um ávido conhecedor da realidade que se apresenta diante dele, é esperado que ele consiga transmitir essa mesma realidade de forma simples e clara, por mais complexa que ela se apresente no terreno. (Letria, 2000) O correspondente, como menciona Letria, “(...) tem obrigação de seleccionar as notícias que mais se relacionem com os seus leitores ou mais directamente tenham a ver com os assuntos de interesse bilateral.” (Letria, 2000: 61). Este factor não pode ser desprezado. A principal razão para enviar um correspondente para determinado lugar no

mundo prende-se com o interesse que esse mesmo local detém para o país receptor da informação. Se tomarmos como exemplo um órgão mediático de um país da zona periférica, é natural que ele tenha correspondentes nos seus países vizinhos. Isto acontece porque existem ligações de vários âmbitos entre países vizinhos (comerciais, de segurança, financeiras, etc.) e que são motivos de notícia. No entanto, esse país não terá correspondentes em outros países com quem não tenha laços que promovam o interesse dos seus meios de comunicação.

A mesma situação não acontece com um enviado especial. É certo que um enviado especial se desloca a um determinado lugar porque lá existe um acontecimento relevante para o órgão de comunicação para o qual trabalha, mas esse interesse não é contínuo. Se houvesse acontecimentos que tivessem interesse contínuo para o órgão, existiria um correspondente nesse país de forma permanente. Para além disto, o facto de um enviado especial não estar diariamente inserido naquela sociedade, como acontece com o correspondente estrangeiro, não lhe dá a oportunidade de conhecer verdadeiramente os preceitos daquele local, podendo-se assim distinguir o trabalho de ambos.

Neste capítulo procuramos distinguir as diferentes formas que o jornalista pode assumir no desempenho da sua actividade profissional no estrangeiro. Não procuramos diminuir o trabalho de nenhum das formas que foram referidas, apenas apontar as diferenças que existem entre elas. Era nosso objectivo sublinhar que um correspondente estrangeiro e um correspondente de guerra têm diferentes objectivos na concretização do seu trabalho. Por um lado, o correspondente estrangeiro não se encontra circunscrito a um acontecimento, deve sim reportar a realidade social, económica e cultural de um país sem que para isso exista como pano de fundo um conflito bélico. Por outro lado, um correspondente de guerra tem também por missão descrever a realidade que se lhe apresenta mas nunca pode ignorar o facto de o país ou a região se encontrarem em guerra ou na iminência dela. Está, por assim dizer, condicionado por esse factor e por todos os outros que dele advêm. Quanto aos enviados especiais é importante entender que a sua missão senão sempre, na maioria dos casos, é limitada temporalmente. Os jornalistas que são enviados especiais deslocam-se a um local estrangeiro para cobrir determinado acontecimento, que pode ser ou não de guerra. Quando o propósito que o levou a determinado local está cumprido, ele regressa ao seu local de trabalho habitual.

Os correspondentes estrangeiros não. Permanecem num local por muito tempo, por vezes durante toda a sua vida.

Estes conceitos servirão de base para os capítulos que se seguem, bem como para abordar a realidade que um país como Portugal pode oferecer em termos de produção noticiosa para estes profissionais.

Capítulo 2 - Correspondentes estrangeiros em Portugal

O mundo altera-se diariamente. Todos os dias, novos acontecimentos preenchem as páginas dos jornais e ocupam o tempo dos telejornais. O jornalismo faz-se de acontecimentos novos todos os dias, a todas as horas, a todos os minutos porque, a cada minuto que passa algo acontece no mundo. Acontecimento esse que vai ser transmitido para um ou para vários locais. Mas porquê? Porque é relevante no panorama internacional. E também porque havia um repórter lá para o transmitir.

Mas nem sempre o mundo foi como o conhecemos hoje. Houve tempos em que a informação não estava disponível com rapidez e facilidade. Os dados históricos mostram que a profissão de repórter, até ao século XIX, era pouco prestigiada mundialmente. O desenvolvimento desta profissão é a resposta às necessidades criadas pelo desenvolvimento da *penny press*. As transformações que o século XIX operou no mundo do jornalismo foram vastas. Em meados do século dá-se o desenvolvimento de uma figura importante para o mundo do jornalismo, o correspondente: “(...) a figura do repórter iria criar prestígio dentro da profissão emergente, e a contratação de ainda mais repórteres seria a tendência geral ao longo do século, com especialização em situações cada vez mais diversificadas, tais como o correspondente especial ou o correspondente de guerra.” (Traquina, 2002: 41). O desenvolvimento da figura correspondente não foi linear nos vários países, tendo se verificado um desenvolvimento mais acelerado em países como a Inglaterra e os Estados Unidos da América e com mais demora em França. A guerra civil norte-americana foi um dos primeiros conflitos bélicos a serem alvo de uma cobertura jornalística extensiva (Traquina, 2002). As mudanças proporcionadas pelo século XIX para o mundo do jornalismo prepararam-no para o século seguinte, o século XX.

O século XX marcou as páginas da história mundial com acontecimentos até então nunca pensados. Duas guerras mundiais deixaram a Europa destruída. A emergência de sistemas ditatoriais no período pós Primeira Guerra Mundial gerou as circunstâncias que levaram a um segundo confronto bélico. Em 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial, emergiram duas novas potências mundiais, os Estados Unidos da América e a União Soviética. As duas potências mundiais ajudaram na reconstrução europeia e acabaram por dividir o mundo em duas áreas de influência

política e ideológica, estando assim declarado o estado de Guerra Fria. Este conflito demarcou-se das outras guerras pelo facto de nunca ter existido um confronto directo entre as duas potências (Vaisse, 1996), mas vários foram os confrontos à escala mundial em que os dois países apoiaram lados opostos (por exemplo na Coreia e no Vietname).

A Segunda Guerra Mundial destronou os regimes totalitários existentes na Europa, mas não todos. Portugal foi uma das excepções. O regime fascista prolongou-se até 1974. Com o final da guerra e a necessária reconstrução da Europa a progredir, um novo factor de preocupação surgiu: as colónias europeias em África. A Europa começa o seu processo de descolonização em finais dos anos cinquenta do século XX, mas este processo não foi efectuado de forma uniforme pelos países colonizadores europeus. Uma vez mais, Portugal foi excepção. O regime vigente opunha-se à independência das colónias portuguesas em África, sendo esta a razão de fundo para a Guerra Colonial portuguesa. A história recorda este conflito como o fundamento para a queda do regime fascista português que dá lugar à democracia em 1974.

Mas, o século XX não termina sem mais acontecimentos históricos. Com a aproximação do final do século, a realidade mundial altera-se novamente. A queda do Muro de Berlim e a desintegração da União Soviética são factores que marcam o mundo.

É importante falar, de forma muito concisa, sobre o século XX para que se possa entender a realidade dos correspondentes estrangeiros em geral e em particular, o caso português. Os acontecimentos do século XX constituíram matéria para os repórteres da época, particularmente nos países de “elite” ou nos países onde existia uma abertura social para falar sobre os acontecimentos estrangeiros, que tiveram assim a oportunidade de desenvolverem a sua actividade profissional. Se atendermos ao relato de correspondentes estrangeiros na época da Guerra Fria, podemos verificar que eles afirmam ter sido uma época única, que lhes permitiu ver o mundo de uma forma muito particular:

“Nos hemos criado en la guerra fria, nos hemos movido en ella y hemos tenido los parámetros de la guerra fria y esto, por lo menos, a mí me añade una gran frustración, porque no hicimos un buen trabajo, en el sentido de que, no solamente no tuvimos ocasión de estudiar a fondo lo que ocurría al otro lado de nuestro mundo, el mundo occidental, el llamado mundo de la esfera soviética, sino que no supimos predecir su evolución.

Yo creo que hay personas que han tenido gran influencia en nuestra formación como periodistas que todavía no se han creído, o todavía no han asumido, que el mundo no esta dividido en bloques. Uno de ellos es Henry Kissinger, que todavía va con la retórica de

los bloques. Esto de ser periodistas de la guerra fría nos há puesto en la perspectiva de analizar las situaciones, siempre en base al equilibrio de poderes, al equilibrio de fuerzas, al equilibrio ideológico o a la contraposición ideológica. Y, entonces, nosotros nos formamos en eso, y anduvimos por el mundo y viajamos por todas partes, siempre com este «chip».” (AA.VV, 1999: 124)

Este relato de Lluís Foix transmite a ideia de que nas notícias estrangeiras estava bem presente a divisão entre o Ocidente e o Bloco de Leste. A realidade da época é diferente da actual. Neste momento não se pode dizer que existe uma divisão mundial em duas partes, mas existem questões que nos podem levar a pensar que o mundo se encontra dividido entre países bons e países maus.

Se recordarmos a história portuguesa do século XX, sabemos que o país viveu quase meio século sob um regime ditatorial, que reprimia a sua população e que estava de costas voltadas para o exterior. Por essa razão, os correspondentes estrangeiros encontravam poucos focos de interesse sobre Portugal, sendo assim natural que a sua presença fosse reduzida. Portugal foi, até ao 25 de Abril de 1974, um país apagado e considerado com pouco interesse. Até essa época, apenas foram noticiados acontecimentos nacionais esporádicos na imprensa estrangeira, como veremos mais adiante. Com a revolução de 25 de Abril de 1974, muitos correspondentes chegaram ao país a fim de cobrirem a realidade noticiosa nacional. No entanto, a sua permanência foi curta. A realidade portuguesa foi passada para segundo plano da atenção mundial, sendo ultrapassada por novos acontecimentos que despertam a curiosidade e o interesse internacional.

Nos dias de hoje, Portugal tem cerca de 60 correspondentes estrangeiros acreditados pela Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal (AIEP) fundada em 1978, época em que “Portugal estava no centro da informação.”¹, nota a actual presidente da AIEP, Belén Rodrigo². A responsável, ao falar da época da fundação aponta que: “Segundo me contam os meus colegas, havia muitos correspondentes, os jornalistas sentiam-se parte da história”³. No entanto, nos dias de hoje, a realidade é

¹ Diário de Notícias de 22 de Abril de 2008 http://dn.sapo.pt/2008/04/22/media/associacao_imprensa_estrangeira_30_a.html; visto em 9 de Fevereiro de 2009

² Na altura da execução desta parte da investigação a presidência da AIEP era ocupada por Belén Rodrigo. No entanto, esta situação alterou-se com o decorrer da investigação sendo, actualmente, a presidência ocupada por Adriana Niemeyer.

³ *idem*

diferente, refere a dirigente: “Não diria que há dificuldades, mas é um tipo de jornalismo diferente. Muitas vezes está-se sozinho”.⁴ A evolução social criou mudanças no trabalho de jornalista e de correspondente. A realidade nacional não é a mesma que era no período da Revolução. Portugal é desde 1986 membro da União Europeia (UE), o seu papel não é principal, mas através das presidências rotativas que este organismo prevê, Portugal ganha algum protagonismo durante os seis meses de presidência, o que atrai correspondentes estrangeiros. Esta organização tem 27 membros, e as decisões tomadas pela presidência afectam e dirigem-se a toda a Europa. Grandes acontecimentos realizados no final do século XX e já no início do século XXI (como por exemplo o Euro 2004) marcam também o panorama informativo internacional, o que promove a chegada de correspondentes. Mas devido à curta duração destes eventos, a estada destes mesmos correspondentes não se prolonga por muito tempo.

2.1 “O país onde nada acontece”

Durante cerca de cinquenta anos, Portugal foi um país fechado ao mundo e para o mundo. Com a chegada de António Oliveira Salazar, em 1932, a presidente do Conselho de Ministros, Portugal entrou numa era de obscurantismo. Kenneth Maxwell caracteriza o regime de Salazar como “um regime «corporativo» segundo o modelo daquele que Benito Mussolini tinha acabado de estabelecer em Itália.” (Maxwell, 1999: 31). O governo chefiado por Salazar ficou conhecido como Estado Novo e conduziu o país para um atraso significativo relativamente às democracias europeias devido às suas políticas sociais, económicas e culturais. Salazar não era adepto da mudança e regeu o país de acordo com modelos económicos e sociais tradicionais. Portugal é descrito por Maxwell, durante o período de ditadura, como “arcaico, isolado e puritano, rejeitando a industrialização como precursora dos problemas de classe e do trabalho, glorificando uma tradição salutarmente rural e folclórica (...)” (Maxwell, 1999: 16).

O Estado Novo tinha vários métodos para assegurar que o regime se mantinha de acordo com os princípios ditados pelo presidente do Conselho de Ministros. Fundamentalmente, assegurava que não existia oposição ao sistema vigente e que, se

⁴ *idem*

existisse, seria de imediato aniquilada. As formas de repressão eram variadas e inseriam-se nos vários sectores da sociedade. A Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que na verdade, desempenhava funções de polícia política, mantinha a ordem pública e a Censura garantia que não era publicada, transmitida ou difundida nenhuma notícia ou conteúdo, que pudesse ser nocivo ao regime. Todos os meios do regime eram eficazes no cumprimento das suas funções, valendo-se dos mais diversos instrumentos, nomeadamente a polícia política que estava dotada “(...) de uma rede de colaboradores e espiões.” (Maxwell, 1999: 31). Mas a repressão não era apenas sentida pelos cidadãos no seu quotidiano, a liberdade de ideias e pensamentos era também controlada: “ (...) a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP) garantiam a presença de agentes de segurança fardados em todas as casas de espectáculos e outros locais de concentração pública.” (Maxwell, 1999: 31).

A liberdade de expressão nos órgãos de comunicação social nacionais era restringida pela mão pesada da Censura, aquela que foi considerada por Francisco Rui Cádima como um dos meios mais decisivos para a continuidade do regime salazarista e, posteriormente, de Marcello Caetano (Cádima, 1996). A liberdade de expressão estava assim submetida à Censura Prévia, que tinha por missão “(...) impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e que deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade” (in Correia, 2006: 26). A imagem de marca da censura eram os cortes feitos a lápis azul, mas não era apenas este o método de actuação. A Censura, com a sua força oficial, obrigava os órgãos de comunicação a publicarem os comunicados oficiais do governo (Correia, 2006), controlando também assim a liberdade de expressão e de pensamento dos cidadãos.

No desempenho do seu trabalho, os agentes da Censura, asseguravam-se que os vários objectivos do regime eram cumpridos. Como refere Cândido de Azevedo, a Censura “(...) salvaguardava a recriação propagandística e apologética da realidade do País, tal como era traçada pelos ideólogos e propagandistas da ditadura, na linha de orientação apontada por Salazar, segundo a qual: «*a aparência vale a realidade*».” (Azevedo, 1999: 23).

A imagem de um país que não correspondia à realidade, um “(...) país literalmente virtual (...)” como lhe chamou Cândido de Azevedo (1999: 24),

despoletou num total desconhecimento da realidade portuguesa durante quarenta e oito anos. Uma das poucas formas que alguns meios de comunicação nacionais tinham, para difundir aquilo que ia acontecendo no país era dissimulando as mensagens para que não fossem interditas pela Censura, recorrendo “(...) ao longo dos anos, a uma linguagem também de fingimento, de disfarce, de fabulação (...)” (Azevedo, 1999: 30). Ainda que as artimanhas por vezes obtivessem resultados, muitas vezes a mão pesada da censura, ocultava os factos da sociedade portuguesa.

O arcaísmo da sociedade portuguesa, impedindo o desenvolvimento dos vários sectores da sociedade, impediu também o jornalismo nacional de crescer. O jornalismo português até ao 25 de Abril estava pouco desenvolvido, sendo as condições do próprio país a causa mais provável para este tímido crescimento. A difícil conjuntura social e económica e o facto de o jornalismo ser uma profissão mal remunerada e sem prestígio condicionou-o a um tímido desenvolvimento, como é descrito por Nelson Traquina:

“(...) incluindo a fragilidade das liberdades políticas, contribuíram para o fraco desenvolvimento do jornalismo e uma situação generalizada de pouco prestígio social e baixos vencimentos dos jornalistas, não só no século XIX mas durante uma grande parte do século XX. Norberto Lopes comenta os tempos em que começou a sua carreira profissional, considerando que os jornalistas eram muito mal pagos. Num relatório sobre a situação dos jornalistas elaborado pelo Sindicato dos Profissionais de Lisboa em 1925, a situação profissional é descrita como «muito má», com quase todos os jornalistas em situação de duplo emprego, não muito diferente à situação no país em vésperas de 25 de Abril de 1974. Segundo aquele relatório, é dito que há em Portugal nessa altura de 300 jornalistas, dos quais talvez 30 vivam exclusivamente da profissão.” (Traquina, 2002:61).

A repressão exercida sobre os *media* nacionais pode dever-se à apreensão que o Estado tinha, uma vez que estes são frequentemente associados às democracias, pois criam “uma arena e um canal para um debate alargado, tornando mais conhecidos os candidatos aos lugares políticos e distribuindo informações e opiniões diversas.” (McQuail, 2003: 4). Um regime não democrático não se guia por estes fundamentos, a troca de ideias que fomentam um debate e que permitem um progresso democrático não se coadunam com os preceitos de um sistema de partido único. Nelson Traquina no seu livro *O que é Jornalismo* nota que, desde os primórdios da teoria democrática, a liberdade de informar e opinar é um factor de vital importância. O que dá a oportunidade ao jornalismo de informar mas, também, de vigiar o governo (Traquina, 2002). Segundo Traquina: “Tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo, sem liberdade, ou é farsa ou é tragédia. Definir o jornalismo

num regime totalitário, quer sob as formas seculares, como, por exemplo, o fascismo, quer sob a forma religiosa, como por exemplo, o ex-regime dos Taliban no Afeganistão, é fácil: aí o jornalismo é propaganda ao serviço do poder instalado.” (Traquina, 2002: 12).

O regime português teve dois ditadores, mas sempre a mesma inspiração. O primeiro foi António de Oliveira Salazar e o segundo Marcello Caetano, que assumiu o poder em 1968, depois de Salazar ter ficado gravemente doente. Mas, a mudança de primeiro-ministro em pouco alterou a condição da sociedade portuguesa. Com a chegada ao poder de Marcello Caetano deu-se um ligeiro abrandamento nas políticas repressivas, verificando-se uma pequena abertura social. A *Primavera Marcelista*, como ficou conhecida, teve uma curta duração, mas modificou alguns aspectos do regime. Em 1969, a PIDE foi extinta e criada a Direcção-Geral de Segurança (DGS) que desempenhava funções similares às da extinta PIDE e, por sua vez, a Censura Prévia passou a chamar-se Exame Prévio, que também desempenhava as mesmas funções que a sua congénere.

A sociedade portuguesa, pode considerar-se que não possuía os fundamentos de uma sociedade aberta do ponto de vista da comunicação. Não existiam em Portugal os alicerces exigidos pela liberdade de comunicação, como a “ausência de censura, de licenciamento ou de outros controlos pelo governo;” (McQuail, 2003: 169). A liberdade de imprensa, uma das pedras angulares de um sistema democrático, não existiu em Portugal até à Revolução dos Cravos. A sociedade em geral, e os meios de comunicação em particular, viviam sob a égide da repressão, o que permitia ao governo actuar da maneira que entendia, sobre o que entendia, sem ter que levar em linha de conta nem a opinião da oposição ao governo, uma vez que a União Nacional era o partido único, nem a opinião dos cidadãos. A contestação popular, ou seja, as manifestações anti-governamentais também não eram permitidas. A contestação ao governo era rapidamente terminada por parte das forças policiais, no caso da população civil, e pela censura no caso dos meios de comunicação social.

Nos países democráticos, os *media* operam como “Quarto Poder”⁵. Podem ser «observador», exercendo vigilância pública em relação aos que detêm mais poder,

⁵ “Termo atribuído pelo historiador Thomas Carlyle ao polemista do século XVIII Edmund Burke e aplicável à galeria da imprensa da Câmara dos Comuns. Burke afirmou que o poder da imprensa era pelo

especialmente governos e grandes empresas. Media livres terão que estar preparados quando necessário, para atacarem os poderosos, expressarem pontos de vista controversos e desviarem-se de convenções e do senso comum» (in McQuail, 2003: 170). No entanto, em países com regimes não democráticos, a realidade não pode ser esta. A existência de realidades sociais distintas das existentes em regimes ditatoriais e o conhecimento destas por parte da população põem em causa o próprio regime. Uma situação nada apropriada para o sistema. Este factor, que pode desencadear contestação ao governo, pode explicar o controlo sobre os *media* nestes regimes. Este retrato traçado corresponde ao caso de português. A forte vigilância estatal permitia que críticas às instituições vigentes não acontecessem e que os valores instituídos não fossem contestados. O país pode ser assim enquadrado no “modelo dos media dominantes”, que tem como oposição o “modelo dos media pluralistas” (McQuail, 2003: 72). Este modelo pauta-se pelo facto de os media serem controlados por um pequeno número de pessoas que detenham o mesmo tipo de interesses. Assim, é gerada uma visão do mundo “limitada e indiferenciada” (McQuail, 2003: 72), que perspectiva os interesses dos controladores, deixando a audiência passiva e sem poder crítico o que reforça e legitima a “estrutura prevalecente do poder” (McQuail, 2003: 72), o que acaba por manter o sistema político vigente (McQuail, 2003).

Entender a realidade portuguesa até ao 25 de Abril é entender o porquê da falta de interesse dos órgãos de comunicação internacionais por Portugal. Não podemos esquecer as palavras de Galtung e Ruge: “(...) [a]imagem não é só moldada pelos *media* noticiosos (imprensa, rádio, televisão, filmes de actualidades); as impressões e os contactos pessoais, as relações profissionais no estrangeiro, os despachos diplomáticos, etc., também contam – se pouco ou muito não sabemos.” (Galtung e Ruge, 1965: 62). Como pudemos perceber, Portugal não queria dar-se a conhecer internacionalmente.

As opiniões dos correspondentes estrangeiros, ou enviados especiais a Portugal, na época anterior ou posterior à queda do Estado Novo, que podem ser lidas no livro “O 25 de Abril nos Media Internacionais” organizado por Mário Mesquita e José Rebelo⁶, reflectem essa mesma realidade.

menos igual ao dos três «estados reais» - Lordes, Comuns e Igreja. Tornou-se um termo convencional para jornalistas no seu papel de repórteres e observadores do governo.” (McQuail, 2003: 508)

⁶ O livro contém as actas de um colóquio intitulado «O 25 de Abril revisitado pelos *media* internacionais», organizado em Abril de 1990 pelo *Diário de Lisboa*

Hans Hubner, jornalista da televisão alemã esteve em Portugal na época da ditadura e caracterizou o país como sendo “um cemitério informativo” (Mesquita e Rebelo, 1994:197). Uma opinião partilhada por Marcel Niedergang, jornalista do *Le Monde*, que nota que “a obsessão do regime em guardar silêncio, é a vontade de Salazar de fechar as fronteiras, é a hostilidade contra tudo o que poderia vir do exterior e corromper Portugal, o Portugal que se revia no seu Império, que explica a ausência de interesse, a ausência da cobertura jornalística de Portugal pela imprensa estrangeira.” (Mesquita e Rebelo, 1994: 161). O regime com a sua obstinada crença em fechar as portas ao mundo, que poderia constituir-se como uma ameaça, voltou o país para um total desinteresse e desconhecimento tanto por parte dos *media* internacionais como da população mundial, que poucas referências via sobre Portugal nos meios de comunicação mundiais. Para contribuir para este desconhecimento existia também o facto de a comunidade internacional, bem como os próprios *media* internacionais, perspectivarem António Salazar como «um ditador suave», e o regime que chefiava como o «regime de partido único» (in Mesquita e Rebelo, 1994: 243). Esta designação do chefe de Estado português e do próprio país podem ser explicadas pelo facto de se considerar que “ditadores conservadores que não são brutais estão melhor posicionados para serem tratados de modo mais suave do que os ditadores socialistas, ou porque são aliados americanos, ou porque mantêm a ordem pública” (Gans, in Rodrigues, 2008, p.66). Mas Herbert Gans salienta ainda que as notícias sobre países que vivem em ditadura são habitualmente censuras às condições que impõem às suas populações acrescentando ainda que “ditadores que não são conhecidos pelo seu lado brutal são tratados mais compreensivamente ou nem sequer aparecem nas notícias, como Salazar em Portugal e Franco em Espanha” (in Rodrigues, 2008: 66).

Susannah Ross, da BBC, mostra o distanciamento que os britânicos tinham em relação ao que se passava em Portugal, afirmando que “Salazar – e muito menos Caetano – não era encarado como um ditador ao nível de Franco. ” (Mesquita e Rebelo, 1994: 205). O facto Portugal estar sob regime de ditadura, para a Grã-Bretanha era um factor de reprovação. No entanto, por razões políticas, os britânicos preferiam ignorar esse facto, daí que a jornalista afirme que: “Embora o governo britânico estivesse a dismantelar o seu próprio império e desaprovasse ditaduras, Portugal era um membro valioso da NATO e, tradicionalmente, um amigo.” (Mesquita e Rebelo, 1994: 205).

A imagem externa de Portugal é também uma das razões apontadas por Marcel Niedergang, do *Le Monde*, para que o interesse da imprensa mundial sobre Portugal fosse diminuto: “A Portugal associava-se, e ainda se associa, a imagem de um país bem mais modesto que a Espanha, sem dúvida, mas pacífico, aberto ao diálogo, ao compromisso.” (Mesquita e Rebelo, 1994: 163). Portugal era então, visto como um país pacífico e de «brandos costumes» (in Mesquita e Rebelo, 1994: 151). Esta “imagem de marca” de Portugal, aliada à pouca vontade do Estado de se demarcar dela, tiveram como resultado uma total surpresa dos *media* internacionais perante os acontecimentos de 25 de Abril de 1974.

Mário Soares, numa entrevista que deu ao Diário de Lisboa a 17 de Abril de 1990 afirmou: “No antigo regime, os meios de comunicação social estavam sujeitos à censura e ainda que os jornalistas fossem, na sua esmagadora maioria, da Oposição ou simpatizantes, não podiam publicar a mínima crítica. Não era assim, obviamente, com a imprensa estrangeira. Nós procurávamos, através dos órgãos importantes da imprensa internacional, furar a barreira de silêncio que havia relativamente a Portugal. Acho que o conseguimos em muitas oportunidades” (Mesquita e Rebelo, 1994: 295). É importante referir o trabalho desenvolvido pelos ex-exilados políticos, que lutaram para alertar o mundo sobre a situação portuguesa. A tentativa de «furar a barreira do silêncio» de que fala Mário Soares, acabou por ter alguns casos de sucesso. Ainda que não nos seja possível determinar o peso da influência dos exilados políticos na difusão da realidade portuguesa, pelo relato do jornalista Henry Giniger, correspondente do *New York Times* na Península Ibérica na época, podemos perceber que os últimos anos da ditadura não passaram totalmente despercebidos por alguns membros dos *media* internacionais: “Tive, assim, ocasião de verificar, ao longo de 1973 e nos primeiros meses de 1974, sinais de uma possível mudança em Portugal. Em Fevereiro de 1974, por exemplo, deparei como um livro de um tal António Spínola, intitulado *Portugal e o Futuro*, onde, para meu grande espanto, se afirmava que a guerra, não podendo ser ganha em termos militares, exigia uma solução política.” (Mesquita e Rebelo, 1994: 239).

Algumas semanas antes do Golpe de Estado, a 16 de Março de 1974, um grupo de militares, descontentes como a situação do país, executa uma tentativa de derrubar o governo. O golpe das Caldas da Rainha, foi uma tentativa falhada devido à rápida intervenção das Forças Armadas fiéis ao presidente do Conselho de Ministros de então, Marcello Caetano. O acontecimento, na época, teve pouco impacto na imprensa

internacional. No entanto, depois da revolução, esta sublevação foi descrita pelos media internacionais como a preparação para o “(...) desfecho final – e desta vez a sério. ” (AA.VV., 1974: 49)⁷.

Já aqui foi mencionado que o papel dos governos é muito importante no despoletar do interesse dos *media* internacionais. Ainda assim e contrariamente à vontade do regime, durante a ditadura houve dois momentos que não passaram despercebidos pelos órgãos de comunicação internacionais. As eleições presidenciais de 1958 e o massacre de Wiriyamu em Moçambique. A repercussão destes dois acontecimentos na imprensa estrangeira foi vasta, o que revela que a comunidade internacional estava consciente do panorama português, apenas não tinha intenção de tentar alterá-lo. As palavras acima referidas pela correspondente da BBC acerca de Inglaterra podem-se aplicar ao resto do mundo Ocidental. Portugal estava intencionalmente fora dos *media* internacionais e o mundo intencionalmente fechava os olhos a Portugal.

2.2. Eleições de 1958 e o Massacre de Wiriyamu

As eleições presidenciais de 1958 foram alvo da atenção mediática internacional. A candidatura do General Humberto Delgado lançou para as páginas dos jornais internacionais o apagado nome de Portugal por breves momentos. Através da cobertura de dois jornais estrangeiros, considerados de referência no panorama mediático internacional, o britânico *The Times* e o norte-americano *The New York Times*, é possível perceber que a realidade nacional nesse período não passou despercebida no seio da comunidade internacional, particularmente na Inglaterra, um país que o regime considerava amigo devido à velha aliança, e nos Estados Unidos da América, o novo aliado de Portugal na NATO e na ONU.

Mas, antes de explicarmos o fenómeno mediático que gerou a candidatura do general Humberto Delgado é necessário recapitular a relevância concedida a Portugal pelos *media* internacionais. Através de dois excertos de Douglas L. Wheeler, presentes no livro *Humberto Delgado - As eleições de 58*, é possível entender, com clareza, a visão mediática internacional de Portugal. No que se refere à imprensa britânica o autor

⁷ Time, Um livro, uma canção e depois uma revolução, 1974, p. 49.

afirma: “Com algumas exceções significativas, sobretudo revelações de má governação e negligência de Portugal nas suas colónias africanas, a cobertura da imprensa estrangeira sobre Portugal nos anos cinquenta era invariavelmente laudatória e acrítica. Salvo jornais de pendor esquerdista, como o *Manchester Guardian* e *The Observer*, a imprensa inglesa, nos raros casos em que se referia a Portugal, fazia-o de forma não crítica.” (Delgado, 1998: 449-450) [itálico no original]. Quanto àquilo que era veiculado nos Estados Unidos da América, o autor menciona que: “(...) a maior parte do jornalismo e do que se escrevia sobre Portugal, que apareceu nos Estados Unidos no período de 1950 a 58, centrava-se no *Portugal ensolarado*, turismo e viagens, e não em análise de questões” (Delgado, 1998: 449-450) [itálico no original]. A importância mediática dada a Portugal durante os anos do regime era muito pouca e como podemos depreender, aquilo que era veiculado não tinha grande expressão. Não colocava em causa o regime e por isso é importante entender porque é que as eleições presidenciais de 1958 marcaram a diferença.

A cobertura noticiosa das eleições por parte dos *media* britânicos pode ser caracterizada como algo que:

“(...) teve o condão de alertar a opinião pública internacional para a crueza dos métodos do regime salazarista, pondo em causa a imagem da respeitabilidade que aquele vinha pacientemente construindo desde finais dos anos 40, e reforçada pela participação do país na NATO e nas Nações Unidas.

Todavia, a estabilização política operada a ferro por Salazar, a par de um esforço persistente da diplomacia e do *lobby* português em Londres, acabariam por limpar um pouco a imagem do Estado Novo no Reino Unido (...)” (Delgado *et al.*, 1998: 391)

Portugal possuía um círculo alargado de amizades na sociedade britânica. Estas amizades estavam como que organizadas “(...) numa espécie de *lobby* pró-português: a *Anglo-Portuguese Society* (...)” (Delgado *et al.*, 1998: 393) e tinha como objectivo «disseminar informação fidedigna sobre os dois países» (in Delgado, 1998:393). A organização era presidida pelo embaixador português em Inglaterra, Teotónio Pereira, e a sua influência verificava-se nos vários sectores da sociedade inglesa, incluindo no seio da imprensa britânica, onde “(...) o Estado Novo gozava da simpatia do circunspecto *The Times*, do *Catholic Times* e, muito especialmente, do fiel apoio do conservador *Daily Telegraph*.” (Delgado *et al.*, 1998: 394). Os autores apontam ainda que: “O correspondente em Lisboa deste último jornal, Luís Marques, era, aliás, um profissional conhecido SNI.” (Delgado *et al.*, 1998: 394).

Com o recurso a este método, o regime de Salazar não se tinha, até então, deparado com grandes reprovações acerca da realidade do país. Afinal Portugal gozava de amizades em certos círculos sociais britânicos, o que permitia uma certa condescendência quanto à realidade portuguesa. No entanto, as eleições de 1958 não poderiam passar em branco na imprensa britânica. Os acontecimentos foram seguidos pelos jornais britânicos, é certo que por uns com mais benevolência do que por outros.

Os jornais britânicos produziam as notícias através daquilo que lhes chegava pelas agências de notícias, mas ainda assim houve meios que destacaram correspondentes para Portugal. Desta forma, conseguiam obter mais pormenores dos acontecimentos de 1958. O excerto descreve de forma sucinta a cobertura noticiosa das eleições desse ano:

“A imprensa escrita, único meio de comunicação social considerado neste artigo, dedicou às eleições portuguesas uma muito apreciável cobertura. Embora a maior parte dos jornais confiasse exclusivamente no que as agências noticiosas, como a *Reuters*, reportavam, uns houve que, utilizando os seus correspondentes em Lisboa, procuraram ir mais longe na exploração do acontecimento.

Começaram estes por, em meados de Maio, anunciar a realização do sufrágio e prosseguiram nas semanas seguintes com o perfil dos vários candidatos, o relato da agitação em comícios de Humberto Delgado, a desistência de Arlindo Vicente em favor do general e, nas vésperas do acto eleitoral, com vaticínios pouco surpreendentes sobre a vitória de Américo Tomás. Após o dia 8 de Junho, o volume de notícias decresceu significativamente e os únicos acontecimentos a merecerem destaque, para além da apresentação dos resultados finais, foram a substituição de Delgado no cargo de Director-geral da Aviação Civil e subsequentes críticas da oposição à forma como todo o processo decorrerá. A generalidade das notícias vindas a lume nos tablóides, tanto as transcritas das agências como as enviadas pelos próprios correspondentes, enquadravam-se num registo factual, não comprometido. Apenas os jornais mais «sérios», como o *Times*, o *Manchester Guardian* e o *Daily Telegraph* e as revistas como o *Economist* ou o *New Statesman*, se preocuparam em contextualizar o fluxo noticioso com editoriais e/ou artigos de opinião assinados. Mas não deixa de ser curioso que, fugindo à regra, um tablóide como o *Daily Express* se tenha dado ao trabalho de entrevistar Humberto Delgado, ou que o *Reynolds News* (outro tablóide), tenha publicado um editorial acerca das eleições.” (Delgado *et al.*, 1998: 394-395).

Apesar de um influente círculo de amigos no Reino Unido, as notícias que eram veiculadas na imprensa britânica sobre Portugal nem sempre demonstravam o apoio de outrora. Algumas tinham mesmo implícito um tom negativo e desaprovador do sistema vigente. O jornal *The Times*, que tinha alguma simpatia pelo regime português, publicava a 12 de Maio de 1958 o seguinte: «Respondendo a questões numa conferência de imprensa, o general Humberto Delgado, candidato independente da oposição nas próximas eleições presidenciais, disse que se fosse eleito demitiria o

Doutor Salazar.» (in Delgado *et al.*, 1998: 395) [itálico no original]. O artigo, pelo que se pode ler, reflecte o descontentamento relativamente à figura do primeiro-ministro e às suas políticas. Mas alguns dias depois, a 24 de Maio, a revista *News Statesman* veiculava: «*O general Delgado (...) está rapidamente a transformar-se no maior desafio ao regime desde que [Salazar] tomou o poder em 1928. Os Americanos gostam dele (esteve em Washington como adido da Aeronáutica, e delegado permanente do Comité Militar da NATO). É popular no Exército, especialmente entre os oficiais mais novos, que detestam Santos Costa, o ex-nazi ministro da Defesa de Salazar. Tem um aliado silencioso no Presidente Gomes (que Salazar não quis que concorresse à reeleição) (...)*». (in Delgado *et al.*, 1998: 399) [itálico no original]. No mesmo artigo a revista acrescenta ainda: «*O número e o comportamento ordeiro dos apoiantes de Delgado impressionaram a opinião pública portuguesa conservadora: a tática de Salazar (...) foi provocar, apresentar o general como um demagogo e o seu desafio ao regime como um convite ao caos.*». (in Delgado *et al.*, 1998: 399) [itálico no original]. Este artigo tem um efeito muito mais perturbador para Portugal que o anterior. A realidade portuguesa é, neste último artigo, mais pormenorizada, demonstrando-se um real conhecimento acerca das condições do país. A publicação de artigos como estes, originou que o Embaixador português se questionasse se a amizade e a benevolência existentes outrora no Reino Unido ainda vigorava. O telegrama, de 9 de Junho de 1958, do Embaixador português em Inglaterra demonstra-o:

«Toda esta imprensa faz referência resultado da eleição presidencial. No momento final campanha eleitoral ou já depois foram publicados quatro ou cinco artigos de comentário. Tom desses artigos oscilou conforme posição ideológica desde: tom amigável mas de certo modo crítico de Times e Economist até expressões de ódio com que New Statesman se rejubilou com o que disse ser o final da lenda pacífica do regime. News Chronicle publicou uma carta atacando o regime português que vem assinada praticamente por todos os inimigos que em vários campos de acção se manifestaram contra nós nos últimos anos - dez ou doze nomes. Daily Telegraph foi o que compreendeu melhor o significado desta eleição em Portugal que teve coragem denunciar contradições dos membros esquerdistas a nosso respeito. Seu editorial dia 5 merece registo. Penso que o correspondente Luís Marques deve ter boa parte na atitude deste jornal. Telegramas mandados de Lisboa por correspondentes (...) têm sido invariavelmente hostis política governo, nunca reflectindo aspectos pudessem ser favoráveis e repisando sempre declarações mais chocantes Delgado e suspeitas acerca correcção eleitoral. Aparte resultado final vitória almirante Tomás todos os pormenores telegrafados de Lisboa foram desagradáveis ou hostis. Perigo ordem pública parece nunca ter sido tomado a sério por esses indivíduos e nunca saiu aqui qualquer expressão registando especialmente boa ordem eleição ou reconhecimento por parte delegados Delgado lealdade acto eleitoral. Barragem jornalistas esquerdistas diminuiu portanto significado vitória almirante Tomás. Jornais já referem afastamento Delgado lugar Aviação Civil mas sem fazer qualquer comentário directo aparte recordarem sua declaração inicial que propunha demitir o presidente

Conselho. Levará tempo a restabelecer neste meio nosso prestígio que foi infelizmente muito afectado pelas delirantes declarações de Delgado e pelo apoio que lhe deram muitas pessoas com quem conviveram durante esses dias os correspondentes estrangeiros.» (in Delgado *et al.*, 1998: 405-406) [itálico no original].

Há um dado que tem de ser tido em conta quanto à cobertura britânica destas eleições: a imagem do regime foi senão alterada, foi pelo menos abalada. As notícias revelaram o “ataque” que a candidatura do general Humberto Delgado perpetrou sobre o regime, apoiado por massas de populares. As reais condições do país foram reportadas, o que contribuiu para que a imagem externa do regime não fosse pelo menos a mesma do que antes das eleições.

Quanto à cobertura norte-americana, o *The New York Times* foi o jornal que mais destaque deu às eleições portuguesas. O jornal americano tinha um correspondente em Madrid, Benjamin Welles, que passou várias semanas em Lisboa nesse período. As notícias que foram publicadas por este órgão, eram uma combinação daquilo que era veiculado pelas agências noticiosas e daquilo que era reportado pelo próprio correspondente. É necessário ter em conta um factor que distingue a cobertura norte-americana da cobertura britânica. O general Humberto Delgado não era uma figura desconhecida nos Estados Unidos da América. O general já tinha trabalhado “(...) nas negociações entre Portugal e os Aliados para a concessão de bases no arquipélago dos Açores e, entre 1952-55, exercera o cargo de adido militar e aeronáutico na Embaixada de Portugal em Washington, bem como representante português na NATO.” (Delgado *et al.*, 1998: 429). O facto de o general ser conhecido nos círculos diplomáticos e governamentais (Delgado *et al.*, 1998), bem como o facto de Portugal não ter amizades benevolentes nos Estados Unidos, levou a que a sua candidatura fosse aceite e respeitada como um novo fôlego na sociedade portuguesa.

A primeira notícia escrita pelo correspondente em Lisboa revelava a intenção do general Humberto Delgado candidatar-se à presidência da República, que caracterizava como «*contra o regime de Lisboa*» e um «*partidário e franco amigo dos Estados Unidos.* » (in Delgado *et al.*, 1998: 429) [itálico no original]. Mas os elogios a Delgado não se ficavam por aí, o correspondente adianta que a candidatura era « (...) *uma audácia política raramente encontrada em Portugal*», acrescentando ainda que « (...) *as críticas que se espera que o general Delgado venha a fazer do reinado de Salazar certamente atrairão a atenção do mundo(...)*» (in Delgado *et al.*, 1998: 429) [itálico no original]. A cobertura do *The New York Times* privilegiava a campanha eleitoral de

Humberto Delgado, demonstrando de forma clara a sua posição. As notícias que eram publicadas sobre o país focavam habitualmente a candidatura do general:

“A partir de 16 de Maio a campanha eleitoral passa a dominar as frequentes referencias a Portugal nas páginas do *The New York Times*. As notícias publicadas neste periódico, quer as provenientes do correspondente em Lisboa, quer as oriundas das agências noticiosas, referem-se quase em exclusivo à campanha de Humberto Delgado. Especificamente, o jornal dava particular cobertura às notícias de incidentes e actos de violência contra os apoiantes de Delgado e às acusações do general em relação ao comportamento do governo e forças policiais.” (Delgado *et al.*, 1998: 431)

De acordo com o livro *Humberto Delgado – As eleições de 58*, o jornal apenas fez uma cobertura noticiosa da candidatura de Américo Tomás, candidato apoiado por Salazar. Esta notícia foi publicada na véspera das eleições e dava conta do “(...) discurso de encerramento proferido por Salazar.” O periódico, na única vez que fala da candidatura apoiada pelo regime, salienta a questão levantada por Salazar durante o discurso: “Este interrogava-se se a campanha eleitoral de Delgado teria sido uma campanha à *portuguesa ou à americana*, ou antes *um movimento sedicioso baseado no modelo russo*.” (Delgado, 1998: 435). Apesar de poder antever o resultado das eleições, o correspondente Benjamin Welles “(...) faz o balanço da campanha eleitoral e analisa os possíveis cenários eleitorais. O jornalista considera a vitória de Américo Tomás um dado adquirido. (...) Mas apesar da continuidade política se encontrar assegurada, Welles julga que a campanha presidencial introduziu na normalmente «sonolenta» actividade política portuguesa um fenómeno inteiramente diferente. O candidato da oposição, Humberto Delgado, levava até ao fim a sua campanha pautando-a por (...) *táticas dinâmicas, abertas e anti-salazaristas*.” (Delgado *et al.*, 1998:433-434). Dois dias após as eleições, o *The New York Times* publica um editorial não assinado que é importante ter em conta, uma vez que demonstra com clareza o significado das eleições na comunidade internacional e prova que a realidade portuguesa, neste período, não era totalmente desconhecida:

“Em circunstâncias normais, afirma o editorial não assinado, as eleições presidenciais portuguesas seriam ignoradas pelo mundo com um simples encolher de ombros. Desta vez, porém, as eleições atraíram interesse mundial devido à *corajosa campanha do general Humberto Delgado*. Os resultados, prossegue o editorial, indicam que o candidato escolhido pelo «ditador» Oliveira Salazar foi o vencedor. O seu nome é Américo Tomás, embora esse facto não tenha *qualquer consequência*. Tomás (...) *não terá qualquer tipo de poder e o Dr. Salazar poderia inclusive ter escolhido o polícia de trânsito mais próximo*. O editorial desenvolve depois uma contundente crítica ao regime salazarista. De acordo com o texto, tem sido hábito na Inglaterra, nos Estados Unidos e um pouco por toda a

parte, julgar a ditadura portuguesa como *benevolente, apropriada e eficiente*. Salazar trouxera alegadamente ordem e estabilidade aos portugueses, *turbulentos e incapazes de governar o seu país*. O editorial discorda profundamente desta visão, que considera ser agora totalmente desadequada. E pergunta: *O país cujo povo tem o mais baixo nível de vida do Ocidente Europeu, a mais alta taxa de iliteracia em toda a Europa e uma das piores distribuições de riqueza – poucos ricos e muitos pobres – tem sido bem governado?*

Também existe ordem e estabilidade num «cemitério», prossegue o editorial, mas quando, (...) *na segunda metade do século XX* (...), essa ordem e estabilidade são impostas (...) *com a privação de todas as liberdades* (...), o resultado é (...) *degradante e não edificante*. A prisão de Vieira de Almeida *por ter dirigido a campanha de Delgado* é por si só, suficiente para que se entenda o que o regime de Salazar realmente é. O próprio Delgado, afirma o editorial, corre agora o risco de prisão por ter cometido o (...) *crime de se opor vigorosamente ao regime de Salazar*. O editorial conclui dizendo que, quando a história destes tempos for escrita no futuro, é bem possível que os 25% de votos de protesto em Delgado pesem mais do que os 75% do almirante Tomás. Estas eleições podem bem ter sido (...) *o primeiro passo hesitante do povo português em direcção à liberdade.*” (Delgado et al., 1998:436-437).⁸

Este jornal foi o periódico norte-americano que mais exaustivamente reportou as eleições presidenciais portuguesas. Este facto é importante. O jornal em questão é um dos maiores periódicos dos Estados Unidos e, ao publicar um editorial como o acima transcrito, dá o alerta para a realidade portuguesa. Anteriormente demonstramos que o país era pouco importante no panorama internacional e, conseqüentemente, pouco importante no panorama mediático internacional, mas este episódio demarca-se assim da imagem que era feita de Portugal.

A cobertura do *The New York Times* não terminou com as eleições. O periódico manteve a sua atenção no candidato e nos vários episódios relacionados com o mesmo depois de terminado o período eleitoral. O interesse em Humberto Delgado prolongou-se durante cerca de mais um ano e meio, fazendo assim notícia sobre a sua partida para o exílio.

O trabalho desenvolvido pelo *The New York Times* sobre as eleições de 1958 foi, claramente, favorável a Humberto Delgado. Como já aqui foi referido, apenas uma vez foi feita a cobertura da campanha eleitoral de Américo Tomás, candidato apoiado pelo regime, o reflecte assim um claro favorecimento da causa de Humberto Delgado em

⁸ Devido à impossibilidade de aceder ao editorial original do *The New York Times* e por acreditarmos que o conteúdo do mesmo é fulcral na percepção da atitude dos meios de comunicação internacionais face a Portugal na época das eleições de 1958, optamos por transcrever este excerto, que correspondente praticamente na totalidade, ao editorial do mesmo jornal. A utilização desta fonte secundária deve-se exclusivamente à impossibilidade de aceder ao editorial original, bem como ao facto de acreditarmos que o conteúdo do mesmo, é de extrema importância. Acreditamos que revela se forma indubitável a percepção dos *media* internacionais quanto a Portugal no período eleitoral de 1958.

detrimento do candidato oficial. Do ponto de vista do jornalismo, a cobertura deste periódico das eleições não foi isente. O interesse em apenas um candidato revela que a objectividade não foi conseguida bem como, o dever de fazer uma cobertura equilibrada, dando o mesmo tempo de antena a ambos os candidatos. Nesta extensa cobertura noticiosa, a crítica ao regime português e a repressão operada pelas forças policiais sobre os apoiantes do general foram factos presentes nas notícias do jornal. A amizade recíproca de Delgado pelos Estados Unidos, fruto de um conhecimento amplo, por parte do candidato do país, bem como dos EUA pelo candidato, não foi esquecida sendo uma das justificações que encontramos para o interesse deste meio na cobertura noticiosa das eleições. Para além da existência de um candidato independente ao regime ser, por si só, um facto inesperado, encontramos uma outra razão para o interesse demonstrado pela candidatura de Humberto Delgado. A condição de Portugal como membro da NATO. Sabemos que Portugal foi um membro fundador deste organismo, no entanto, Portugal era o único membro da organização a viver em ditadura. C.L.Sulzberger, colunista, na época, do *The New York Times* para questões de política externa norte-americana escreveu um artigo intitulado «Portugal: a Anomalia na NATO» (Delgado *et al.*, 1998: 446) onde a pretexto de falar da política externa portuguesa, menciona a realidade interna do país:

“O articulista reconhece que a ditadura salazarista se encontra numa (...) *linha clássica, anterior ao século XX* (...), Salazar nunca favoreceu (...) *camisas coloridas, saudações romanas, racismo* (...), e nunca se auto-intitulou *Duce of Fuhrer*. Todavia, no regime salazarista as actividades oposicionistas são proibidas, os funcionários públicos que expressem «doutrinas subversivas» podem ser despedidos e as greves são ilegais. A polícia política, continua Sulzberger, pode prender suspeitos por um tempo indeterminado, (...) *enquanto se continuarem a mostrar perigosos*. Numa palavra, (...) *um aliado com doutrinas ultrapassadas e anómalas* (...) é, no mínimo, como o Estado português pode ser considerado.” (Delgado *et al.*, 1998: 446)

Os factos acima mencionados demonstram que Portugal nem sempre foi ignorado pelos *media* estrangeiros. As eleições de 1958 marcaram por instantes o panorama português e internacional. É indiscutível que se tornaram numa dor de cabeça para o regime português de então. No entanto, e como seria de esperar dadas as circunstâncias do país, a vitória do candidato apoiado por Salazar não foi inesperada e levou, a médio prazo, que o país voltasse a restabelecer as suas antigas políticas. Este facto desencadeou um novo afastamento da imprensa internacional em relação ao país, que voltou praticamente ao esquecimento.

O massacre de Wiriyamu é distinto dos acontecimentos de 1958. O *The Times* de Londres, no dia 10 de Julho de 1973 noticiava o caso em primeira página. O massacre perpetrado pelas Forças Armadas portuguesas presentes em Moçambique, tinha acontecido no final do ano anterior, a 16 de Dezembro de 1972. A notícia do *The Times* não foi produzida por um correspondente presente na Guerra Colonial portuguesa, mas sim pelo Reverendo Adrian Hastings. A notícia era uma cobertura alargada do massacre e apontava para morte de mais de quatrocentos moçambicanos.

A publicação desta notícia em Julho de 1973 não poderá ser vista como mera coincidência. Ainda que a realidade da época não permitisse um fácil acesso à informação como acontece nos dias de hoje, há um hiato temporal superior a seis meses. A divulgação do massacre aconteceu na mesma altura em que Marcello Caetano, presidente do Conselho de Ministro, está de visita oficial a Londres. A visita oficial do presidente do Conselho ficou marcada pelos protestos, nomeadamente em frente ao parlamento britânico, e pelo pedido do Partido Trabalhista britânico do cancelamento da visita oficial de Caetano, algo que não se verificou. O massacre desencadeou protestos que foram reproduzidos amplamente pelos jornais britânicos, chegando mesmo a ser assunto de capa em alguns dos diários daquele país.

O massacre de Wiriyamu voltou a atrair a atenção mediática britânica para Portugal. Ainda que o alcance deste acontecimento tenha sido menor que as eleições de 1958, a sua influência não pode ser esquecida. Uma vez mais as políticas portuguesas eram alvo de reprovação nos *media* mundiais. Este facto não era nada favorável ao país. Com vimos anteriormente Portugal, tinha uma relação privilegiada com o Reino Unido, mas acontecimentos com este têm uma dimensão que não permite serem “abafados” pelas amizades. A vinda a pública destes dois acontecimentos apenas serviu para danificar ainda mais a já desfavorável imagem que o mundo tinha de Portugal. É certo que despertou o interesse por parte dos *media* internacionais em Portugal, mas pelas piores razões. A imagem que Portugal tinha no exterior era já comprometida com a mão pesada do regime, que utilizava todos os meios para conseguir assegurar o seu poder. Mas a partir do momento que os *media* internacionais repercutem estes acontecimentos, a imagem de Portugal deteriora-se ainda mais. Aquilo que o mundo já sabia sobre Portugal é confirmado na informação sobre estes acontecimentos.

2.3 25 de Abril de 1974

O dia 25 de Abril de 1974 foi um marco histórico para Portugal e, esse marco foi acompanhado pelo mundo. Os acontecimentos proporcionados por este dia focaram a atenção mundial em Portugal. A comunidade internacional já tinha assistido a muitas revoluções e, ainda que não anteviesse o golpe de Estado português, o facto que mais a surpreendeu foram as condições e a forma em que tudo ocorreu. O golpe de Estado foi pacífico, tendo apenas havido alguns tiros por parte de elementos da DGS, fiéis ao regime, que não queriam render-se ao Movimento das Forças Armadas (MFA). Uma revolução calma e sem sangue foi um facto inesperado para o mundo que, em situações semelhantes, tinha assistido a derramamentos de sangue e a elevado número de mortos. A Revolução apanhou de surpresa a maioria dos meios de comunicação internacionais, que até àquele momento desvalorizavam o contexto social português.

Portugal era, até à revolução, o único país europeu ainda detentor de colónias em África, um factor negativo para a comunidade internacional que tinha iniciado o seu processo de descolonização no início da década de 1960, época em que também começou a Guerra Colonial portuguesa. Para além disso, Portugal, assim como a Espanha, eram das poucas ditaduras vigentes na Europa Ocidental, ainda que ambos os países tivessem políticas económicas e sociais díspares. Com a queda do regime, muitas questões se levantaram quanto ao futuro de Portugal.

O golpe militar levado a cabo pelas baixas patentes das Forças Armadas, altera assim a situação portuguesa que, de um dia para o outro, preenche as páginas dos jornais internacionais. A queda do regime restitui a liberdade e a transição para um regime democrático entra em marcha.

Com a restituição da liberdade, é possível começar a falar sobre os temas que importam à população e que estavam proibidos, os órgãos de comunicação podem publicar ou difundir a realidade do país, sem a repressão do lápis azul. O país «onde não acontecia nada» (in Borga, 1982: 31) transforma-se no país em que tudo acontece. E para relatar as muitas alterações que acontecem, muitos correspondentes estrangeiros chegam a Portugal, o que é um dado marcante, uma vez que até então, devido à conjuntura nacional, o número destes profissionais era baixo.

Portugal entrou assim para o centro da atenção mediática e, como refere Mário Mesquita, “(...) transformou-se, após a Revolução do 25 de Abril, no «laboratório

político da Europa» e, simultaneamente, em factor de instabilidade face ao equilíbrio político europeu estabelecido em Ialta. ” (Mesquita e Rebelo, 1994:13). As alterações sociais ocorridas, fruto do golpe de Estado, foram rapidamente visíveis, um factor que chamou a atenção dos órgãos de comunicação internacionais e que é perceptível pelo relato de Maxwell: “Em 24 de Abril, numa quarta-feira, os cartazes de propaganda difundiam a imagem de felizes multidões multirraciais de banhistas nas praias de «sol e de sonho» de Moçambique; em 26 de Abril, sexta-feira, as paredes encontravam-se adornadas da foice e do martelo. Os velhos liberais estavam horrorizados. Era de mais, em tão pouco tempo.” (AA.VV., 1974: 12).

A surpresa dos *media* internacionais quanto ao processo revolucionário português, que ocorreu de forma célere e sem violência foi repercutida na imprensa internacional: “Na semana passada, um grupo estreitamente coordenado de oficiais do Exército aplicou essa tradição civilizada a um acto muitas vezes violento – um golpe militar. Mal se disparou um tiro, e apenas um punhado de vidas se perderam quando os rebeldes atacaram e – em treze horas – arrebatarem o «controle» do país das mãos do regime caduco e ultraconservador que manteve Portugal num sistema feudal. No entanto, embora tenha sido calmo e rápido, o golpe assinalou uma nova era na história.” (AA.VV., 1974: 55).

O cenário internacional da época está marcado por vários acontecimentos importantes e que tiveram eco nos *media* internacionais como a Guerra Fria, o caso Watergate, o golpe de Estado no Chile, etc.. Este factor, aliado às fracas condições oferecidas por Portugal, antes da queda do regime, tiveram como resultado um baixo interesse dos órgãos de comunicação internacionais, o que significa que não existiam muitos correspondentes estrangeiros em Portugal. Por esta razão, a insurreição militar que depôs o regime suscitou o envio de muitos correspondentes estrangeiros para reportarem a realidade portuguesa emergente. Muitos dos correspondentes que chegavam a Portugal nas horas seguintes à Revolução do dia 25 de Abril tinham feito a viagem de automóvel, uma vez que o aeroporto de Lisboa estava encerrado. Foi esse o caso de Henry Giniger, na época correspondente na Península Ibérica na época do *New York Times*: “A manhã do 25 de Abril surpreendeu-me em Madrid. Pela rádio, soube que algo de importante se passava em Lisboa. Que não se tratava de uma repetição dos acontecimentos de Março. Como o aeroporto tinha sido encerrado, eu e três outros correspondentes dirigimo-nos de carro para a fronteira, que atravessamos sem qualquer

dificuldade. (...)”(in Mesquita e Rebelo, 1994: 240). Mas por várias razões, nem todos os correspondentes chegaram no próprio dia da revolução. Muitos chegaram nos dias subsequentes e puderam fazê-lo por via aérea, aterrando no aeroporto da Portela. Para os que chegaram de avião, o cenário era distinto de outros golpes de Estado. A presença em outros confrontos semelhantes tinha-os preparado para cenários de morte e impetuosidade, tendo sido com admiração que constatarem o cenário português. A calma reinante e a falta de aparato bélico foram algumas das surpresas sentidas pelos correspondentes: “Espreitando pelos vidros das janelas do avião, em vez do inevitável aparato bélico e da infinidade dos controlos, se lhes depararam as pistas livres, dominadas pelo pessoal de serviço e um controlo fronteiriço que se satisfazia com uma simples verificação dos passaportes. «E depois de tudo isto, como declarava um grande semanário alemão, era só tomar um táxi, pôr as malas no hotel e mergulhar nos acontecimentos.» (in Borga,1982: 31).

No dia da Revolução, e devido ao inesperado dos acontecimentos bem como à falta de canais de comunicação para os meios internacionais, a informação escasseava e muitos *media* mundiais socorriam-se da emissão do Rádio Clube Português para poder fazer a cobertura noticiosa: “É a escuta dessa emissora que permite às agências elaborar os seus primeiros despachos emitidos pelas estações de rádio dos países da Europa e da América. ” (Borga, 1982:31). Isto comprova a falta de preparação dos *media* internacionais para esta situação.

A Revolução portuguesa distanciava-se, assim, dos acontecimentos que muitos já tinham visto, levando mesmo Hans Hubner, jornalista da televisão alemã, a considerar estar perante um «carnaval revolucionário»: “Não dominando a língua, corri desabridamente atrás de acontecimentos que se desenrolavam em catadupa, quantas vezes sem os compreender. Visto de fora, Portugal assumia contornos de um país exótico. ” (in Mesquita e Rebelo, 1994: 198). O país deixava de ser obscuro e fechado para proporcionar uma grande dinâmica informativa. Todavia, os jornalistas estrangeiros, uns talvez por já terem coberto outros acontecimentos deste género, outros por estarem em início de carreira, tinham sentimentos confusos em relação aos factos. Por um lado, tinham a incumbência de relatar os factos de acordo com os princípios basilares do jornalismo, mas por outro lado a efervescência dos acontecimentos criava a vontade de se juntarem aos portugueses nas celebrações da queda da ditadura, como nota José Rebelo acerca dos enviados do jornal francês *Libération*, que fizeram a

viagem de automóvel: “Chegar para descrever. Mas chegar para participar, também, na festa marcada para o primeiro dia de Maio. Os princípios clássicos de objectividade e independência deixam-nos na fronteira. Ninguém é neutral.” (Mesquita e Rebelo, 1994: 83).

Os acontecimentos, tal como a Revolução, desenvolveram-se de forma célere. Steeve Broening, chefe da delegação da Associated Press na época confessou que, para quem tinha de fazer a cobertura jornalística dos acontecimentos, Portugal era um cenário espantoso devido à panóplia de assuntos que suscitava: “(...) problemas importantes, actividade constante e resultado final deliciosamente imprevisível. Por outro lado, o facto de se tratar de um país pequeno, proporcionava a recolha de acontecimentos em primeira mão e a oportunidade de conhecer, ou pelo menos de conversar, com, praticamente, todos os principais protagonistas, desde Álvaro Cunhal e Vasco Gonçalves a Sanches Osório.” (in Mesquita e Rebelo, 1994: 237).

Mas o trabalho dos jornalistas estrangeiros não estava facilitado pelo facto das condições não serem as mesmas de outros golpes de Estado. Se para os portugueses, por terem vivido sob um regime ditatorial que ocultava e omitia a realidade do país, os acontecimentos de 25 de Abril não eram facilmente perceptíveis, nomeadamente ao nível de quem eram os mandantes daquela revolução que punha termo a quarenta e oito anos de ditadura, para os jornalistas internacionais mais difícil era. Um grupo de militares, que se intitulava Movimento das Forças Armadas (MFA), depunha o regime. Mas a interrogação mantinha-se: quem era o MFA? Seriam todos os militares ou apenas uma facção? Qual era a principal motivação para a queda de um tão longo regime? Este desconhecimento da realidade portuguesa suscitou alguma confusão que foi repercutida na imprensa estrangeira.

A figura do General Spínola, “com o seu livro e o seu monóculo” (Mesquita e Rebelo, 1994:205), está no centro das controvérsias existentes quanto aos mandantes da Revolução:

“Numa segunda fase, que se pode situar depois da apresentação da Junta ao país, será Spínola o herói visível, que veio encarnar, após um «tempo de expectativa e de apelo» (...). Por enquanto, a Imprensa atribuirá ao «movimento dos capitães», e ainda na sombra, um papel secundário, de apoiante de chefe carismático cujo objectivo seria a instauração da democracia. Numa terceira fase, depois do 1º de Maio, o herói colectivo, até então escondido, emergiu lentamente nas páginas dos jornais – trata-se dos «capitães de Abril», que vão institucionalizar, progressivamente, o Movimento das Forças Armadas (MFA) – o qual reivindicará o papel de autor da Revolução e apresentará Spínola como um desvio

conservador, e até como um risco de restauração do regime autoritário. De principal protagonista, o chefe carismático passa a opositor...” (Mesquita e Rebelo, 1994: 68-69).

2.4 Os primeiros dias da Revolução

O país viveu os dias seguintes à revolução num clima de delírio. A população comemorava a queda do regime nas ruas e os novos acontecimentos promovidos pela restituição da liberdade sucediam-se em catadupa. O acompanhamento feito por parte dos *media* internacionais não foi igual para todos os países, tendo alguns feito uma cobertura mais pormenorizada dos acontecimentos portugueses.

A Espanha, sob o regime ditatorial de Francisco Franco, acompanhou os acontecimentos nacionais e encarou com alguma preocupação as informações que lhe iam chegando. A apreensão espanhola não pode ser tida como inesperada, uma vez que as repercussões do golpe de Estado português poderiam alcançar a Espanha. Cesário Borga cita um jornal espanhol que, questionou figuras ligadas ao regime para saber qual o impacto que a revolução portuguesa poderia ter em Espanha: “(...) dois procuradores às cortes espanholas dizem claramente que qualquer «situação anómala que se verifique em Portugal terá inevitáveis reflexos negativos em Espanha». ” (in Borga, 1982: 33). Apesar de ser um regime ditatorial, a Espanha, no dia seguinte aos acontecimentos portugueses, veiculava na imprensa a notícia dos factos ocorridos em Lisboa, dedicando “(...) a Portugal grande parte do seu espaço. ” (Borga, 1982: 32). A Revolução portuguesa acabou por questionar a sociedade espanhola quanto ao regime vigente, como adiantou Cesário Borga citando um comentador político que afirmava: «Penso que os acontecimentos verificados em Portugal nos devem fazer meditar seriamente na realidade espanhola.» (in Borga, 1982: 33). Na verdade, o regime de Franco não se regia pelos mesmos parâmetros do regime português. A Espanha tinha introduzido uma série de medidas que tinham possibilitado a evolução da sociedade a vários níveis, mas ainda assim continuava em ditadura. Marcel Niedergang, do *Le Monde*, retrata a sociedade espanhola da época e as consequências que poderia antever da revolução portuguesa: «A Espanha, que ganhou dez pontos de avanço sobre o seu vizinho português, graças à sua taxa de crescimento recorde, não enfrenta nenhuma crise nacional grave, e não se vê despontar no horizonte nenhum general Spínola. Mas as Forças Armadas, reflexo das classes médias em expansão, solicitadas por uns e por outros para serem o guardião de

um pós-franquismo ainda mal definido, não podem deixar de se interrogar sobre a explosão de entusiasmo que varre as ruas de Lisboa». (in Mesquita e Rebelo, 1994: 58).

Os *media* franceses, fizeram uma ampla e vasta cobertura jornalística dos acontecimentos do 25 de Abril. José Rebelo menciona que os jornalistas franceses ocupavam “(...) todo o sétimo andar do [Hotel] Mundial, assim convertido numa enorme sala de redacção (...)” (Mesquita e Rebelo, 1994: 84). Os acontecimentos no Portugal pós- 25 de Abril eram muitos e iam surgindo a uma velocidade elevada, o que não dava a oportunidade aos jornalistas de os cobrirem a todos. Para os jornalistas franceses, o facto de serem vários e estarem instalados no mesmo hotel era uma vantagem, pois permitia-lhes trocarem informações: “São diferentes os jornais. Presume-se que sejam diferentes os públicos. Mas há que rentabilizar ao máximo os contactos de uns e de outros. Até porque se torna materialmente impossível cobrir tudo o que se passa num dia. Ao jantar (...), trocam-se informações (...)” . (Mesquita e Rebelo, 1994: 85). Cada sociedade via de diferentes ângulos as repercussões que a Revolução iria trazer. O destaque da imprensa francesa foi para as colónias em África, que Portugal teimava em manter durante a ditadura. O jornalista francês Jorges Dupoy, nota que a questão colonial por ser, na época, um ponto sensível na sociedade francesa devido ao processo de descolonização da Argélia, foi a razão do enfoque da imprensa daquele país: “Não era tanto a queda de uma ditadura velha, de quase meio século, ditadura esquecida, discreta, quase secreta, que apaixonava os franceses, mas o fim do último grande império colonial europeu que abria a ferida ainda viva da nossa difícil descolonização. ” (Mesquita e Rebelo, 1994: 139).

Os Estados Unidos da América, por outro lado, viram os acontecimentos desenrolados em Portugal de um prisma diferente daquele que outros países o viram. As primeiras horas da Revolução surpreenderam os Estados Unidos, que desconheciam a conjuntura nacional. Os primeiros relatórios da CIA afirmam que a imprensa transmite que um levantamento militar está a suceder em Lisboa. A calma aparente que Portugal habitualmente transmitia, levou a que nem os meios de comunicação norte-americanos nem os serviços secretos anteviram o desencadear destes acontecimentos. Como nota Cesário Borga, “(...) os Estados Unidos apanhados de surpresa sem informações, não iam além de declarações vagas e cautelosas. ” (Borga, 1982: 33). A conjuntura social e política norte-americana era peculiar. O escândalo do Watergate tinha já rebentado há cerca de dois anos e estava a pôr a descoberto o envolvimento do Presidente Nixon

nesse episódio. Para além disso, a Guerra do Vietname ainda perdurava, criando grande contestação social.

Steeve Broening, da Associated Press, relatou: “Como nenhuma cadeia de televisão nem nenhum jornal americano dispunha de uma delegação em Lisboa (...) eram, sobretudo, as agências noticiosas que elaboravam tudo o quanto se lia e dizia nos Estados Unidos sobre Portugal. Durante os dois anos em que por cá permaneci, a AP enviou centenas de notícias. ” (Mesquita e Rebelo, 1994: 238). A agenda norte-americana é normalmente “(...) atraída pelo facto político, dando pouca atenção ao pano de fundo social e histórico. ” (Mesquita e Rebelo, 1994: 228).

Quanto ao Brasil, no próprio dia da Revolução e nos dias subsequentes, deu grande destaque aos acontecimentos portugueses, interrompendo “as emissões de rádio e de televisão para darem notícias de Lisboa (...)”(Borga, 1982:32), podendo assim ser notado algum relevo na sociedade brasileira os acontecimentos portugueses. Na época, o Brasil demonstrava interesse em formar uma comunidade de língua portuguesa, daí que tenha vistos os acontecimentos de Portugal como positivos. Como refere Marcel Niedergang, do jornal *Le Monde*: «O Brasil, que não esconde o seu desejo de construir uma nova comunidade de língua portuguesa “dos dois lados do Atlântico”, e cujos interesses em Angola são já importantes, não pode deixar de se felicitar por esta evolução...» (in Mesquita e Rebelo, 1994: 58).

2.5 Os primeiros meses pós-25 de Abril

A Revolução teve como efeito imediato a queda do regime vigente, mas os seus efeitos prolongaram-se. Com a nova realidade emergente, muitas alterações sociais tinham de necessariamente acontecer. É caso para dizer que a revolução aconteceu num dia, mas as mudanças que promoveu perduraram no tempo. Os primeiros dias do pós-Revolução ficaram marcados pela celebração e entusiasmo da população, que os *media* internacionais noticiaram. Mas, com o serenar do entusiasmo dos primeiros dias foi necessário criar as infra-estruturas sociais para que a transição para a democracia fosse completa e eficaz. Portugal, depois de quase cinquenta anos de ditadura, tinha que criar um governo que trabalhasse para conseguir suprir as carências sociais, económicas e culturais para que, o país pudesse viver plenamente em democracia. Estas alterações

demoraram algum tempo e num país que estava a conhecer o significado de liberdade, a estabilidade demorou alguns meses a chegar.

O cenário português depois da revolução, com muitos acontecimentos necessários à estabilização democrática, foi reportado pela imprensa internacional. Os correspondentes começaram a focar o seu trabalho nos assuntos que suscitavam mais interesse para o país para onde trabalhavam. O trabalho destes profissionais, se quisermos, começou a ser mais específico, não foi semelhante ao dos primeiros dias em que se retratava sobretudo as manifestações de agrado da população.

Portugal, já liberto do regime ditatorial, restituiu as liberdades anteriormente proibidas, nomeadamente a liberdade de associação e a existência de partidos políticos. Muitos dos partidos políticos que existiam apenas na clandestinidade puderam emergir na sociedade, tentando todos eles conseguir o maior número de apoiantes possível. O Partido Comunista Português (PCP), que como todos os outros, à excepção da União Nacional, outrora vivia na clandestinidade, teve também assim a sua oportunidade de se manifestar e promover os seus ideais. A sua chegada aos governos provisórios foi o factor mais importante para a imprensa norte-americana.

Em plena Guerra Fria, que opunha os EUA à União Soviética, os Estados Unidos viam com preocupação a “(...) ameaça comunista, que se intensificou e perdurou ao longo de 1975.” (Mesquita e Rebelo, 1994: 228). A saída do Partido Comunista Português da clandestinidade e os seus lugares cimeiros no poder assustavam os EUA. A ameaça de um país comunista no extremo ocidental da Europa e pertencente à NATO, era totalmente desfavorável aos Estados Unidos: “(...) deseja-se que o novo governo consiga travar os elementos extremistas que querem retirar Portugal da área de influência atlântica». ” . (Mesquita e Rebelo, 1994:59). Henry Giniger, do *New York Times*, confirma a importância dada a Portugal naquela época: “Portugal tornava-se o centro do mundo, o que se traduzia na ocupação de espaços consideráveis nos jornais americanos. Devo acrescentar que, regra geral, a imprensa dos Estados Unidos não presta grande atenção a acontecimentos estrangeiros. Este facto, aliado à intensa actividade política que, então, se vivia em Washington, fruto da queda iminente do Presidente Nixon, torna ainda mais relevante a importância conferida a Portugal e a gravidade com que os acontecimentos portugueses foram encarados. ” (Mesquita e Rebelo, 1994: 241). A realização de um estudo por Gans comprova esse mesmo facto. O estudo realizado nos anos 70 e citado por Traquina, revela o seguinte: “em termos da

cobertura jornalística norte-americana no estrangeiro, havia três categorias de países: 1) os Estados Unidos e os seus aliados; 2) a União Soviética e os seus satélites; 3) os restantes países, que só esporadicamente eram assunto noticiável. Em relação a esta terceira categoria de países, Gans escreve que constituíram notícia apenas quando eram teatro de acontecimentos muito dramáticos, como conflitos, golpes de Estado e grandes catástrofes. ” (Traquina, 2002: 189). Portugal enquadra-se nesta terceira categoria, mas a Revolução foi inesperada e com significado para os Estados Unidos.

Com a queda do regime, Portugal teve que introduzir muitas mudanças para recuperar o atraso provocado pela ditadura. Os acontecimentos surgiam a grande velocidade, o que dava aos correspondentes múltiplos temas sobre o que escrever. No entanto, e depois dos tempos agitados da transição para a democracia, a estabilidade e a calma surgiram desvanecendo assim os motivos de reportagem para os correspondentes estrangeiros. Portugal voltava a perder o protagonismo que tinha alcançado.

No último trimestre de 1975, a também longa ditadura espanhola termina. O General Franco morre e deixa o poder nas mãos do rei Juan Carlos II, que fez a transição para a democracia. Desta vez era a Espanha que ia ganhar protagonismo. Os acontecimentos espanhóis desenvolveram-se de certa forma com mais calma que em Portugal. A Espanha não presenciou nenhum golpe de Estado e ao contrário do que aconteceu em Portugal, que Salazar não tinha apontado qualquer sucessor, o general Franco tinha nomeado o rei Juan Carlos II para lhe suceder. Ainda assim, a actualidade espanhola da época estava dotada de acontecimentos novos o que, despoletou o interesse dos correspondentes estrangeiros que rumaram para Espanha. A calma proporcionada pela transição para a democracia desencadeou o afastamento dos correspondentes estrangeiros de Portugal:

“ A agitação nos media internacionais durou um ano e meio. Quando as ameaças de golpes comunistas se dissiparam, a atenção do mundo dispersou-se. Outros dramas fizeram “passar de moda” a história de um pequeno e empobrecido país e do seu hesitante progresso em direcção à democracia depois de meio século de uma ditadura solitária”. (Smith, in Rodrigues, p.76).

A pouco e pouco Portugal foi perdendo o interesse para os *media* internacionais. Outras realidades emergiram que cativavam o interesse da imprensa internacional. José Rebelo menciona que as eleições de 1976 marcam o fim do interesse em Portugal, ou seja, que é nesse período que “(...) se atinge o kairós: instante preciso em que a curva

descendente do interesse, perceptível desde o início do ano, é substituída pela curva ascendente do desinteresse.” (Rebelo, in Rodrigues, p.76).

2.6 Até à actualidade

De acordo com a distinção estabelecida por Galtung e Ruge, Portugal insere-se nos países periféricos, que protagonizaram poucos acontecimentos que tenham repercussão nos órgãos de comunicação internacionais. Por esta razão podemos entender o porquê de, depois do golpe de Estado e da consequente estabilização democrática, os *media* internacionais terem-se voltado para outros acontecimentos. O facto de Portugal já ter enraizado os principais valores democráticos na sua sociedade e o seu percurso estar a ser traçado para a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), afastou cada vez mais os correspondentes estrangeiros de Portugal. Poder-se-à dizer que a rotina abateu-se sobre a sociedade portuguesa tornando-a desinteressante para os *media* estrangeiros.

Antes da Revolução, em 1973, o investigador Manuel Correia estima que o número de correspondentes em Portugal ronda-se os cerca de vinte e cinco profissionais (Correia, 1994:58). Com a Revolução o número estimado de correspondentes sobe para os trezentos, sendo esta a época na qual afluíram mais profissionais a Portugal pelas razões conhecidas (Correia, 1994:58). Em 1994, o investigador refere que existem cento e vinte e seis profissionais acreditados a trabalham em Portugal (Correia, 1994:58), sendo que em 2009 estão acreditados cerca de setenta profissionais pela Comissão de Carteira Profissional.

O ano de 1986 marca a entrada de Portugal na CEE. É também, por essa altura, que chega a Portugal Barry Hatton, actual correspondente da Associated Press em Portugal. O jornalista refere que:

“ (...) quando eu cheguei em 86, havia muita curiosidade lá fora sobre este país, porque as pessoas não conheciam, estava a sair da ditadura e do pós-25 de Abril e foi quando entrou na União Europeia, na CEE como era na altura em 86, muita gente tava muito curiosa sobre o que estava a acontecer aqui, o que é que era Portugal. E também houve aquela coisa, um enorme investimento estrangeiro, a economia estava a lançar com a ajuda do dinheiro de

Bruxelas e havia muitas oportunidades, o país precisava de crescer e pronto, tinha muito trabalho na altura. Acho que toda a gente tinha.”⁹

O interesse num Portugal democrático existia. A curiosidade em saber como o país ia enfrentando os desafios lançados pela integração na comunidade europeia, bem como a possibilidade de lançar investimentos eram factores relevantes. Mas o interesse mediático em Portugal a partir do final da década de 1970 até ao final da década de 1990 não estava focalizado no país. O foco da imprensa internacional esteve bastante voltado para as ex-colónias portuguesas em África. Após o golpe de Estado, Portugal concedeu a independência às suas colónias africanas, que transitavam assim para países independentes. O decorrer desse processo não foi pacífico nem consensual em todos os países. Algumas das ex-colónias portuguesas enveredaram por conflitos chegando mesmo a guerras civis. Factos importantes para a comunidade internacional e acompanhados pelos *media* internacionais, que preenchiam assim as agendas mundiais com acontecimentos africanos a partir de Portugal. Segundo Correia, as duas razões que explicam os mais de cem correspondentes em Portugal nos anos noventa prendem-se com estes factores:

Uma das principais razões apontadas para a existência de correspondentes estrangeiros em Portugal nessa época prende-se com este factor: “(...) a proximidade de África – mais histórica e cultural do que geográfica – e das ex-colónias portuguesas; a integração na Europa Comunitária formalizada em 1986. Com poucas excepções, os representantes dos órgãos com sede no hemisfério norte, estão em Portugal sobretudo por causa dessa proximidade com África; enquanto os representantes de órgãos com sede em África tratam Portugal como a “porta” de acesso à agora denominada União Europeia.” (Correia, 1994: 54).

Todavia, a importância de Portugal para os *media* estrangeiros não se prende apenas com os conflitos africanos. As ex-colónias portuguesas, ainda que nem todas por igual, eram países subdesenvolvidos e alguns em guerra civil, o que propiciou o aumento do número de imigrantes africanos em Portugal. Desta forma, o número de profissionais destes países aumentou, particularmente a partir da década de noventa do século XX (Rodrigues, 2008).

Por outro lado, no final da década de noventa, os acontecimentos timorenses (ex-colónia portuguesa ocupada pela Indonésia após a independência em 1975 e que, em

⁹ O excerto citado faz parte da entrevista conduzida a este correspondente pela autora.

1999 votou favoravelmente à independência num referendo organizado pela ONU) foram também decisivos para a importância portuguesa no cenário mediático internacional. Muito devido às condições de Timor, um país subdesenvolvido com fracas infra-estruturas sociais e sob um clima de guerrilha, bem com o facto de Portugal intervir diplomaticamente para resolução deste conflito, originaram que os acontecimentos, ocorridos do outro lado do mundo, fossem reportados a partir de Portugal pelos correspondentes estrangeiros. Nem todos os meios certamente efectuaram a cobertura noticiosa a partir de Portugal mas, e tal como acontecera com os conflitos africanos nas décadas anteriores e que se prolongaram pelos anos noventa, a proximidade cultural que liga Portugal às suas ex-colónias foi um factor determinante na escolha de efectuar a cobertura noticiosa de Portugal para o mundo.

Barry Hatton, actual correspondente da Associated Press, não consegue precisar a altura da quebra de interesse em Portugal, mas marca o final do século XX como o ponto de viragem: “ Isto durou até quando? Se calhar a entrada do euro ou até ao final dos anos 90...A partir daí aquando a expansão da União Europeia para vinte e sete países e depois...no final do século XX Portugal ficou muito pequeno. Um país de dez milhões de pessoas, no bloco europeu são quase quinhentos milhões e mundialmente também são milhões, portanto, Portugal foi encolhendo digamos, portanto todo aquele interesse que houve em Portugal a partir de 86 mudou para os países do Leste (...)”¹⁰.

Assim, a maior parte do trabalho que ocupava os correspondentes estrangeiros em Portugal em finais da década de setenta, oitenta e noventa não se centrava em território nacional, mas através da intervenção diplomática nestes cenários e da sua proximidade cultural com estes países, Portugal reassumiu assim algum interesse internacional. Esta é uma das diferenças mais notórias quanto ao interesse em Portugal por parte dos correspondentes estrangeiros depois do golpe de Estado.

No século XXI, a importância portuguesa é esporádica. É marcada por acontecimentos esporádicos. A realidade portuguesa apenas gera acontecimentos relevantes internacionais espaçadamente. Ainda que estes acontecimentos importantes internacionalmente não sejam uniformes para todos os países, existem alguns que serão de alguma importância para todos, como é o caso do Euro 2004 ou da presidência da

¹⁰ O excerto citado faz parte da entrevista conduzida a este correspondente pela autora.

Comissão Europeia. Há ainda um pequeno ponto que é importante referir. Existem as comunidades de imigrantes em Portugal, que por vezes, criam acontecimentos de interesse para os correspondentes que trabalham para os países de onde as comunidades de imigrantes são originárias.

Se procurá-se-mos resumir o percurso dos correspondentes estrangeiros em Portugal poderíamos dizer que estes acompanharam a história contemporânea portuguesa. Se por um momento esquecermos a Revolução de Abril de 1974, Portugal foi notícia em ocasiões esporádicas, nas quais os acontecimentos despoletaram um elevado interesse. As eleições presidenciais de 1958 são um exemplo disso mesmo. O mundo sabia aquilo que acontecia em Portugal, mas como a situação não se alterava, podemos afirmar que a situação portuguesa se tornou uma rotina. E se, como acontece com todas as rotinas, os *media* não se interessam por elas, a verdade é que quando ocorre um acontecimento que quebra a rotina isso desperta ainda mais o interesse dos *media*. É essa uma das razões para que a Revolução dos Cravos tenha tido tanto impacto na imprensa mundial. Afinal, Portugal esteve mergulhado durante quase cinquenta anos numa rotina duramente imposta pela ditadura. Com a estabilização democrática Portugal tornou depois a entrar na rotina, voltando a não produzir acontecimentos relevantes para os meios de comunicação internacionais. O facto de as ex-colónias portuguesas terem tido processos de independência complexos até à democracia propiciou que os correspondentes estrangeiros continuassem em Portugal, mas não obrigatoriamente para produzirem sobre Portugal. A proximidade cultural que liga Portugal às suas ex-colónias operava como um factor importante para a chegada de correspondentes estrangeiros mas, para além disso, o facto de por vezes o país intervir nestes cenários conturbados era uma mais-valia para a entrada de correspondentes. Mas fundamentalmente, o que era importante sobre Portugal para a imprensa estrangeira são acontecimentos não regulares. Este facto não é obrigatoriamente negativo. Podemos considerar que é relativamente natural e consequência da posição e da sua condição geográfica. O mesmo acontece com muitos outros países mundiais, incluindo com outros parceiros europeus.

Capítulo 3 – Estado da arte, objectivos e métodos

Ao desenvolver esta investigação procuramos descortinar aquilo que interessa aos *media* internacionais sobre Portugal. Assumimos que o trabalho dos jornalistas é relatar a realidade que observam, por essa razão entendemos que os correspondentes estrangeiros em Portugal seriam o veículo mais indicado para perceber aquilo que faz de Portugal notícia no estrangeiro. Procuramos através destes profissionais entender aquilo que se escreve e porque se escreve. Fundamentalmente, procuramos saber quais são os acontecimentos da actualidade que são relevantes para os correspondentes estrangeiros para que assim possamos entender aquilo que os meios de comunicação mundiais transmitem sobre Portugal.

Ao investigarmos o universo dos correspondentes estrangeiros em Portugal percebemos que um grande número destes profissionais se inseria na Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal (AIEP). Este facto vai de encontro a uma questão que a investigação de Ulf Hannerz levantou: “Do foreign correspondents make up a “community”? The term obviously has a mixed tradition of a strict and loose usages, but there are ways in which correspondents may form a community even on a worldwide bases.” (Hannerz, 2004: 155). O autor acrescenta ainda: “One institution that certainly plays a part in turning the foreign correspondent’s club, existing under that or similar name. There is one in most places with any sizable number of resident correspondents, although the club’s scales of operation differ considerably. ” (Hannerz, 2004: 160).

Procurando saber se os correspondentes estrangeiros formam uma comunidade, verificamos que estes jornalistas formam, de facto, uma comunidade jornalística que pode ser encarada como uma comunidade interpretativa. Para melhor entendermos o porquê do jornalismo formar uma comunidade interpretativa temos de atender às circunstâncias actuais e passadas do jornalismo. O desenvolvimento que o jornalismo tem vindo a ser alvo desde o século XIX, proporcionou que este se tornasse uma comunidade interpretativa. O jornalismo cresceu, criando valores-notícia que concebem uma forma especial do profissional observar a realidade. A forma como o jornalista vê o mundo, como interage com o mundo, a maneira como fala e a sua própria batalha como o tempo são características da sua cultura profissional, que constitui o seu *ethos* profissional (Traquina, 2002). O *ethos* profissional engloba vários mitos que constituem o imaginário do jornalismo, mas engloba também valores como a liberdade de

expressão e autonomia relativamente aos poderes sociais vigentes, a objectividade na produção noticiosa, a paixão pelo imediatismo. Estes valores estão presentes em qualquer profissional do jornalismo, independentemente do país em que trabalhe (Traquina, 2002). O facto de os jornalistas partilharem todos estes valores cria neles uma forma de pensar e agir perante os acontecimentos, bem como perante a sociedade, bastante semelhante. Não queremos dizer que os jornalistas pensam todos exactamente da mesma forma, apenas procuramos salientar que os jornalistas, por partilharem os valores e referências entre si, defendem as mesmas posições. Esta realidade do jornalismo abrange todos os profissionais do jornalismo.

Hannerz defende que um dos factores que fazem com que os correspondentes estrangeiros formem uma comunidade é o facto de estes criarem um clube ou uma associação. Em Portugal, existe a Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal (AIEP), que agrega jornalistas estrangeiros que residem legalmente em Portugal¹¹ e que possuem “a sua acreditação como jornalista correspondente e a documentação periódica da sua actividade principal como tal para um ou vários órgãos com sede no estrangeiro.”¹². Formam uma comunidade porque se associam, formaram aquilo que Hannerz considera recorrente na realidade dos correspondentes estrangeiros a nível mundial. Consideramos também que os correspondentes estrangeiros em Portugal formam uma comunidade interpretativa, uma vez que, como é definido por Hymes, é “ (...) um grupo unido pelas suas interpretações compartilhadas da realidade.” (in Zelizer, 2000: 38). Barbie Zelizer aprofunda esta ideia: “os jornalistas estão unidos, enquanto comunidade interpretativa, pelas interpretações colectivas de determinados acontecimentos-chave. O discurso compartilhado que produzem é assim um indicador de como se vêem a si próprios como jornalistas. ” (Zelizer, 2000: 39). A autora refere ainda que uma comunidade interpretativa não se pauta por elementos rígidos mas sim “ (...) por associações informais que se produzem em torno das interpretações compartilhadas. ” (Zelizer, 2000: 38). Esta comunidade interpretativa que os jornalistas formam revela-se por aquilo que defendem e não por elementos fixos. Formam uma comunidade interpretativa porque têm os mesmos, ou semelhantes, valores e defendem-nos. Hannerz afirma que os correspondentes formam uma comunidade, sem se referir a

¹¹ Estatutos da AIEP disponíveis em: http://www.aiep.eu/estatuto_frame.html

¹² *idem*

uma comunidade interpretativa, contudo as suas seguintes palavras deixam antever, na nossa perspectiva, uma comunidade interpretativa:

“No doubt there is a certain “consciousness of kind”, a sense of sharing particular types of experiences and values. In more relational terms, this is clearly not a population in which all the individuals involved are ever in face-to-face contact, or even known to one another. But there are frames of relative cohesion that, as they intersect with each other, may create an overall network of relationships.”(Hannerz, 2004: 155).

De acordo com Zelizer, “os jornalistas adquirem o seu estatuto devido ao trabalho que efectuam agindo «como profissionais» e exibindo certas características predefinidas de uma comunidade «profissional» ” (Zelizer, 2000: 34). Tal como qualquer jornalista, o correspondente internacional no seu trabalho pauta-se por normas profissionais que lhe conferem um estatuto profissional e que partilha com os seus pares. Ao referir-se a uma comunidade interpretativa Nelson Traquina apelida-a de «tribo» justificando-o com a seguinte explicação: “o termo «tribo» transmite também a ideia de que os membros desta comunidade são homens e mulheres de acção, marcados por uma atitude de anti-intelectualismo, que é um «*constrangimento cultural no mundo do jornalismo*»¹³.” [itálico no original] (Traquina, 2004:19). Os correspondentes internacionais são homens e mulheres de acção em busca da melhor «estória» para transmitir sobre Portugal. O seu objectivo de trabalho é transmitir a realidade nacional, mas aquilo que a nós nos interessa saber é quais os principais motivos de notícia que Portugal desperta.

Stephen Hess cita uma carta, escrita em Dezembro de 1992 pelo editor de internacional do jornal *The New York Times* para os seus correspondentes, onde demonstra aquilo que gostava de ver expresso nas notícias enviadas pelos seus correspondentes:

«Imagine you are being asked to write a letter home every week to describe a different aspect of life in the area you are assigned. We want to know what the aspirations of the people are, what kind of lives they lead, what kind of schools they attend and what they learn in school, what the role of religion is in their lives, how they socialize in the broadest terms, how men and women interact, what cultural tendencies should be noted, what are their movies like? Any prominent writers? How do they handle immigrants and emigrants? How do they act in the workplace? Are unions important? What medical care is available? How is a society ravage by such illness as AIDS coping? How are orphans handled? What is the role of the military? How important are sports and fashion? And who are preeminent people in

¹³ Esta citação de Nelson Traquina contém uma citação de Pierre Bourdieu, retirada do livro *Sobre a Televisão*, publicado em Portugal pela Celta Editora, em 1998, na página 58.

such societies? Whom would you like to read about the length? Above all, we want to hear their voices in your stories.» (in Hess, 1996: 102).

Esta descrição pode constituir exemplo daquilo que todos os editores esperam dos seus correspondentes. O país para o qual os correspondentes trabalham pode, ou não, ser o seu de origem, mas é distinto daquele de onde está a trabalhar. Cada país tem a sua própria cultura, os seus próprios valores, o que o distingue dos outros países. Quando um correspondente relata a realidade do país de onde está a trabalhar, tem de transmitir os sentimentos e as dúvidas presentes nesse mesmo país, para que os receptores da informação possam entender o que está a acontecer.

3.1 O que sabemos sobre os correspondentes estrangeiros em Portugal

Portugal, demográfica e politicamente pequeno, não tem o número de correspondentes que os países ditos decisores mundiais têm. Dada esta condição, pode ser natural que o número de correspondentes estrangeiros em Portugal não seja elevado. No entanto, o não elevado número destes profissionais não pode ser sinónimo de pouca relevância do seu trabalho. O desempenho destes profissionais é valioso para que o mundo conheça uma sua pequena parte. Não queremos aqui argumentar os efeitos que o trabalho destes profissionais tem para o país. Queremos apenas que se entenda o que são estes jornalistas, quantos são e qual foi a evolução desta comunidade em Portugal. Para isso recorreremos a investigações já efectuadas, como base para fazermos uma breve síntese.

O último estudo efectuado sobre estes profissionais demonstra a existência de vinte nacionalidades diferentes entre os correspondentes estrangeiros em Portugal, sendo que, os correspondentes oriundos de Espanha e, seguidamente do Brasil, os que mais representação têm no país (Rodrigues, 2008). No entanto, a situação em 1994 difere um pouco da apresentada em 2004¹⁴. Manuel Correia aponta que: “os cinco primeiros países em número de correspondentes são a Espanha (16), o Reino Unido (15), o Brasil (12), os Estados Unidos e a Alemanha (11).” (Correia, 1995: 58). Em

¹⁴ Os dados do estudo de Manuel Correia são referentes ao ano de 1994, sendo o artigo publicado no ano seguinte. O mesmo acontece com a investigação de Ana Luísa Rodrigues. A investigação decorreu no ano de 2004 e o livro publicado no ano de 2008.

1994 verificava-se, em Portugal, uma pequena predominância de correspondentes europeus em detrimento dos restantes continentes. Em 2004 registava-se um maior número de correspondentes espanhóis e brasileiros (dez e sete respectivamente), seguidos dos norte-americanos com cinco elementos. (Rodrigues, 2008) Os números revelam assim que as nacionalidades que atraem mais correspondentes vão alternando consoante a evolução dos tempos. Ana Luísa Rodrigues menciona que a origem dos correspondentes estrangeiros em Portugal “(...) é sensível a “vagas” de nacionalidades (...)” e acrescenta que “(...) pode afirmar-se com toda a pertinência que actualmente a “onda” é espanhola.” (Rodrigues, 2008: 100).

Portanto, a comunidade de correspondentes sofre, ao longo da sua evolução, oscilações tanto no número como na nacionalidade dos seus profissionais. Como já tivemos oportunidade de referir durante o Estado Novo o número de correspondentes em Portugal era muito baixo, não sendo possível precisar como exactidão o número dos mesmos, nem a sua nacionalidade. No entanto, e com a chegada da Revolução do 25 de Abril o número estimado de correspondentes ascendeu aos 300. No entanto, em 1994 o número destes profissionais já tinha decrescido para 126 correspondentes acreditados (Correia, 1995). Em 2009, estão acreditados pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, 76 correspondentes estrangeiros. Uma das elações que podem ser retiradas a partir destes números é que a atenção internacional esteve centrada em Portugal na época da Revolução dos Cravos, tendo depois vindo a decrescer sistematicamente. O decréscimo em cerca de 200 profissionais até aos dias de hoje tem, certamente, muitas razões implícitas que o explicam. Contudo, e ao investigarmos a rotina dos correspondentes estrangeiros em Portugal, percebemos que uma das razões que pode estar implícita na redução destes profissionais pode ser a conjugação de meios para que cada correspondente trabalha. Um correspondente que trabalhe para vários órgãos de comunicação diminui a necessidade, dos mesmos, enviarem outros profissionais para ocuparem o lugar. Para além deste facto, e já aqui o expressamos, Portugal pode inserir-se nos chamados “países periféricos” o que leva alguns meios de comunicação internacionais a efectuarem a cobertura do país a partir de Espanha. Não é estranho o caso de um meio de comunicação ter um correspondente para a Península Ibérica, que fica sediado em Espanha. Além destas duas hipóteses pudemos considerar mais duas: as novas tecnologias, que disponibilizam a informação à distância, podem diminuir a necessidade, por parte dos *media* internacionais, em terem correspondentes em “países

periféricos”, como é o caso de Portugal. E ainda, no seguimento desta última hipótese, o facto de o mundo possuir, cada vez mais, acontecimentos dispersos pelo mundo que reclamam a atenção mediática por parte dos mesmos, não justificando assim a permanência de um correspondente em Portugal.

A investigação de Ana Luísa Rodrigues demonstra que, em 2004, existia um maior número de correspondentes estrangeiros masculinos a trabalhar em Portugal, bem como um maior número de correspondentes com idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos (Rodrigues, 2008). A situação em 2004 em pouco se distancia da realidade transmitida pelo estudo realizado por Sandro Arruda, intitulado *Correspondentes Estrangeiros - Uma caracterização sociográfica e algumas representações sobre Portugal*, publicado em 1995. De acordo com este estudo, que inquiriu por questionário cerca de 50 profissionais, membros da AIEP, a amostra revela que a “(...) média de idades é de 43 anos, distribuída entre 60% de homens e 40% de mulheres (...)” (Arruda, 1995: 60). No que se refere aos órgãos de comunicação para que trabalham os correspondentes actuais, a investigadora aponta “(...) uma multiplicidade de situações, motivada pelo facto de grande parte ser *free-lancer* e, como tal, acumular funções para mais do que um tipo de órgão de comunicação.” (Rodrigues, 2008: 89) [itálico no original].

A autora desenvolveu o seu estudo com uma amostra de 44 inquiridos analisados, pelo que desse número resultou que 27 correspondentes mencionaram trabalhar para um órgão de comunicação, onde ficou expresso um “(...) domínio claro das agências e da imprensa.” (Rodrigues, 2008: 89). Os restantes 15 membros da amostra revelaram trabalhar para mais que um tipo de meio de comunicação, avançando ainda a investigadora que se encontra “(...) várias combinações possíveis, sendo mais frequente a conjugação entre Imprensa e Rádio (três correspondentes).” (Rodrigues, 2008: 89). O facto de, um número significativo de correspondentes trabalhar em regime de *free-lancer* é justificado pela investigadora como “(...) a forma encontrada pelos jornalistas para se sustentar e fazer face à pouca actualidade noticiosa que um país como Portugal gera.” (Rodrigues, 2008: 89). Esta situação é a mais comum entre os correspondentes internacionais em Portugal.

Pela recolha de dados, a investigadora apurou que a experiência profissional era um dado adquirido entre muitos dos profissionais. A maioria dos jornalistas inquiridos, revelou estar a trabalhar na profissão há mais de uma década (entre 11 e 20 anos)

(Rodrigues, 2008). Contudo, no que diz respeito a terem sido correspondentes em outros países, para além de Portugal “(...) existe um predomínio claro dos que nunca o foram em mais nenhum lugar (25) ou em apenas um.” (Rodrigues, 2008: 92). Os dados expostos por Arruda denotam uma ligeira diferença quanto à situação profissional dos correspondentes. De acordo com este investigador, era a seguinte a situação dos correspondentes, em meados dos anos 90 do século XX: “No que concerne aos órgãos de informação para onde trabalham, é de salientar que cerca de 60% dos inquiridos são correspondentes de órgãos de comunicação sediados em países europeus (dos quais, 33% têm sede em Espanha); 20% nos PALOP e 20% na América Latina. Possuem, ainda, uma sólida experiência profissional (cerca de 93% possui mais de oito anos de actividade), muitas vezes anteriores à sua presença entre nós (cerca de 53% esteve em serviço noutros países) (...)” (Arruda, 1995: 60).

A experiência profissional é uma matriz para os correspondentes internacionais em Portugal. Contudo, a situação de já terem trabalhado em outros países para além de Portugal é algo que tem vindo a decrescer com o passar dos anos. Se em 1995 mais de metade dos inquiridos já tinham trabalhado em outros países, em 2004 a situação que nos é revelada aponta para mais de metade dos inquiridos nunca terem trabalhado em outros países. Quanto à permanência dos profissionais no país, verifica-se que o escalão mais referenciado foi o dos seis aos dez anos de estada em Portugal (Rodrigues, 2008).

A importância do país a nível internacional também não foi esquecida, sendo que os correspondentes apontam significativamente, que “(...) Portugal é um país “Pouco Relevante” na organização geoestratégica mundial (...)” (Rodrigues, 2008: 98). A pouca importância de Portugal no cenário internacional não é exclusivamente visível no estudo efectuado por Ana Luísa Rodrigues. O artigo intitulado *Onze apontamentos acerca dos correspondentes estrangeiros em Portugal*, de Manuel Correia, também dá conta disso: “ Na larguíssima maioria dos casos, os correspondentes apontam Portugal como um sítio “desinteressante”, onde “não acontece nada” desde a Revolução do 25 de Abril. Logo, com um baixíssimo perfil noticioso.” (Correia, 1995: 54). Entre 1994 e 2004 a situação do país em termos políticos ou geo-estratégicos não se alterou, daí que nos pareça pertinente a conclusão apontada por Ana Luísa Rodrigues: “ (...) é corroborada a ideia de que não é a relevância ou o protagonismo de Portugal que traz para o nosso país correspondentes estrangeiros e aqui os faz permanecer.” (Rodrigues, 2008: 98).

No domínio da língua portuguesa, uma das questões levantadas pela autora, é possível notar que as facilidades se encontram na leitura e a principal dificuldade na escrita. A oralidade e a compreensão da língua são duas características linguísticas consideradas fáceis na avaliação realizada pelos correspondentes (Rodrigues, 2008).

Quanto aos temas abordados pelos correspondentes, eles não são consensuais. A autora refere que: “a esmagadora maioria assinalou vários temas mais frequentemente trabalhados e outros ainda afirmaram que versam todos os temas.” (Rodrigues, 2008: 95). Todavia, Ana Luísa Rodrigues acrescenta: “O item “Política” é o mais referido, contrariando aparentemente a ideia defendida por vários correspondentes de que a política portuguesa não interessa para a cobertura internacional.” (Rodrigues, 2008: 95). A autora concluiu também que, o segundo assunto mais referenciado pelos jornalistas estrangeiros é a economia. Outra área noticiosa que a investigadora destacou, e que se insere na secção de sociedade, são os “(...) temas relacionados com a imigração e as relações internacionais/bilaterais.” (Rodrigues, 2008: 95). É referida a importância deste factor por poder “(...) indicar a importância que as notícias sobre as relações entre os povos e as comunidades imigrantes pode alcançar para alguns correspondentes, sobretudo aqueles que pertençam a nacionalidades com alguma presença em Portugal.” (Rodrigues, 2008: 95).

No que se refere às fontes de informação, os correspondentes admitem que o recurso aos jornais nacionais, à televisão e à Internet são as principais fontes seguidas da rádio e das agências de notícias. Admitem, contudo, muitas vezes ser “(...) necessário recorrer à fonte “original”, porque a informação dos órgãos portugueses não tem o enfoque que lhe convém ou revela-se insuficiente ou “pouco rigorosa”.” (Rodrigues, 2008: 97). Para além disto, os correspondentes também mencionam que o acesso a fontes oficiais é bastante difícil: “É muito frequente haver entre os correspondentes queixas relativamente à dificuldade que assessores, secretárias e outros intermediários põem no acesso à informação e às fontes. Uma “barreira” que muitos relacionam com a existência de uma cultura burocrática.” (Rodrigues, 2008: 148).

No que diz respeito às palavras ou ideias associadas a Portugal, a análise feita por Ana Luísa Rodrigues, apura que a categoria, definida pela autora como «Lazer e qualidade de vida» é a que colhe maior número de inquiridos - dezassete correspondentes (Rodrigues, 2008: 97). A autora especifica: “nesta categoria, incluímos

as referências ao “bom clima”, à “boa gastronomia”, à beleza natural, ao mar, à “tranquilidade”, ao futebol (...)” (Rodrigues, 2008: 97).

Contudo, nem todos os correspondentes mencionaram características positivas acerca do país. Dez dos inquiridos referiram a categoria «Inércia e ineficiência». A autora nota que: “foram vários os que, referindo-se à realidade do país ou a características do povo português, utilizaram expressões que apontam para esta ideia, onde se incluem alusões à “burocracia”, à “lentidão”, à “passividade”, “complacência” e “comodismo”.” (in Rodrigues, 2008: 98).

A investigação de Sandro Arruda, apesar de anterior, não se distancia muito nas ideias que os correspondentes estrangeiros associam ao país. O autor nota que: “as representações sobre Portugal e os portugueses, estão associadas em torno de um conjunto de «factores de ideias» que poderemos considerar tradicionais.” (Arruda, 1995: 63). Os aspectos tradicionais a que o autor se refere são os Descobrimentos, o cartaz turístico e a emigração (Arruda, 1995). No entanto, tal como na situação anterior, não foram esquecidas características menos positivas: “(...) Portugal e os portugueses não conseguem «escapar» a serem associados em torno de ideias como «3º mundo europeu», «pobreza», «periferia», «atraso», «provincianismo», etc., apesar do esforço que tem sido feito nos últimos anos para modificar. Por outro lado, somos também vistos como cordiais, fraternos, hospitaleiros e solidários, embora, paradoxalmente, nos seja também apontada o defeito de sermos individualistas.” (Arruda, 1995: 63). As ideias que os correspondentes associam ao país não se terão modificado muito, apesar dos estudos terem uma diferença temporal de cerca de dez anos.

3.2 O queremos saber sobre os correspondentes estrangeiros em Portugal

Partimos dos dados sociográficos acima referidos para podermos estudar a agenda dos correspondentes. É nosso intuito perceber quais as temáticas mais presentes nas notícias produzidas pelos correspondentes. Temos bem presente que Portugal não está no centro da agenda mediática internacional. Sabemos também, como é mencionado por Sandro Arruda que se trata de “(...) profissionais da informação que projectam uma determinada imagem de Portugal no exterior, o que os torna, conseqüentemente, grandemente responsáveis pela «construção da realidade social»

portuguesa que os outros irão reter.” (Arruda, 1995: 60). É certo que as notícias produzidas pelos correspondentes sobre Portugal moldam a imagem do país ao nível externo, mas o que queremos saber é aquilo que produzem e porque é que o produzem.

Para atingirmos o objectivo de descortinar os acontecimentos nacionais que preenchem a agenda dos correspondentes estrangeiros em Portugal, há que colocar um largo conjunto de questões. Cada correspondente é um caso diferente, a sua visão é única e a sua perspectiva formada a partir do trabalho que realiza. Sabemos que o número de correspondentes espanhóis e brasileiros é superior ao dos restantes países e, por essa razão, julgamos que é importante saber se os países e os órgãos para onde trabalham ditam o tipo de notícias que produzem. Por sermos conhecedores do perfil noticioso português, queremos entender como é que estes profissionais seleccionam as notícias que produzem. Se é mais habitual haver um pedido, por parte do meio de comunicação, para o correspondente produzir determinado conteúdo ou se predomina a iniciativa do correspondente que vive em Portugal e que conhece os contornos da sociedade portuguesa, funcionando autonomamente para a produção de notícias.

A situação profissional de free-lancer de muitos dos correspondentes estrangeiros em Portugal, é encarada como um reflexo da condição do país nos meios de comunicação internacionais, mas é importante saber, uma vez que muitos trabalham para mais que um órgão de comunicação, se conseguem sempre que as notícias que propõem sejam aceites pelos seus editores. Se não é esse o caso, então qual é a razão para não serem aceites? Ainda derivado desta condição, é importante saber se existe, ou não, uma relação nas notícias que produzem entre Portugal e o país do órgão receptor de informação. A existência de muitos correspondentes free-lancer pode, ou não, desencadear diferentes realidades perante este cenário consoante os vários órgãos para que trabalhem que podem, também eles, ser de diferentes nacionalidades. De acordo com os dados obtidos, muitos dos correspondentes já se encontram no país há pelo menos cinco anos, o que lhes permite serem conhecedores da realidade nacional. Por esta razão, torna-se pertinente saber se isso condiciona ou influencia as notícias que produzem. E se isso acontece, de que forma são condicionados ou influenciados?

A realidade portuguesa altera-se diariamente. Surgem vários acontecimentos que podem, ou não, ser alvo de grande atenção mediática. É importante saber a opinião daqueles que lidam com a realidade de outros países, para que possamos entender como são percebidos estes acontecimentos.

A ideia romântica do correspondente estrangeiro como sendo a elite do jornalismo já está ultrapassada. Mas, ainda assim, é importante saber como os correspondentes lidam diariamente com a realidade da Internet, que possibilita cada vez mais, o fácil acesso à informação. Se esta tecnologia é um aliado ou um oponente. Uma vez que, no mundo do jornalismo as fontes, são os principais aliados dos jornalistas é, também, vital entender como é que os jornalistas estrangeiros se relacionam com elas. Assim como, numa altura em que o mundo vive uma crise económica mundial, torna-se relevante saber este facto alterou em algum aspecto a realidade noticiosa nacional no cenário internacional.

A agenda dos correspondentes internacionais é feita de muitos aspectos e talvez muitas outras questões pudessem ser levantadas para melhor se entender os assuntos que figuram nas agendas destes profissionais. No entanto, é importante ressaltar que tentamos abordar todos os pontos que pensamos serem vitais para atingirmos o nosso objectivo. Como já referimos cada correspondente é uma visão diferente, uma agenda diferente. Mas tomando em consideração tudo aquilo que já expressámos, justifica-se pesquisar se que existem pontos comuns a todos, ou se há agendas específicas de subgrupos com determinados perfis o que nos permitirá concluir quais os assuntos mais referenciados pelos correspondentes. O que faz de Portugal notícia além fronteiras.

3.3 Metodologia

Para que nos fosse possível explorar os objectivos traçados anteriormente, propúnhamo-nos utilizar dois métodos. A escolha dos inquéritos por questionários e da entrevista, afiguravam-se apropriadas. Seriam técnicas complementares e dar-nos-iam uma perspectiva bastante ampla do universo em estudo.

Inquéritos

Para melhor compreender a agenda noticiosa dos correspondentes estrangeiros em Portugal era oportuna a realização de um inquérito. Se atendermos à definição de inquérito podemos verificar que: “realizar um inquérito é *interrogar* um determinado número de indivíduos tendo em vista uma *generalização*.” (Ghiglione e Matalon, 1992:1) [itálico no original]. Apesar de existirem mais correspondentes registados na

Comissão de Carteira Profissional, os membros da Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal foram a amostra escolhida para responder ao inquérito. A principal razão para esta escolha prende-se com o facto de ser muito difícil contactar todos os correspondentes estrangeiros em Portugal e, visto que a associação reúne um grande número dos mesmos, pareceu-nos oportuno realizar o inquérito a este grupo.

A impossibilidade de estar presente na rotina diária dos correspondentes, por vários factores, tornava a utilização do inquérito uma mais-valia para a investigação. As palavras de Ghiglione e Matalon denotam que esta prática é comum em casos como este: “(1) o recurso ao inquérito é necessário de cada vez que temos necessidade de informação sobre uma grande variedade de comportamentos de um mesmo indivíduo, comportamentos cuja observação directa, mesmo que possível, levaria demasiado tempo, ou seria completamente impossível (...)” (Ghiglione e Matalon, 1992: 13). Os inquéritos por questionário seriam, assim, uma vantagem, uma vez que nos permitiriam apurar a informação que procurávamos, ou seja, quais são os assuntos que são mais noticiados sobre Portugal. Para além deste facto, a realização dos inquéritos é bastante fácil e simples. Como é mencionado por Ghiglione e Matalon “o inquérito pode ser realizado em praticamente qualquer lugar, não são necessários aparelhos complicados (...)” (Ghiglione e Matalon, 1992: 14), acrescentam ainda estes autores que: “daqui resulta o facto do inquérito ser praticamente o único método que podemos, se necessário, aplicar em grande escala, escolhendo os indivíduos.” (Ghiglione e Matalon, 1992:14 e 15).

A nossa intenção ao utilizarmos o inquérito seria obter dados de todos os correspondentes filiados na AIEP, cerca de 60. Na elaboração e no envio do inquérito por questionário sabíamos, de antemão, que seria difícil obter, um universo completo de respostas ao inquérito. Ainda assim, tentámos várias vezes obter a colaboração, mas a taxa de resposta acabou por ser muito baixa. Este facto impossibilitou que fossem extraídas conclusões válidas a partir do inquérito.

Entre o pré-teste e os inquéritos finais devolvidos, acabámos por ter acesso apenas a questionários preenchidos de cerca de 15% dos jornalistas membros da AIEP. Os dados recolhidos através desta técnica acabaram por não ser completamente desperdiçados, pois optámos por encará-los como informação exploratória para desenvolver uma técnica alternativa de pesquisa empírica.

A recolha dos dados que tentava-mos obter relacionava-se directamente com a prática jornalística. Procuráva-mos saber, entre outras coisas, como desenvolviam diariamente o seu trabalho, como procuravam as temáticas a abordar nas suas notícias, como era formada a sua agenda, quais eram os conhecimentos que tinham da língua, do país e da cultura portuguesa.

Para a elaboração do inquérito cruzamos informações e referências. O já referido livro *Aos Olhos do Mundo – Portugal e os Portugueses retratados por correspondentes estrangeiros*, de Ana Luísa Rodrigues, foi uma valiosa ajuda, uma vez que nos permitiu tomar conhecimento sobre a realidade dos correspondentes em Portugal. Por outro lado, o livro *International News and Foreign Correspondents*, de Stephen Hess, permitiu-nos saber um pouco mais da realidade dos correspondentes estrangeiros. A investigação levada a cabo por Hess focou várias características profissionais dos correspondentes estrangeiros, como o tipo de notícias que produzem, a quantidade e para que órgãos de comunicação trabalham. Esta perspectiva um pouco diferente da anterior autora, permitiu-nos ter uma visão mais ampla das questões que iriam constar no inquérito.

Este inquérito continha questões abertas e fechadas. Ainda que soubéssemos que “(...) as respostas fechadas apresentam a dupla vantagem de diminuir o trabalho envolvido na codificação, permitindo uma maior economia de recursos e uma maior rapidez no tratamento de dados (...)” (Moreira, 2004: 24), a opção do inquérito ter perguntas abertas e fechadas prende-se com o facto de apurar com mais clareza algumas respostas que permitiriam conhecer melhor a realidade que estamos a estudar. Uma vez que, e como admite o autor, os inquéritos fechados têm uma desvantagem que “situa-se na rigidez do processo, que normalmente não admite outras respostas senão as que foram previstas à partida pelo investigador, e que poderão, afinal, não ser as mais adequadas para o que se pretende.” (Moreira, 2004: 24). A existência de inquéritos mistos é uma realidade nas investigações das ciências sociais como é referido por Ghiglione e Matalon: “na prática, é frequente recorrer a métodos mistos como, (...) um questionário alternando questões abertas e fechadas.” (Ghiglione e Matalon, 1992: 64). As vantagens e desvantagens da realização de um inquérito misto eram do nosso conhecimento, mas com o intuito de apurar com clareza o nosso objecto de estudo, foi tomada a decisão de realizar este tipo de inquérito para que as respostas dos correspondentes não fossem condicionadas por algum aspecto que não fosse anteriormente previsto.

Para estudar a comunidade de correspondentes estrangeiros, procurámos realizar o inquérito através da Internet. O inquérito foi enviado, por e-mail, à presidente da AIEP, que o enviou aos restantes membros da associação, à excepção dos cinco elementos que já tinham realizado o pré-teste. O inquérito foi devolvido apenas por um pequeno número de correspondentes, insuficiente para constituir uma amostra. Por esta mesma razão optámos por não analisar formalmente os resultados. As respostas ficaram, por isso, reduzidas a funcionar como base para o principal procedimento que utilizámos para a investigação: a entrevista.

Mesmo sem análise formal, vale a pena salientar um aspecto que nos saltou à vista através dos inquéritos. A maior parte destes profissionais a trabalhar em Portugal trabalham como freelancers para vários meios de comunicação. Essa condição é, ou não, entrave na produção noticiosa de cada correspondente? Obriga-o, ou não, a uma maior versatilidade que já é comum o correspondente ter?

Entrevistas

Ao definir-mos a metodologia a seguir, tínhamos previsto a utilização de dois métodos para a elaboração da tese. O primeiro seria inquirir os correspondentes através de um inquérito por questionário. O segundo, que desempenharia uma função complementar ao inquérito, seria a entrevista a alguns correspondentes estrangeiros em Portugal. Mas e devido às razões já apontadas, a utilização do inquérito tornou-se inviável, tendo a entrevista assumido uma função preponderante. Esta técnica transformou-se assim em técnica principal da tese, tendo o seu teor sido aprofundado e o número de correspondentes a entrevistar sido revisto e aumentado, relativamente àquilo que tinha sido previsto anteriormente. O perfil dos correspondentes a entrevistar também sofreu pequenas alterações no sentido obter as informações essenciais para a elaboração da tese. Citando Ghiglione e Matalon, «a primeira, que podemos considerar como a própria definição de entrevista, foi formulada desde 1924 por Bingham e Moore: “ A entrevista é uma conversa com um objectivo.”» (in Ghiglione e Matalon, 1992: 64).

A utilização da entrevista como meio de apurar informações ainda não obtidas, neste caso, através do inquérito, não é um dado novo. A entrevista é mesmo descrita “(...) como o único meio de recolha de dados em certas investigações, a entrevista é também muitas vezes associada a outras técnicas de inquérito. ” (Albarello, 1997: 84).

Acrescentando ainda o autor que “a elaboração de um questionário é frequentemente precedida de uma fase de entrevista junto de testemunhas privilegiadas ou da própria população inquirida.” (Albarelo, 1997:84). No entanto, as circunstâncias propiciaram a que este trabalho tenha utilizado o método inverso. Os dados recolhidos através das respostas obtidas pelo pré-teste ao inquérito, bem como as respostas ao questionário definitivo, foram utilizados como técnica de recolha de dados exploratórios e de preparação para o método principal, a entrevista.

Sem conclusões obtidas através do inquérito, a nossa missão tornou-se em conduzir uma entrevista semi-directiva, em que “(...) o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista. ” (Ghiglione e Matalon, 1992: 64). Assim, partimos para a entrevista com um guião previamente elaborado, que nos permitiu abordar os mesmos assuntos com todos os correspondentes, ainda que a ordem não tenha sido idêntica com todos. Houve questões que, à medida que a entrevista ia acontecendo, se tornaram pertinentes antecipar ou retardar.

Para a elaboração do guião da entrevista utilizámos informações possibilitadas através da investigação de outros autores, mas, como já referimos, os dados obtidos pelos poucos inquéritos recebidos forneceram informações que foram oportunas para a elaboração da entrevista. Estes permitiram-nos estabelecer alguns pontos que deveriam constar na entrevista, nomeadamente as questões relativas às fontes, as questões relativas à permanência e ao tempo de trabalho em Portugal, qual a importância nacional no panorama internacional, bem como quais os aspectos mais conhecidos do país a nível externo.

O nosso objectivo para esta tese é descortinar quais os assuntos que mais fazem de Portugal notícia no estrangeiro, por essa mesma razão as questões que foram colocadas aos correspondentes tinham, substancialmente relação com a sua rotina profissional. Algumas das questões levantadas pela entrevista foram: Há quanto tempo trabalham em Portugal? Porque é que trabalham em Portugal? Quais são os critérios utilizados para seleccionar as notícias que escrevem? Como é a rotina de um correspondente estrangeiro em Portugal? Quais são os assuntos mais procurados sobre Portugal? E qual a relação como as fontes, tanto com as fontes oficiais como com as fontes não-oficiais?

Ao observarmos os membros da AIEP e pelos dados já obtidos, verificamos que existem duas nacionalidades que surgem mais recorrentemente: a espanhola e a brasileira. Após termos constatado este facto, optamos por dividir os correspondentes em três grupos consoante a sua nacionalidade: um grupo de correspondentes espanhóis, um grupo de correspondentes brasileiros e, por fim, um grupo de correspondentes daquilo que chamamos países centrais. Estes grupos são compostos por três ou quatro elementos cada. E procuramos em cada um deles incluir profissionais que trabalhem para agências de notícias, bem como profissionais a trabalharem para outros órgãos de comunicação. Na maioria dos casos as entrevistas foram presenciais. No entanto, e por motivos de volume de trabalho dos profissionais, houve três casos em que as entrevistas ocorreram telefonicamente. Três elementos dos quatro que constituem o grupo de correspondentes espanhóis concederam, pois, as suas entrevistas por telefone.

Quando partimos para a realização das entrevistas, partimos com a noção das condições do país. Já tínhamos observado a história que envolve os correspondentes estrangeiros em Portugal, e a partir daí já tínhamos uma breve noção daquilo que poderíamos esperar dos relatos dos correspondentes. Ao inserimos os correspondentes em três grupos não pretendemos de forma alguma denegrir ou desvalorizar o trabalho dos restantes correspondentes, apenas tomamos essa opção por nos parecer importante entender o porquê da maior incidência dessas nacionalidades. A razão para termos criado um grupo de correspondentes espanhóis e outros de correspondentes brasileiros prende-se com o facto destes profissionais serem os mais representativos dentro da comunidade em estudo. Isto é, o número de correspondentes espanhóis e brasileiros é superior ao dos outros países. Uma das razões para este facto é a proximidade e cultural existente entre Portugal e os dois países, para além da proximidade geográfica entre Portugal e Espanha, que proporciona a noticiabilidade portuguesa naquele país. No caso do grupo dos correspondentes dos países centrais, acreditamos que se torna importante apurar qual interesse noticioso, para estes, em Portugal. Não poderá ser esquecido que, e como já referimos, Portugal já teve a atenção mediática destes países. Se por um lado, existe um grupo que pode explicar a sua estada no país pelas fortes ligações existentes, por outro lado, é importante apurar qual é o interesse daqueles que não possuem fortes ligações nem culturais nem geográficas. Procuramos, através daquilo que nos diriam sobre o que escrevem sobre Portugal, entender o porquê da sua maior presença em

Portugal e procuramos saber se Portugal é, ou não, um país com alguma importância no país para o qual trabalham.

Neste capítulo procuramos expor aquilo que nos propusemos a investigar. Para isso, considerámos importante reflectir as principais características sociográficas que envolvem os correspondentes estrangeiros em Portugal. Tomámos essa opção por acreditarmos ser necessário dar a conhecer aquilo que já tinha sido revelado por outros autores. Não se trata de fazer uma apreciação dos seus trabalhos, apenas referimos os dados por eles recolhidos para que seja mais fácil a compreensão. Ao revelarmos o baixo perfil noticioso português, bem com as características da comunidade de correspondentes em Portugal estamos a explicar algumas das decisões tomadas no decorrer deste trabalho.

Capítulo 4 – Análise das entrevistas

Ao realizarmos as entrevistas a correspondentes estrangeiros em Portugal tínhamos como objectivo desmitificar a realidade destes profissionais no país. Não procuramos que as entrevistas fossem rígidas, seguindo uma estrutura formal que teria de ser igual para todos os entrevistados. Pelo contrário. Procuramos que fosse uma entrevista semi-directiva, ou seja, uma conversa na qual os entrevistados seriam sujeitos as mesmas questões, não tendo no entanto, uma ordem rigorosa para o fazer. O nosso objectivo era que a conversa fluísse, introduzindo as questões à medida que os temas fossem surgindo. Com o decorrer e com o rumo das conversas, verificamos que, as características do trabalho dos correspondentes mudavam de caso para caso. Perante estas circunstâncias, não era de todo oportuno colocar todas as questões previamente elaboradas para o efeito. Na sequência disto, existiram questões que não estavam previamente pensadas, mas que o rumo da entrevista tornou pertinentes.

As temáticas abordadas com os correspondentes já foram atrás mencionadas, no entanto, é oportuno clarificar que, apesar de nos termos socorrido de dados de outros autores, existiram questões que voltaram a ser colocadas. Tínhamos por objectivo averiguar se houve alguma alteração nos dados, uma vez que a investigação mais recente data de 2004. Por outro lado, queríamos também compreender melhor a realidade destes correspondentes estrangeiros que se disponibilizaram a responder às questões colocadas, revelando assim o seu quotidiano profissional e todas as certezas e dúvidas inerentes ao seu trabalho.

Para a elaboração da tese foram entrevistados dez correspondentes estrangeiros em Portugal: quatro de nacionalidade espanhola; três de nacionalidade brasileira e, finalmente, três de várias nacionalidades, que formam o grupo que denominamos de países centrais.

Na análise que se segue, não procuramos analisar quantitativamente nenhum dado que nos tenha sido referido pelos entrevistados. Procuramos sim, apresentar o que apuramos para que possamos extrair, a partir daí, as nossas conclusões. Apesar de apresentarmos alguns dados numéricos, esta investigação não incide sobre números, mas sim, em testemunhos reais que nos forneceram as conclusões para a temática que nos propomos a estudar.

4.1 Tempo de permanência em Portugal, motivos da sua presença no país e a correspondência em outros países

No desenrolar das entrevistas verificamos que o tempo de permanência dos correspondentes variava bastante. Se por um lado, temos correspondentes que se encontram no país há cerca de um ano (como temos um caso), por outro lado, temos mais que um caso de correspondentes que se encontram no país há mais de duas décadas. Todavia, existe um factor importante que deve ser notado. Quando questionados acerca das razões para estarem a desempenhar a sua profissão em Portugal, ou seja, se a fundamentação para virem exercer a sua profissão cá prendia-se mais com aspectos profissionais ou pessoais, grande parte deles afirmaram terem vindo para Portugal por opção pessoal. Sabemos que dentro do foro das razões pessoais inerentes a uma mudança do local de trabalho pode haver vários aspectos a considerar. No entanto, parece-nos claro que qualquer que seja a razão, ela não está ligada directamente à capacidade de produção noticiosa do país para o estrangeiro. No caso dos correspondentes que se encontram no país há mais tempo, pudemos verificar que houve situações em que estes se reajustaram para continuarem no país. Este reajustamento surge, muitas vezes, na mudança do órgão de comunicação para que trabalham tendo, por vezes, mudado para órgãos que poderiam ser vistos como concorrentes daqueles para que anteriormente trabalhavam. Esta mudança pode ser vista como a alternativa para que, assim, possam continuar no país.

Quando questionamos os nossos entrevistados sobre se já tinham trabalhado como correspondentes em outros países, verificamos que não existe uma grande diferença, em termos numéricos, entre aqueles que foram correspondentes estrangeiros em outros países e aqueles que apenas desenvolvem a actividade de correspondente estrangeiro a partir de Portugal. Consideramos que, dos dez correspondentes entrevistados, seis nunca trabalharam como correspondentes estrangeiros e que, quatro trabalharam como correspondentes estrangeiros em outros países. Ao analisarmos as entrevistas realizadas, deparámo-nos com um caso particular. Um dos entrevistados refere que não considerava que tivesse sido correspondente em outros países apesar de, já ter efectuado trabalhos de correspondência enquanto se encontrava nesses mesmos países. Neste sentido, parece-nos oportuno recapitular a distinção efectuada no primeiro capítulo entre: correspondente estrangeiro, correspondente de guerra e enviado especial.

Recorde-mos que um enviado especial é um: “jornalista enviado para um determinado local, com o objectivo de fazer a cobertura noticiosa de um acontecimento específico.” (Leão, 2000: 89), assim sendo, pensamos ser mais indicado classificar este correspondente estrangeiro, de nacionalidade brasileira, como tendo efectuado o trabalho de um enviado especial e não de correspondente estrangeiro em outros países. Pelo que conseguimos apurar, as razões que levaram este correspondente a executar trabalhos jornalísticos para alguns meios de comunicação enquanto se encontrava fora do seu país natal, prendia-se com questões financeiras. Ao que tudo indica, o correspondente não se deslocava para países estrangeiros com o objectivo de trabalhar como correspondente, mas sim com o propósito de conhecer novos países, não sendo este o propósito de um correspondente estrangeiro. Parece-nos mais apropriado classificar as suas anteriores tarefas como a missão de um enviado especial, apesar de não termos encontrado nenhuma prova que nos permita afirmar que as suas deslocações a países estrangeiros se prendiam com pedidos por parte de um meio de comunicação de forma a reportar algum facto. Assim sendo, e pelas razões já apontadas este profissional integra o grupo dos seis elementos que nunca foram correspondentes em outros países.

O contraste entre os correspondentes que já desempenharam a tarefa de correspondentes em outros países e aqueles que nunca o fizeram é real. No entanto, o facto que nos parece importante notar é que as motivações para estarem em Portugal se prendiam com razões pessoais. O que nos revela que os correspondentes estrangeiros dão mais importância às questões pessoais do que às questões profissionais. Ou seja, através do estudo de Warren Breed, “Controlo social na redacção. Uma análise funcional” percebemos que, muitos dos repórteres encaram o seu trabalho como “(...) um «trampolim para um trabalho mais lucrativo(...)” (Breed in Traquina, 199:158), o que nos poderá indicar que os correspondentes estrangeiros entrevistados têm falta de ambição. As razões que nos levam a afirmá-lo prende-se com o facto de, para além de muitos dos jornalistas entrevistados trabalharem a partir de Portugal por razões pessoais, apuramos também que mais de metade dos mesmos nunca desempenhou o trabalho de correspondente estrangeiro a partir de outro país, para além de Portugal. A situação dos correspondentes estrangeiros não nos permite dizer que se trata de um grupo de jornalistas que, depois de anos de correspondência em países decisores mundiais, anseiam por uma atmosfera mais calma que os conduzirá a uma reforma da sua actividade. Mas sim que os correspondentes, por motivações pessoais, optaram por

noticiar os acontecimentos de um país que não se constitui como decisor mundial. Afinal, apenas temos um caso de um correspondente que está no país há cerca de um ano.

4.2 O perfil noticioso português

Ao questionar-mos os entrevistados acerca do perfil noticioso português ao nível internacional obtivemos, em praticamente todos os casos, uma mesma resposta. O perfil noticioso português é baixo. Este facto não é novo, uma vez que ao termos mencionado o que outros investigadores tinham apurado, já o tínhamos referido. No entanto, aquilo que nos parece curioso é a justificação apontada este facto ser similar em todos os grupos. Todavia, os argumentos de cada grupo contêm especificidades, por essa razão, e para que seja possível entender os diferentes aspectos que os vários grupos apontam para a mesma justificação vamos analisar este facto através dos grupos previamente estabelecidos.

O grupo de correspondentes brasileiros é aquele que deixa antever ainda um certo interesse em Portugal, apesar de assumirem que ao nível de actualidade Portugal tem um perfil noticioso baixo. O aspecto que suscita interesse é o mundo lusófono. A cultura comum entre Portugal e o mundo lusófono permite que estes correspondentes tenham mais acontecimentos que lhes permite produzirem mais notícias sobre Portugal, contudo, um dos correspondentes referiu que o interesse não estava nos factos da actualidade, mas sim com assuntos que estão relacionados com o passado comum. É importante notar que neste grupo, os correspondentes trabalham para mais que um órgão de comunicação e nem todos os meios para que trabalham se encontram no Brasil. Apesar do argumento da cultura comum estar presente em todos os membros deste grupo, verificamos que um dos correspondentes foi peremptório ao referir que Portugal é pouco importante no panorama noticioso internacional, tendo apenas depois falado sobre a proximidade de Portugal e Brasil proporcionada pela partilha de valores culturais comuns. De acordo com este correspondente, Portugal não tem muita importância a nível económico-financeiro, da inovação tecnológica e da cultura. Este correspondente nota que “(...) há pouca coisa de Portugal que seja realmente notícia.”. Pensamos ser importante referir o caso deste correspondente em particular, uma vez que

foi o único que em primeiro lugar referiu directamente o perfil noticioso e, de seguida, as características pelas quais Portugal não é relevante no cenário noticioso internacional e, apenas depois disso, mencionou o elo de ligação entre os dois países. Apesar de este correspondente não ser o único a trabalhar para um grande meio de comunicação brasileiro, acreditamos que a sua posição advém do trabalho que habitualmente produz para um dos maiores meios de comunicação do Brasil. Ao contrário do correspondente mencionado anteriormente, que não preza tanto os factos da actualidade, este correspondente encontra na actualidade a matéria-prima do seu trabalho, estando assim encontrada a explicação para a afirmação clara deste correspondente.

Os correspondentes espanhóis consideram que, Portugal “(...) não é um país de primeira divisão para nossos chefes.”, como refere a correspondente espanhola, Begoña Iñiguez. A gíria futebolista utilizada por esta correspondente vai de encontro à opinião dos restantes correspondentes espanhóis. Na verdade, existem notícias sobre Portugal nos meios de comunicação espanhóis, no entanto, a frequência das mesmas não se pode dizer que é diária, como é demonstrado pelo que a correspondente Monica Ferro afirma: “(...) não é um país que reclame, nem que se produza muita informação de interesse internacional à diário. Terá acontecimentos pontuais, mas à diário é complicado (...)” Um dos factos curiosos com que nos deparamos na análise das entrevistas realizadas, foi o que a correspondente espanhola, Belén Rodrigo, afirma: “ (...) Portugal não é um dos países que marca a actualidade internacional nos jornais, pelos menos nos jornais espanhóis. Há um grande esforço dos correspondentes que estamos cá de tentar transmitir o que acontece, mas a verdade é que há países, que respeita sobretudo aos Estados Unidos e depois também na Europa manda mais a França, a Alemanha, a Itália e portanto, eu penso que fica fora do grande núcleo de actualidade.”. A correspondente salienta que não é por falta de empenho dos correspondentes espanhóis em Portugal que não surgem mais notícias sobre Portugal nos meios de comunicação espanhóis, mas sim pelo facto de o país não pertencer ao leque de países denominados de países decisores mundiais, ou optando por utilizar a terminologia de Galtung e Ruge um país central. Este facto remete-nos para aquilo que concluímos anteriormente, que a maioria dos correspondentes está em Portugal por opção pessoal. O que pode significar que os correspondentes estrangeiros em Portugal têm um gosto pessoal pelo país o que se pode fazer notar através do esforço que fazem para dar a conhecer a realidade portuguesa.

A perspectiva dos correspondentes dos chamados países centrais vai de encontro à perspectiva dos restantes correspondentes. Para estes profissionais, o baixo perfil noticioso português, deve-se à pouca dimensão internacional do país, que é por sinal também baixa. Um dos correspondentes nota que nem sempre houve pouco interesse em Portugal. O jornalista recorda que na época da entrada de Portugal para a actual União Europeia existia muita procura de informação sobre Portugal. Um outro ponto notado pela jornalista Marie-Line Darcy, correspondente francesa, é que apesar do seu pouco significado noticioso internacional, Portugal “(...) é um país que passa a ser interessante em termos de logística, porque pode sempre usar o Portugal para como exemplo de originalidade, o perspectivas diferentes, ou problematiques...mas não é sempre pela negativa, no meu entender.”

O baixo perfil noticioso português a nível internacional encontra a sua justificação na diminuta importância na cena internacional. É importante referir que por baixo perfil noticioso, queremos dizer que tem uma baixa noticiabilidade a nível externo, por isso, e através do que os nossos entrevistados mencionaram, as agendas mediáticas internacionais quando tratam de Portugal referem-se a temas menores, isto é, Portugal não sendo um decisor mundial é notícia por assuntos menores. Fundamentalmente, um pouco na sequência daquilo que a jornalista Marie-Line referiu: que Portugal é interessante como exemplo de medidas a tomar. A correspondente refere que no contexto da crise económica actual, Portugal não fomentou muitas medidas, mas que foi muito rápido, nomeadamente, a desenvolver um plano de apoio ao sector automóvel, salientando mesmo, que o país foi um dos primeiros países a fazê-lo. A jornalista dá também um exemplo de um trabalho que lhe foi solicitado envolvendo a reciclagem e o emprego. Apesar de não ter sido publicado, de artigo sobre a reciclagem desta jornalista ligava a reciclagem de óleos alimentares e postos de trabalho. Apesar de ser assunto original, o facto das empresas que efectuam este tipo de reciclagem serem pequenas e não geram muitos empregos esteve na causa da não publicação do artigo, de acordo com a jornalista. Mas estes são exemplos de assuntos que são desenvolvidos em Portugal e que podem ter interesse ao nível internacional. Mas este tipo de acontecimentos, não são acontecimentos diários, o que significa que não preenchem diariamente as agendas mediáticas mundiais com acontecimentos portugueses.

O baixo perfil noticioso nacional tem uma relação directa com a sua importância a nível internacional. Há momentos chave em que Portugal se constituiu como notícia,

mas na maioria das situações, quando é notícia, é por temas menores, ou seja, por acontecimentos esporádicos e que apenas reclamam atenção por parte de alguns países ou mesmo regiões.

4.3 Como surgem os temas sobre Portugal na imprensa internacional

Se estivéssemos à procura de uma resposta simplista à pergunta como é que as notícias sobre Portugal surgem nos meios de comunicação internacionais, ela seria porque os correspondentes estrangeiros desenvolvem o seu trabalho no sentido de colocar na imprensa internacional. Ainda que este facto seja verdadeiro e, possivelmente, a razão fundamental para a permanência de Portugal na imprensa mundial, pretendemos ir para além desta simples resposta.

Quando questionamos os correspondentes acerca de como é que surgiam os temas nacionais na imprensa internacional obtivemos, fundamentalmente, duas respostas diferentes: por um lado, percebemos que há correspondentes que não necessitam do aval dos editores para poder produzir e publicarem determinado conteúdo e, por outro, temos aqueles que precisam, justamente, do aval do editor para que possam ver os seus trabalhos publicados.

Ao investigarmos esta questão verificamos que, os correspondentes de agências noticiosas internacionais são os profissionais que não precisam do parecer dos seus editores para publicarem as notícias sobre Portugal. Temos que entender que a dinâmica destes meios de comunicação é diferente dos meios de comunicação, que informam directamente o público. Para uma explicação mais clara daquilo que pretendemos evidenciar, socorremo-nos da definição de agência de informação do dicionário de Ciências da Comunicação, que menciona que o objectivo das agências de informação “(...) é angariar e tratar informações para a sua posterior divulgação junto dos seus clientes, onde se encontram órgãos de comunicação social. (...) As agências de informação fornecem artigos, informações e imagens aos seus assinantes, para que estes utilizem esses elementos de acordo com as suas conveniências.” (Leão, 2000: 12), no entanto, é também referido por este dicionário que: “O conteúdo do produto informativo das agências obedece a uma tipologia própria. O estilo de linguagem das agências é mais sintético e «telegráfico» do que aquele que se encontra nos órgãos de comunicação social. O objectivo é tentar produzir mensagens com conteúdos que sejam

posteriormente tratados e formatados pelos jornalistas nas suas redacções.” (Leão, 2000: 12). Ao atendermos a esta definição conseguimos entender o porquê dos correspondentes não terem de consultar os seus editores para poderem publicar as suas notícias. Se nos restantes correspondentes, ou seja, naqueles que trabalham para os meios de comunicação que informam directamente o público, a decisão de publicar, ou não, uma notícia se prende, também, com o facto de ela ter ou não algum significado e importância para o país, ou região, à qual pertence o órgão de comunicação, no caso dos correspondentes de agência essa questão não se coloca da mesma forma.

A correspondente da Agência Europa Press salienta um aspecto curioso: “Mas ainda que para a agência sim [eu possa escrever sem propor] sempre tem que ter alguma justificação. Ou algum interesse próprio pela Espanha ou a Espanha tenha aqui um interesse ou que vá ir depois a Espanha. Ou tem de ser algo muito glorioso, diferente, original ...”. Ou seja, apesar de não ter de existir uma proposta e uma aprovação, as notícias que sejam vinculadas tem que ter uma relação com os possíveis ou reais interesses da Espanha. Se quiséssemos atribuir, através da tipologia de Galtung e Ruge, um valor-notícia que para que notícias sobre Portugal fossem publicadas nos *media* internacionais, seria a relevância. Neste caso o interesse espanhol pode advir da proximidade cultural, bem como da relevância em si do acontecimento para a Espanha. É uma situação que terá de ser determinada acontecimento a acontecimento. No entanto, verificamos que o correspondente da agência EFE tem um rol de interesses mais alargado, uma vez que os seus clientes são a Espanha e a América Latina. O que pretendemos demonstrar é que, apesar do trabalho das agências ser diferente dos outros meios, quanto mais assinantes uma agência possuir mais oportunidades existem de Portugal constar nas notícias internacionais. Se uma agência não estiver sujeita a apenas um público-alvo, os seus interesses serão maiores e maior será o leque de possibilidades de Portugal estar presente internacionalmente.

Quanto aos correspondentes de outros órgãos de comunicação, a existência de uma comunicação entre os jornalistas e os seus editores é regular. Neste grupo encontramos uma profissional que trabalha também para uma agência de notícias. No entanto, e apesar de no trabalho que desenvolve para a agência de informação não ter de propor a temática a um editor, para o trabalho que desenvolve para um jornal espanhol tem. Ou seja, no caso dos correspondentes que trabalham para meios que informam directamente o público, antes dos temas surgirem nos *media*, o correspondente tem de

propor produzir um tema e os seus editores têm de aceitar a proposta para que depois, esse mesmo conteúdo seja publicado. Para poderem indicar determinado tema os correspondentes têm de os procurar. Pelo que conseguimos apurar através das entrevistas realizadas, os correspondentes têm, na maior parte dos casos, uma agenda onde constam as acções institucionais mais importantes, onde poderão estar presentes importantes personalidades ou a discussão de temáticas que sejam oportunas para o seu meio de comunicação; por outro lado, analisam recorrentemente as informações veiculadas pelos *media* nacionais com o objectivo de encontrarem temáticas que possam ser pertinentes para os seus meios de comunicação, para que assim possam propor uma notícia. É frequente verificarmos que os correspondentes referem que por vezes propõe e, outras vezes, os editores pedem para que eles produzam determinado conteúdo. Os correspondentes mencionam que, quando os seus editores lhes propõem algum tema, geralmente é um tema global, ou seja, é um acontecimento que sucede, pelo menos, nos dois países e de certa forma o correspondente vai dar a forma como o país lidou, ou como pretende lidar com a questão como explica a correspondente espanhola, Belén Rodrigo: “Por exemplo, em Espanha, este ano está-se a falar muito do aborto, que vai mudar a lei e portanto, são eles que normalmente pedem para saber como é que está a situação da lei do aborto em Portugal.”

Um último aspecto que nos parece pertinente é o facto de os correspondentes referirem que sabem aquilo que interessa ao mundo sobre Portugal. Referem que este conhecimento advém da sua experiência profissional. Esta referência não surgiu apenas nos correspondentes de imprensa e de meios audiovisuais, foi também mencionada por os correspondentes de agência. A correspondente da rádio Cadena Cope, Begoña Iñiguez, admite mesmo saber quais são os mecanismos necessários para que uma notícia possa ser publicada: “É muito difícil, o que acontece é que tenho já uma série de mecanismos para “vender”. Quando uma pessoa já tem anos de experiência e já conhece a sua empresa, sabe perfeitamente que há uma série de temas que sempre interessa, sempre. E há outros temas que pode ser e sabe que há temas que é muito provável que não interessem nada. Então não podes estar sempre a incomodar, a insistir, mas sempre há temas, no meu caso há muitos temas menores.”

O facto de alguns jornalistas estrangeiros terem admitido que já sabem aquilo que será aceite, a nível internacional, sobre Portugal remete-nos para o conceito de comunidade interpretativa transnacional, que já referimos anteriormente. Ou seja,

mesmo que os correspondentes estrangeiros em Portugal não tenham isso presente no seu quotidiano, eles partilham os mesmos critérios e valores jornalísticos. Fundamentalmente, os correspondentes ao fazerem uso da sua experiência profissional para saberem aquilo que é aceite pelos *media* internacionais, bem como a sugestão da correspondente espanhola de que sabe como “vender” um tema sobre o país revela essa mesma partilha de valores e critérios profissionais que não estão limitados a um território geográfico. Dado os correspondentes que mencionaram o factor experiência como determinante para a produção dos seus conteúdos não terem a mesma nacionalidade, podemos concluir que estamos perante uma comunidade interpretativa transnacional, uma vez que estes profissionais compartilham os mesmos valores e critérios profissionais apesar da sua nacionalidade e do seu órgão de comunicação não serem os mesmos. É o facto de estes profissionais não terem a mesma formação ou trabalharem para o mesmo órgão de comunicação que nos permite referir que os correspondentes estrangeiros em Portugal formam uma comunidade interpretativa transnacional.

4.4 Realidade nacional, notícia internacional

Um acontecimento de origem nacional pode ser bastante relevante a nível nacional e não o ser a nível internacional. No entanto, pode ocorrer que um outro acontecimento nacional tenha muita relevância a nível internacional. Nem todos os acontecimentos nacionais são importantes para os outros países. De facto, isto não é de todo, um facto novo. No entanto, procuramos descortinar quais são os tipos de acontecimentos nacionais que têm uma maior repercussão no estrangeiro. Questionamos os nossos entrevistados sobre o que mais escreviam sobre Portugal e concluímos que a economia é o assunto que mais interesse desperta internacionalmente acerca de Portugal. Convém, no entanto, salientar que não foram todos os correspondentes entrevistados que referiram esta temática, mas um número significativo dos mesmos. Naturalmente, que os correspondentes não escrevem apenas sobre economia. Mais à frente daremos conta, através dos grupos já estabelecidos, o que mais interesse tem para os seus órgãos de comunicação.

Mas o facto de um número significativo de correspondentes terem mencionado que a economia é um dos temas sobre os quais mais escrevem, levou-nos a procurar

uma explicação para isso. Através das respostas obtidas pelas entrevistas verificamos que o facto de a economia ser global é a razão para que os correspondentes a tenham referido. Esta é uma conclusão é muito generalizada mas vamos explicar o que queremos dizer. Os correspondentes produzem, sobretudo, notícias que foquem actividades de empresas e mesmo bancos, que tenham investimentos em Portugal como podemos notar pelo que diz o correspondente Antonio Torres, da agência EFE: “(...) ao respeito de economia, é nomeadamente, fazemos seguimento especial aos bancos que têm capital espanhol, não é, por exemplo o BPI, a La Caixa tem uma percentagem, acho que trinta por cento de BPI é capital espanhol. A EDP também tem parte de capital espanhol, acho que até a EDP comprou...em Espanha então há um interesse óbvio, não é. E sei lá, a Endessa Portugal também está a desenvolver cá, também vai concorrer ao mercado de electricidade Portugal, também concorrer para o serviço doméstico pela primeira vez não é, então são empresas que são radicadas em Espanha mas que estão cá a desenvolver, então há um grande interesse em como se estão a dar aqui. Os padrões...também dependem disso, não é, qual é a relação que têm com Espanha e com Latina América, o nível de relação.”.

No fundo, este é o resultado da economia global. Por mais próximos ou distantes que os países estejam, é possível efectuar investimentos nesse país. Há um claro enfoque no valor-notícia da relevância. Ou seja, os correspondentes produzem notícias sobre economia porque são importantes, são relevantes para os países dos seus órgãos de comunicação. Afinal, as acções que as empresas, que tenham outros países como investidores, podem ter reflexo nesse mesmo país. Pelo facto das actividades económicas serem de carácter global, as tomadas de atitude de uma empresa no hemisfério Norte podem ter repercussão no investidor que esteja localizado no hemisfério Sul, ou em qualquer outra parte do planeta. Esta especificidade das relações económicas dá a possibilidade aos correspondentes estrangeiros terem, frequentemente, acontecimentos sobre os quais reportar. De uma forma simplista, a economia é uma actividade em constante movimento, ou seja, diariamente produz novos acontecimentos que podem, ou não, serem relevantes para os correspondentes estrangeiros em Portugal.

Uma das particularidades que encontra-mos acerca das notícias sobre economia foi-nos referida pela jornalista Monica Ferro. A correspondente explica que, quando está perante a situação de não encontrar um acontecimento relevante para noticiar para o seu jornal, procura uma empresa que tenha interesses catalães e propõe uma entrevista:

“Busco uma empresa com interesses catalães e proponho fazer uma entrevista lá. É a parte mais táctica porque para a política não dá, se não acontece não posso inventar, mas a economia e a cultura sempre te deixam esta margem de manobra de propor uma entrevista com alguém que pode ser de interesse.” Fundamentalmente, o que esta correspondente nos descreve vai de encontro àquilo que já explicitamos. A economia por ser global, atinge uma grande número de interessados, o que tem como resultado o facto dos correspondentes poderem-se socorrer dela, quando os acontecimentos de outra natureza não têm relevância a nível internacional.

Para que pudéssemos afirmar que tipo de temas seriam de mais interesse para os meios de comunicação internacionais, tentamos criar dois acontecimentos hipotéticos. Um seria um escândalo político que colocava em causa membros do governo e por outro lado, e derivado da crise financeira global sentida em Portugal tal como nos outros países, apontávamos a hipótese do governo nacionalizar toda a banca que opera em Portugal. Apesar de sabermos que são dois acontecimentos radicais e que poderiam levar a alguma relação com a realidade sentida no país, particularmente na época da realização das entrevistas, utilizamo-los pelo facto de serem realidades muito controversas. O nosso objectivo principal ao dar-mos estes dois exemplos era saber o que seria mais importante: se a política portuguesa, se a economia, que é um assunto, digamos, global e que tem interesse a nível internacional, fruto de estarmos inseridos numa economia de mercado mundial. A controvérsia dos exemplos foi, de certa forma, propositada, sabíamos de antemão que tínhamos que encontrar um exemplo que fosse relevante a nível mundial, pelo facto de termos incluído correspondentes de vários pontos do globo. Por isso, atendendo ao perfil de correspondentes escolhidos, pareceu-nos que este exemplo fosse oportuno, uma vez que e por uma questão de proximidade cultural e geográfica com dois grupos de jornalistas estrangeiros, seria importante descortinar se a política nacional tem repercussão a nível externo. Sabíamos que ao dar-mos o exemplo de um escândalo que envolvesse um membro do governo, poderia desencadear, nas respostas obtidas, as reacções mais radicais, como nos foi colocada a questão se esse escândalo poderia originar a queda do governo. Não pretendíamos ser tão radicais pois, se fosse esse o caso, acreditávamos que esse cenário seria notícia na Europa. A queda de um governo democrático é um acontecimento importante que habitualmente é noticiado pelos meios de comunicação internacionais.

Pudemos dizer que, dos entrevistados que responderam à questão, a maioria respondeu que, a primeira notícia que davam seria a da nacionalização da banca que opera em Portugal. As razões podem ser resumidas na resposta da jornalista Mónica Ferro, que acreditamos ser um resumo de todas as ideias que nos foram apresentadas: “Se tivesse que escolher qual enviar primeiro enviaria a da banca, porque a banca afecta a todos os países e a outra só afecta a Portugal. As duas são muito importantes, a da banca afecta a tudo e a outra só afecta Portugal, aunque tenha muito interesse para o resto mas, nós somos correspondentes, então a prioridade é sempre mais o que afecte o exterior que o interior.”

Se os temas económicos podem ser considerados como o ponto em comum entre a maioria dos jornalistas estrangeiros, todos os outros temas revelados revelam uma diversificada panóplia de temas e de ideias. Para que melhor se entenda as temáticas mais focadas por estes profissionais parece-nos oportuno dar voz aos grupos já anteriormente referidos.

4.4.1. Correspondentes espanhóis

No caso dos correspondentes espanhóis podemos observar uma diversidade de temas abordados. Partindo do princípio já estabelecido que a área de economia é uma das temáticas que fornece acontecimentos de forma mais recorrente para todos os correspondentes, deparamo-nos com o facto dos correspondentes espanhóis frisarem que tocam em todas as temáticas da sociedade desde a política ao desporto, passando pela cultura. No entanto, verificamos que os profissionais revelaram que a publicação deste tipo de notícias é condicionado pela época em que se encontram, como conta a correspondente Belén Rodrigo: “Há alturas, portanto, é normal que na altura que há eleições, há mais notícias sobre política, mas tirando os períodos de eleições ou de algum escândalo, alguma notícia assim importante, a política não é dos temas que mais trate. Portanto, acabo por escrever sobre economia, sociedade, cultura, desporto, temos também imobiliário... é muito diferente e há semanas que trato mais uns aspectos, outras semanas outros. E depois de oito anos não consigo dizer o que é que mais importante porque depende muito de muita coisa.”

As particularidades entre os correspondentes são poucas, mas ainda assim existem. A través do que o correspondente da agência EFE nos relatou, percebemos que de facto, a agência produz notícias sobre todas as temáticas, mas que entre os assinantes

desta agência existem dois temas que são mais procurados: as temáticas económicas e as temáticas desportivas, nomeadamente o futebol. No que se refere às temáticas económicas já entende-mos aquilo que é mais relatado pelos correspondentes, e consequentemente mais procurado. Mas, no campo do desporto e, em particular, do futebol apercebemo-nos, através do que o jornalista nos referiu que, o facto da liga portuguesa ter muitos profissionais de nacionalidade espanhola ou de nacionalidade latino-americana é a principal razão de interesse neste tipo de temática. O jornalista nota mesmo que, é pelo facto dos jogadores serem desta nacionalidade que os seus conterrâneos têm interesse no futebol português, porque querem saber qual é o desempenho dos mesmos na sua actividade profissional.

Por outro lado, a correspondente da rádio Cadena Cope (emissora católica espanhola, semelhante à portuguesa Rádio Renascença) salienta uma temática que não foi referida por mais nenhum correspondente. A jornalista Begoña Iñiguez refere que também produz temas transfronteiriços. A Cadena Cope tem a particularidade de ter dezassete delegações, uma por cada comunidade autónoma espanhola, o que se reflecte na produção noticiosa da correspondente, uma vez que tem mais possibilidade de produzir mais notícias. O facto desta emissora ter várias delegações que trabalham com alguma independência da delegação de Madrid, abre os horizontes desta profissional permitindo-lhe assim, abranger um maior número de assuntos que detêm interesse em determinada comunidade espanhola. Esta circunstância parece-nos de relevo, uma vez que é um tipo de temas que não pensávamos encontrar. As temáticas transfronteiriças revelam o interesse que determinadas comunidades espanholas, particularmente as que fazem fronteira com Portugal, têm no país. Apesar de considerarmos que são temas de uma amplitude menor, uma vez que não são temas que interesse a todo o território espanhol são, por outro lado, o reflexo daquilo que Portugal pode ser a nível externo. Um país com interesse apenas para algumas regiões, dado que os temas transfronteiriços nacionais interessam aos seus próprios vizinhos. Estas são pessoas que, muitas vezes partilham uma cultura idêntica e que, se habituaram a cruzar a fronteira consoante as suas necessidades, não fazendo distinção entre os países.

4.4.2. Correspondentes brasileiros

Os correspondentes brasileiros distanciam-se um pouco daquilo que é a realidade dos correspondentes espanhóis. É importante referir que entre o Brasil e

Portugal existe um passado comum, o que desenvolve algum interesse por parte deste público-alvo. Por um lado, Adriana Niemeyer, correspondente da Globo News, nas suas notícias consegue noticiar todos os temas porque, afirma, no âmbito da lusofonia todos os temas são relevantes: “Geralmente política, economia logicamente, cultura muito também. Comigo acho que são todos os temas que...até com os protocolos que existe dentro da lusofonia acho que a maioria dos temas interessa. Não tenho mais um ou outro...”. Por outro lado, Jair Rattner, correspondente d’O Estado de São Paulo, nota que a escolha daquilo que escreve está sujeita às circunstâncias do dia-a-dia, no entanto, nota também que, assuntos que envolvam a comunidade brasileira em Portugal são um ponto essencial daquilo que produz: “Depende, depende muito. Quer dizer eu, muitas coisas de brasileiros no exterior, economia eu faço, há também algumas coisas na área de editoria de sociedade, geral coisas que podem ser usadas assim como exemplos para nós por exemplo, mas isso é em menor quantidade.”. A questão de abordar temas que serviam de exemplo são úteis na medida em que ajudam a desconstruir uma imagem menos positiva de Portugal no Brasil, criada com a emigração portuguesa para aquele país no início do século passado. Esta questão é também apontada por Eduardo Guennes, correspondente brasileiro, que revela mesmo que as notícias de Portugal são encaradas no Brasil em tom de piada: “Depois tem o seguinte: há um, já faz parte da cultura brasileira, uma perspectiva de muito português, das notícias vindas de Portugal terem meio piada, serem meio piada, tipo anedota.”

A aposta portuguesa nas energias renováveis, é um dos exemplos da inovação portuguesa e um auxílio na desconstrução de uma imagem de Portugal menos positiva: “Por exemplo, na área do ambiente, Portugal está promovendo algumas coisas novas, as energias renováveis, o facto das pessoas estarem produzindo energia e vendendo para a rede, são coisas que no Brasil são novidade. Coisas assim.”. De acordo com o relato de Eduardo Guennes, este trabalho dos correspondentes em desconstruir a imagem pré-concebida de Portugal no Brasil tem vindo a surtir efeito. O jornalista nota que “Cada vez menos o português, não é português da anedota. Hoje o da anedota é mais o brasileiro aqui em Portugal não é, também o português deixou de ir para lá, o Brasil é que tá vindo para cá.”.

A jornalista Adriana Niemeyer nota que as relações entre os dois países têm vindo alterar-se. Não podemos afirmar que isto se deve, pelo menos exclusivamente, ao trabalho dos jornalistas estrangeiros, contudo, e se recordar-mos as palavras de Galtung

e Ruge anteriormente referidas, podemos considerar que o papel dos órgãos de comunicação e dos correspondentes estrangeiros em Portugal, têm certamente alguma relevância neste facto.

O caso de Eduardo Guennes é um pouco diferente dos anteriores. A realidade que este correspondente transmite não prima pelo factual. Este correspondente trabalha no âmbito do jornalismo literário. Esta é uma área que desenvolve o seu trabalho sobre temas que não são tão visíveis no quotidiano, debruça-se sobre temáticas que podem ser surpreendentes, uma vez que vai abordar questões presentes na sociedade, mas que vulgarmente não preenche as páginas dos meios de comunicação social. O relato deste correspondente permite-nos depreender que não é apenas a actualidade nacional que pode ser noticiada no estrangeiro, há outros assuntos nacionais que também são notícia lá fora: “Não tem. Mas para a imprensa brasileira, para o Brasil, tem um interesse imenso. Há uma cultura comum não é?! Então Portugal continua a ter muito interesse para a imprensa brasileira mas não pelos factos, quer dizer, não é uma coisa factual, não é o que está acontecendo. Qualquer jornal tem quatro, cinco, seis, trabalha com quatro, cinco, seis agências então se é demitido um ministro ou, quer dizer, não tem interesse nenhum, a não ser que o mais comente, o mais imediato ou o free-lancer tenha coisas muito especiais sobre aquele acontecimento. Mas Portugal tem, por exemplo o azulejo, que é uma coisa bastante portuguesa, que interessa a todos os brasileiros, porque o azulejo também é uma coisa brasileira, faz parte da cultura brasileira. Os portugueses levaram para lá, não é?!”

Os correspondentes brasileiros distanciam-se assim, daquilo que podemos entender a partir dos relatos dos correspondentes espanhóis. A língua e a cultura comum fortaleceu os laços económicos, o que por sua vez, desenvolveu o interesse brasileiro em Portugal, prova disso é a correspondente da Globo News nos ter divulgado que: “(...) duas TV’s brasileiras abriram escritório, esse mês [de Abril], aqui que não tinham. Que é a Globo e a Record. Tinha a Record...internacional, mas não tinha um correspondente de notícias, tinha um escritório para os interesses de outras coisas. E a Globo tinha eu que mandava de vez em quando uma matéria, mas eu agora sou da Globo News...então quando tinha uma coisa muito importante ou eles mandavam um repórter de Londres ou de Paris ou fazia eu esporadicamente. Agora não, eles têm um correspondente, abriram um escritório aqui da Globo em Portugal. Então isso quer dizer...isso demonstra para onde está virado o interesse...”

A cooperação entre os dois países não desenvolveu apenas laços económicos, desenvolveu também, a curiosidade deste povo pelo nosso país, estando em marcha a desconstrução uma imagem nacional já ultrapassada pelo tempo.

4.4.3. Correspondentes dos países centrais

Quanto ao que é veiculado pelos correspondentes dos países centrais podemos considerar como um resumo dos dois anteriores casos. Os correspondentes deste grupo indicaram que escrevem sobre todas temáticas, o que não pode ser visto, exactamente, como surpreendente uma vez que, dois dos membros deste grupo trabalham para agências de informação. E como já referimos anteriormente o público-alvo das agências de notícias, em primeiro lugar, são os outros meios de comunicação. Por isso se, por um lado, temos o correspondente da Associated Press, que revela que produz mais temas que se constituam como decisões executivas, que possam alterar a direcção do país em determinado sector da sociedade. Por outro, temos o correspondente da Ansa que nos remete também para temas que não sejam a actualidade imediata. Este jornalista admite tratar de acontecimentos que preencham a actualidade imediata, bem como, outro tipo de acontecimentos que são da actualidade, que estão em discussão no país mas que, podem ser questões que não produzam efeitos visíveis de imediato, como é o caso da imigração, um exemplo dado pelo próprio.

Este correspondente relata também que produz muitos temas acerca da África portuguesa, pelo facto de em Portugal ser mais fácil aceder a informações sobre os acontecimentos nesses países. Este último facto apontado, vai de encontro ao que já anteriormente referimos. Nos anos de 1990, muitos dos acontecimentos ocorridos em países africanos de língua portuguesa eram noticiados a partir de Portugal, porque as informações chegavam com mais facilidade aos jornalistas em Portugal do que, muitas vezes, aos correspondentes que se encontravam em outros países africanos, mais próximos.

A partir deste facto podemos concluir que, tal como se verificou nos anos de 1990, Portugal continua a ser um bom ponto de partida para relatar a realidade africana, pelo menos a realidade africana que fala português.

Um outro ponto que acreditamos ser importante salientar é o facto da única correspondente deste grupo que não trabalha para uma agência de informação referir que trata de todas as temáticas porque não se pode especializar em nenhuma área. As

palavras desta correspondente deixam-nos antever que a especialização dos correspondentes em um sector, seria como que, um luxo. E porquê? Porque seria recusar trabalho. Tal como esta correspondente, a maioria dos correspondentes em Portugal trabalha em regime de free-lancer, o que significa que, se os correspondentes se especializarem em apenas uma área estão a restringir o seu leque de oportunidades de verem os seus trabalhos publicados, o que em último caso, tem como resultado uma diminuição no seu rendimento mensal. Como já podemos verificar, o país não pertence ao leque de países centrais, pelo que não gera actualidade de interesse internacional que permita que os correspondentes estrangeiros em Portugal sejam especialistas numa área.

4.5 As notícias mais produzidas sobre Portugal

Quando questionamos os correspondentes internacionais acerca de quais as notícias que mais tinham escrito, ou por outras palavras, qual foi o acontecimento do qual produziram mais notícias, muitas vezes por sugestão do editor, as respostas que obtivemos foram variadas. No caso dos correspondentes espanhóis pudemos verificar que, os acontecimentos do ano de 2007 foram bastante importantes para estes jornalistas. Por um lado, Portugal ocupou durante um semestre a presidência rotativa da União Europeia, desencadeando muitos dos acontecimentos relevantes para a Espanha e para a Europa. Por outro lado, o desaparecimento de Madeleine McCann também suscitou um forte interesse internacional. Um outro acontecimento muito importante para os correspondentes espanhóis foi a detenção, em Portugal, do El Solitário, o conhecido assaltante de bancos espanhol que estava há 12 anos a monte. E por último, e relativamente ao ano de 2009, a decisão do governo em aumentar a escolaridade obrigatória até ao 12º ano, foi também um dos temas apontados por uma das correspondentes.

Em contraponto com as temáticas apontadas pelos jornalistas espanhóis surgem os jornalistas brasileiros. Para os correspondentes brasileiros os acontecimentos que mais interesse proporcionaram e, que conseqüentemente, deu origem a que produzissem mais conteúdos foram a Cimeira Ibero-Americana dos ministros das finanças, assim como os casos que envolvem brasileiros radicados em Portugal. Foram-nos também referidas as comemorações dos 35 anos do 25 de Abril.

No que toca aos correspondentes dos países centrais verificamos que todos referiram o caso Maddie. O caso Casa Pia também foi referido, mas apenas por um dos correspondentes.

Não podemos deixar de notar que foram e são dois casos que suscitaram grande atenção mediática nacional, que ultrapassaram fronteiras nacionais e chegaram a outros países. Estes dois casos adquiriram proporções internacionais e arriscamo-nos a dizer que foram casos que abalaram a imagem de tranquilidade e de segurança que o país anteriormente ostentava no estrangeiro, talvez em grande parte por não verem muitas notícias ligada à criminalidade violenta.

Um outro facto que não poderíamos deixar de notar é que mais que um correspondente e de diferentes nacionalidades, referiram as celebrações do aniversário da Revolução dos Cravos, bem como a referência a personalidades ligadas a este acontecimento que trouxe a Portugal o maior número de correspondentes estrangeiros de sempre (tendo alguns nunca chegado a partir). De facto, e de acordo com o que apuramos através das entrevistas, as figuras ligadas àquela data histórica, ainda hoje são reconhecidas internacionalmente e motivo de notícia, como foi o caso de Mário Soares a propósito da sua candidatura nas últimas eleições presidenciais.

4.6 As fontes em Portugal

Para um jornalista, uma importante mais-valia são as suas fontes. Um jornalista que tenha acesso algumas fontes de informação pode conseguir informações, em alguns casos informações privilegiadas, que lhes permitam lançar para os seus órgãos de comunicação, novas notícias ou apurar novos dados de notícias que já foram veiculadas. As informações das fontes habitualmente atribuem veracidade e rigor à informação, uma vez que estas, por norma, são profundamente conhecedoras da matéria que está a ser tratada.

Tal como os restantes jornalistas, os correspondentes também necessitam de ter acesso a fontes. Por essa razão questionamos os entrevistados acerca da sua relação como as fontes portuguesas, tanto oficiais como com as não-oficiais (adoptamos esta designação por nos parecer a mais simples e a mais facilmente entendida por todos os correspondentes). Quanto às fontes oficiais, onde se incluem todos os organismos governamentais, verificamos que os correspondentes têm grandes dificuldades em

aceder a entidades públicas que lhes permitam esclarecer as suas dúvidas de forma a dar informações mais aprofundadas e rigorosas. Os correspondentes revelaram que o principal entrave no acesso à informação são os assessores de imprensa dos organismos públicos. Foi frequente, durante as entrevistas, ouvir os correspondentes dizerem que, quando solicitam uma simples informação a uma entidade oficial, a resposta que obtêm é que enviem um email, que depois a entidade responde. Esta foi uma das queixas frequentes dos correspondentes, que estão numa corrida contra o tempo, uma vez que se a notícia é para ser publicada no dia seguinte, não podem esperar muito tempo. Alguns correspondentes mencionam que depois de alguns anos em Portugal, já conseguem aceder com alguma facilidade a um contacto que lhes permite, por vezes, ligar directamente com um assessor de imprensa. Mas esta não é uma situação que ocorre com frequência, estando dependente do assunto que estão a tratar. Uma outra correspondente referiu que não tem exactamente muitas fontes, mas conhecimentos com quem entra em contacto para saber quem é a melhor pessoa para falar sobre determinado assunto. Acreditamos que se possa apelidar de intermediário aquilo a que esta correspondente se refere.

O correspondente da Ansa em Portugal menciona que “(...) a classe política portuguesa, desde o Partido Comunista até ao CDS, tem um problema de... ideológico é fechadíssima com honrosas excepções.” O jornalista acrescenta ainda que: “Não é uma reunião à porta fechada de um embaixador...com um embaixador de..., não são eles que dão a imagem de Portugal no mundo, somos nós.” Deixando assim, antever que as instituições nacionais não se apercebem que a imagem do país é transmitida pelos correspondentes estrangeiros e que, o não facilitarem em nada o seu trabalho pode conduzir a uma imagem menos positiva do próprio país. Este facto vai de encontro à ideia defendida por Galtung e Ruge que já foi anteriormente referida, em o papel diplomático de um país é importante, mas que é a perseverança dos *media* que os torna protagonistas na imprensa mundial. Porém, podemos observar um caso de um correspondente que referiu que, em geral, não teve nenhum problema com fontes oficiais, apenas menciona que os clubes de futebol nacionais são um pouco fechados no sentido em que não permitem que os jogadores falem à imprensa fora das conferências. O facto de este correspondente apenas ter esta queixa, relativamente às fontes oficiais, acreditamos se dever ao facto deste profissional se encontrar há cerca de um ano no país.

Quanto às fontes pessoais, as opiniões dividem-se. Por um lado, deparamo-nos com correspondentes que deixam antever que, se o relacionamento com as ditas fontes pessoais não é totalmente fácil, pelo menos não é tão difícil quanto o relacionamento com as fontes oficiais, nomeadamente, com os assessores de imprensa. Não é fácil descortinar, em certos casos o verdadeiro sentimento de alguns correspondentes relativamente a este aspecto. Nestas situações é notado que os correspondentes claramente defendem a necessidade de contacto com o considerado cidadão comum, que não está ligado a nenhuma instituição governamental, mas não conseguimos apurar se estes profissionais consideram fácil ou difícil o acesso a fontes não oficiais. No entanto, conseguimos apurar que as relações sociais que estabelecem, como alguns jornalistas referem, a participação em almoços de trabalho, o serem visíveis, as pessoas os conhecerem, é um ponto a seu favor. A partir disto conseguimos entender como é que alguns dos correspondentes, após alguns anos em Portugal conseguem ter fontes pessoais. Deparamo-nos também com casos de correspondentes que afirmam que é fácil aceder a este tipo de fontes, mencionado que foram escassas as vezes que tiveram algum tipo de problema com este tipo de fontes.

No que toca às fontes oficiais, a maioria dos jornalistas estrangeiros reconhece que existe, de facto, um problema em lidar com essas fontes. Mas no que se refere a fontes não oficiais temos as duas posições, uns defendem que é fácil tratar outros defendem que não é tão difícil como tratar com as fontes oficiais, mas que também é complicado. Acreditamos que esta situação não se prende com os grupos previamente estabelecidos. Prende-se sim com as situações pelas quais os correspondentes passaram, fruto do trabalho que desenvolveram. Assim sendo, esta questão não se prende nem com nacionalidades, nem propriamente com o meio de comunicação para que trabalham. Esta questão reflecte apenas com as experiências que o profissional teve e que poderão ser melhores ou piores, consoante os casos, estando um pouco dependente dos contactos que vão obtendo durante o seu percurso.

4.7 O Caso Maddie

Aquele que é classificado por Hernâni Carvalho e Luís Maia como “(...) um estranho e intrincado mistério.” (Carvalho, 2007: 14) não poderia passar despercebido quando se trata de falar sobre aquilo que é notícia sobre Portugal no estrangeiro.

A menina de nacionalidade inglesa desapareceu do Algarve há mais de dois anos. Contudo, o seu desaparecimento continua a alimentar as páginas dos jornais. Pelo menos é aquilo que ocorre na mente dos portugueses. Mas, se recuarmos no tempo, até Maio de 2007, uma coisa podemos afirmar com certeza: foi uma operação mediática em grande escala. E para podermos afirmá-lo, levamos em conta o que nos foi dito pelos correspondentes estrangeiros em Portugal.

No livro “Maddie 129”, de Hernâni Carvalho e Luís Maia, que os autores afirmam ser “(...) um trabalho jornalístico, de fácil leitura e sem quaisquer pretensões de carácter literário, académico, policial ou erudito.” (Carvalho, 2007:13) podemos ler que: “Na opinião de diversos estudiosos dos *media*, o caso Maddie reúne muitos dos ingredientes necessários para que o público tenha mantido o interesse elevado que vem revelado desde o início” (Carvalho, 2007: 14). Pois bem, se o público tem mantido o interesse, a comunicação social também o tem mantido. Não vamos aqui argumentar se o interesse do público se manteve porque a comunicação social o alimentou ou se este acontecimento se manteve devido ao interesse do público, mas queremos notar que, qualquer que tenha sido o motivo, os correspondentes tiveram algo a dizer acerca disto.

Em Portugal, pairou e talvez ainda paire o espectro da dúvida. Muito foi dito pelos meios de comunicação social e, até hoje, o público não tem garantias que tenha, de facto, acontecido muito do que era mencionado na comunicação social. A especulação ainda está presente neste caso. Tendo este facto em mente, acreditávamos ser oportuno questionar os correspondentes acerca deste caso, contudo, inicialmente não colocamos a questão directamente. Questionávamos os correspondentes acerca de acontecimentos recentes, com um ou dois anos, que os seus editores lhes tivessem pedido para escrever sobre o assunto mais que uma vez. Não queríamos ir directamente ao ponto, uma vez que as impressões que tínhamos podiam não estar correctas. No entanto, depois de já termos entrevistado mais que um correspondente verificamos que tínhamos de questionar directamente os restantes profissionais. Não entendíamos concretamente o porquê de muitos não adiantarem muito sobre o caso. Posteriormente, descobrimos a resposta para a nossa questão. Muitos dos correspondentes não gostaram de tratar deste caso. A polémica gerada em torno deste acontecimento, onde diariamente surgiam notícias nos *media* nacionais e britânicos que os correspondentes, muitas vezes, não conseguiam comprovar está na base deste desagrado. Os correspondentes referem que as fontes que constavam, muitas vezes, nas notícias eram anónimas, e pelo facto de

nem sempre conseguirem falar com as entidades policiais sobre o assunto (uma vez que a legislação portuguesa consagra o segredo de justiça, impedindo assim os agentes da autoridade de efectuarem comentários sobre este caso) gerou nos correspondentes o descontentamento acerca caso. Tivemos relatos em que uma jornalista refere que sentiu que os correspondentes estrangeiros foram desvalorizados. As proporções que este episódio gerou fomentou um desagrado por todos os jornalistas estrangeiros, como refere a correspondente Marie-Line Darcy, que nota que “(...) fomos colocados todos no mesmo cesto, que os jornalistas estrangeiros. ”. No entanto, esta jornalista menciona também que os grandes meios de comunicação internacionais, enviaram jornalistas “da casa” para cobrirem este acontecimento, apesar de alguns destes meios terem jornalistas em Portugal a trabalharem para os mesmos (em regime de free-lancer), o que revela que, por um lado, houve alguns correspondentes que puderam passar um pouco à margem deste acontecimento, efectuando por assim dizer, o trabalho de retaguarda. Ou seja, efectuando apenas notícias esporádicas sobre o caso, como refere o jornalista Mário Dijisin: “(...) há outra coisa que eu fiz, foram dois artigos analíticos sobre o efeito mediático (...)”, acabando por dar uma outra visão sobre o caso, após um episódio controverso envolvendo o correspondente da agência em Inglaterra.

Mas por outro lado, o desagrado quanto a este ao tratamento deste caso não é sentido por todos os correspondentes. A correspondente da Cadena Cope, Begoña Iñiguez, refere que gostou de ter reportado este caso. A jornalista refere que o seu apreço provém de, em Espanha, ter havido um forte interesse por este tema, apesar de a atenção por este caso não ter surgido de início, mas por se ter transformado numa ocasião para crescer a nível profissional. A correspondente revela que foi uma oportunidade para se colocar à prova, uma vez que interveio tanto em noticiários como em programas nacionais, tendo assim que aprofundar o seu trabalho.

Tal como este caso, que é controverso e divide opiniões, a opinião dos correspondentes estrangeiros também se divide. No entanto, e apesar de não termos apurado esta questão como todos os correspondentes entrevistados, parece-nos justo afirmar que foi um caso mediático que atraiu a atenção mundial e que os correspondentes estrangeiros tiveram um papel importante a desempenhar. Porque apesar de alguns órgãos de comunicação internacionais terem enviado outros jornalistas para cobrirem o acontecimento com o desenrolar do mesmo, os correspondentes estrangeiros também tiveram que desempenhar o seu trabalho e reportar esta realidade,

ainda que, uns mais que outros. Quando questionamos os correspondentes procurávamos saber se, efectivamente, este tinha sido um caso com grandes repercussões e qual era a visão dos correspondentes acerca do mesmo. De facto, foi um caso com repercussão internacional, mas que desagradou à maioria dos correspondentes pois, o seu trabalho esteve muitas vezes condicionado, por aquilo que não conseguiam apurar, mas que outros meios davam como certo.

4.8 Paralelismo e identificação

Na maioria, os correspondentes afirmavam que criavam, por vezes, um paralelo entre Portugal e o país, ou os países para que trabalham. Independentemente da sua nacionalidade, os jornalistas referem que criam um paralelismo quando é necessário explicar algum facto. Mas, o paralelismo, a comparação não são sempre utilizados. Os correspondentes das agências espanholas referem que não fazem, habitualmente, paralelismos, uma vez que, as notícias de agência são em bruto, ou seja, resumem-se aos factos.

No entanto, quando questionamos os nossos entrevistados se intencionalmente, ou não, davam uma perspectiva mais positiva, ou por outro lado, mais negativa sobre Portugal nas suas notícias, os correspondentes, na sua maioria, admitem que vão pelo menos além dos factos. Isto é, não se limitam a dar os factos, dão também uma análise do acontecimento ou das circunstâncias em que este se insere. A jornalista brasileira, Adriana Niemeyer defende que não dá uma opinião, dá sim uma visão e que é esta parte do seu trabalho que distingue as suas notícias das notícias de agência. Alguns dos jornalistas estrangeiros notaram também que as notícias são produzidas por seres humanos e, por conseguinte, podem não ser, por vezes, totalmente objectivas ainda que e, à semelhança de outros jornalistas, respeitem todos os valores e critérios jornalísticos.

O correspondente da Ansa nota ainda que a maioria dos correspondentes está em Portugal por opção pessoal e quando noticiam algum aspecto negativo sobre Portugal não estão a referir-se ao próprio país, mas ao governo. Este jornalista refere ainda que é habitual em Portugal ser confundido o país com o governo.

Por um lado, os correspondentes criam, em certas situações, um paralelismo para criarem uma identificação no seu público para que este entenda melhor a realidade noticiada. Por outro e na sequência do que acabamos de referir, a maioria dos

correspondentes dão uma visão do acontecimento não tão factual como as agências fazem, acabando por contextualizar e fornecer dados que podem ser curiosos e, não totalmente, muito relevantes para as notícias, mas que podem ser oportunos para cativar o público da notícia, ou para revelar as condições em que o acontecimento teve lugar, ajudando de certa forma a justificar o acontecimento que pode não ser muito positivo para a imagem do país.

Capítulo 5 - Conclusão

Quando nos propusemos a investigar qual era a agenda dos correspondentes estrangeiros fomos surpreendidos com o que íamos descobrindo, talvez porque tivéssemos ainda a visão daquela que é a figura mítica do correspondente estrangeiro. Mas, com o desenvolver da investigação o herói do mundo do jornalismo foi-se desconstruindo aos poucos.

Uma das nossas primeiras descobertas foi a viragem que o 25 de Abril proporcionou na vinda de correspondentes para Portugal. Rapidamente conseguimos perceber que esse marco histórico nacional chegou a todo mundo. Os relatos dos profissionais da época demonstram que foi um acontecimento marcante não apenas para a Europa, mas também para o resto do mundo. Portugal nunca tinha preenchido tantos jornais como naquela época. E este acontecimento não se desvaneceu no tempo. Pelo contrário. Nos dias de hoje, passados mais de 35 anos, os correspondentes ainda noticiam as comemorações nacionais que assinalam a data. Este foi, provavelmente senão o mais conhecido, um dos mais conhecidos acontecimentos portugueses além fronteiras. Outros foram importantes como foram as eleições presidenciais de 1958, mas não perduraram tanto no tempo nas páginas dos *media* internacionais.

Quando estudamos o trabalho de outros investigadores percebemos que essa época foi a que trouxe mais correspondentes a Portugal, tendo o número dos mesmos vindo a decrescer desde então. Com o decorrer da investigação pudemos verificar que há em Portugal correspondentes que chegaram nessa época e permanecem no país até hoje, constituindo-se como aquilo que Hannerz considerou como “long-timers”. Mas não apenas os que se enquadram neste conceito o referiram, outros correspondentes que, por sinal se encontram há menos tempo em Portugal, também admitiram dar, quando possível, uma visão, uma contextualização, uma análise do acontecimento para que o público possa ter uma visão mais clara de qual é a realidade, não estando limitado apenas aos factos, como acabam por ser as notícias de agência. O facto dos correspondentes terem alguma simpatia por Portugal, o que pode se reflectir na sua longa permanência e na sua opção pessoal em virem para o país, não significa que estes descurem as suas responsabilidades profissionais. Os correspondentes não fogem dos factos, reportam-nos, no entanto e, quando lhes é possível, dão uma visão para que a

notícia seja mais consistente e o público possa entender a realidade, não se tratando assim de alterar ou diminuir os factos. Trata-se de fornecer uma visão mais alargada que pode ajudar, ou não, o público a entender a realidade que lhe é reportada.

A economia por ser um tema global e permitir a criação de investimentos e parcerias entre diferentes países é a temática mais apontada pelos correspondentes como os assuntos que mais tratam. Ainda que nem todos os grupos que criamos previamente tenham respondido as mesmas temáticas, o que nos leva a crer que cada grupo é um grupo, ou seja, cada grupo consoante o país para que trabalha, tem de obedecer a determinados interesses que estão de alguma forma ligados a esse mesmo país. Percebemos também que a política não é um assunto que seja muito importante a nível externo. É considerado como um tema pouco interessante a nível externo porque envolve questões internas. Os correspondentes vêem-no como um assunto fechado. Talvez o desinteresse dos correspondentes estrangeiros na política nacional se deva, em parte, ao facto dos assessores de imprensa funcionarem como uma barreira à informação. A crítica frequente dos correspondentes estrangeiros aos assessores de imprensa sugere-nos que esta é uma das causas para que a política não conste nos *media* internacionais, com excepção de algumas ocasiões como é o caso de eleições nacionais para alguns grupos previamente estabelecidos.

Um outro aspecto que nos pareceu curioso foi o facto de termos encontrado vários correspondentes que referiram que os assuntos que mais interesse têm são aqueles que podem mudar o rumo dos acontecimentos e que, a experiência profissional é determinante na hora de saber se determinado acontecimento é importante na imprensa internacional. Pudemos notar que foi muitas vezes referidas as energias renováveis como exemplo de notícias que podem mudar rumos ou mesmo que podem ajudar a desconstruir uma imagem menos positiva de Portugal a nível externo. Afinal, o que estes jornalistas transmitem para o mundo é a imagem de Portugal. Um outro aspecto que também nos parece curioso é o facto de os jornalistas noticiarem também a actualidade mas não a actualidade imediata. Isto demonstra-nos que Portugal também tem relevância no panorama internacional pela proximidade cultural e geográfica com dois dos grupos estabelecidos. Este facto vai de encontro a algo que já referimos anteriormente que é o trabalho de um correspondente é ir mais além do que os outros repórteres.

Os caminhos que percorremos para encontrar uma resposta para aquilo que nos propusemos estudar foram complexos. Mas acreditamos ter conseguido senão encontrar uma resposta completa, pelo menos um início da resposta.

Bibliografia

AA.VV. (1974). O 25 de Abril na Imprensa Estrangeira, Coleção Novos Cadernos D. Quixote, nº20, Lisboa, Publicações D. Quixote.

AA.VV. (1975). Portugal na imprensa estrangeira – um ano depois, Coleção Novos Cadernos D. Quixote, nº30, Lisboa, Publicações D. Quixote.

AA.VV. (1999). Tempo de Guerra, Tempos de Paz – La información internacional, País Basco, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

AA.VV. (2002). Media, Jornalismo e Democracia, Lisboa, Edição Livros Horizonte.

ALBARELLO, Luc, DIGNEFFE, Françoise, HIERNAUX, Jean-Pierre, MAROY, Christian, RUQUOY, Danielle, SAINT-GEORGES, Pierre de (1997). Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais; Lisboa, Gradiva.

ARRUDA, Sandro (1995). “Correspondentes estrangeiros. Uma caracterização sociográfica e algumas representações sobre Portugal”, in Vértice, nº 67 (Julho/Agosto), pp 59-66.

AZEVEDO, Cândido de (1999). A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro; Lisboa, Editorial Caminho.

BORGA, Cesário (1982). Como o mundo redescobriu Portugal: O 25 de Abril na imprensa estrangeira, in Revista História, nº 42; Lisboa, Edição Publicações Projornal, Ld.^a, pp.30-39.

BOURDIEU, Pierre (2001). Sobre a Televisão, Oeiras, Celta Editora.

CABRERA, Ana (2006). “Os jornalistas no Marcelismo – dinâmicas sociais e reivindicativas” in Revista Media & Jornalismo, nº 9, pp 9-22.

CÁDIMA, Francisco Rui (1996). Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa, Lisboa, Editorial Presença.

CARVALHO, Hernâni, MAIA, Luís (2007). Maddie 129, Prime Books.

CASTRO, Luís (2007). Repórter de Guerra, Dafundo, Oficina do Livro.

COLOMBO, Furio (1997). Últimas notícias sobre el periodismo. Manual de periodismo internacional, Barcelona, Editorial Anagrama.

COLOMBO, Furio (1998). Conhecer o jornalismo hoje – Como se faz a informação, Lisboa, Editorial Presença.

CORREIA, Manuel (1995).”Onze apontamentos acerca dos correspondentes estrangeiros em Portugal” in Vértice, nº 67 (Julho/ Agosto), pp 53-58.

CORREIA, Fernando e Carla Baptista (2006). “Anos 60: um período de viragem no jornalismo português” in *Revista Media & Jornalismo*, nº 9, pp 23-39.

DELGADO, Ivo, PACHECO, Carlos, FARIA, Telmo (1998). Humberto Delgado – as eleições de 58, Vega

FURST, Alan (2007). *O Correspondente*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

GALTUNG, Johan, RUGE, Mari Holmboe (1965). A estrutura do noticiário estrangeiros – A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros; in *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, org. Traquina, Nelson, Lisboa, Edições Veja, 1999, pp. 61-73.

GANS, Herbert J. (2003). *Democracy and the news*, New York, Oxford University Press.

GHIGLIONE, Rodolphe, MATALON, Benjamin (1992). *O Inquérito: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.

GOMES, Joaquim Cardoso (2006). Álvaro Salvação Barreto: oficial e censor do salazarismo, in *Revista Media & Jornalismo*, nº9, pp. 55-88.

GUERRA, Isabel Carvalho (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentido e formas de uso*, Estoril, Príncípia Editora

HANNERZ, Ulf (2004). *Foreign News – exploring the world of foreign correspondents*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.

HESS, Stephen (1996). *International News & Foreign Correspondents*, Washington, The Brookings Institution.

LEÃO, Isabel Vaz Ponce de, REI, José Esteves, SILVA, Maria Manuela Maia da, PINTO, Ricardo Jorge, SZYMANIAK, Włodzimierz Jozef (coord.) (2000), *Dicionário de Ciências da Comunicação*, Porto Editora.

LESSARD-HÉRBERT, Michelle, GOYETTE, Gabriel, BOUTIN, Gérald (2005), *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget.

McQUAIL, Denis (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

MAXWELL, Kenneth (1999). *A construção da democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.

MESQUITA, Mário e José Rebelo (org) (1994). *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, Porto, Edições Afrontamento.

- MESQUITA, Mário (2000). “As profissões dos *media* na era da comunicação transnacional” in Revista de Comunicação e Linguagens, Lisboa, nº27, pp 63- 77, Fevereiro de 2000.
- MESQUITA, Mário (2003). O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea, Coimbra, Edições Minerva.
- MOREIRA, João Manuel (2004). Questionários: Teoria e Prática, Coimbra, Livraria Almedina.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (1988). O acontecimento, in Revista de Comunicação e Linguagens, nº 8 (Dezembro), Lisboa, Edição do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, pp. 9-15.
- RODRIGUES, Ana Luísa (2008). Aos Olhos do Mundo. Portugal e os portugueses retratados por correspondentes estrangeiros; Lisboa, Edição Livros Horizonte.
- SANTOS, José Rodrigues dos (2005). A Verdade da Guerra, Lisboa, Gradiva.
- SANTOS, José Rodrigues dos (2004). Em directo da guerra – O impacto da Guerra do Golfo no discurso jornalístico, in Revista Media & Jornalismo, nº3, pp. 23-28.
- SCHUDSON, Michael (1988). “What is a Reporter?” in The Power of News, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, London, England, pp, 94- 110.
- SERRANO, Estrela (2002). As Presidências Abertas de Mário Soares – as estratégias e o aparelho de comunicação do Presidente da República; Coimbra, Edições Minerva.
- SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (orgs.) (2005). Metodologia em Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento.
- TRAQUINA, Nelson (1988). “Segundo o Olhar das Agências Mundiais: Portugal 1975”, in Revista de Comunicação e Linguagens, nº 8 (Dezembro), Lisboa, Edição do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, pp. 115-134.
- TRAQUINA, Nelson (org) (1999). Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”, Lisboa, Veja.
- TRAQUINA, Nelson (2002). O que é Jornalismo, Lisboa, Quimera Editores.
- TRAQUINA, Nelson (2004). A Tribo Jornalística – Uma Comunidade Transnacional, Lisboa, Editorial Notícias.
- VAISSE, Maurice (1996), As Relações Internacionais desde 1945; Lisboa, Edições 70.
- WELLS, H.G. (2002). Uma Breve História do Mundo; Lisboa, Edições Século XXI.
- WOLF, Mauro (1992). Teorias da Comunicação, Lisboa, Editorial Presença.

ZELIZER, Barbie (2000). “Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa” in Revista Comunicação e Linguagens, Lisboa, nº27, pp 33-61, Fevereiro de 2000.

ZELIZER, Barbie (2004). Taking journalism seriously: news and the academy, Thousand Oaks, London, New Delhi.

Outras Fontes Bibliográficas:

- Diário de Notícias de 22 de Abril de 2008
http://dn.sapo.pt/2008/04/22/media/associacao_imprensa_estrangeira_30_a.html
; visto em 9 de Fevereiro de 2009
- Estatutos da AIEP disponíveis em: http://www.aiep.eu/estatuto_frame.html

Anexos

Inquéritos

Este inquérito destina-se exclusivamente à recolha de dados para a elaboração da tese subordinada ao tema Correspondentes Estrangeiros em Portugal. Qualquer informação divulgada pelo preenchimento deste inquérito é absolutamente confidencial, não tendo qualquer outra utilização que não seja aferir o perfil noticioso divulgado por estes profissionais.

1. Nome _____
2. Nacionalidade _____
3. Idade _____
4. Género: Masculino
Feminino
5. Há quantos anos trabalha como jornalista? _____
6. Qual é a principal motivação para se tornar correspondente em Portugal?
familiar
pessoal
sugestão do órgão para o qual trabalha
7.
 - a. Trabalha como: Freelancer
Correspondente fixo de um órgão de comunicação
 - b. Para qual ou quais órgãos de comunicação é que trabalha?

 - c. Qual é o meio (Imprensa, Rádio ou TV)?

8. Há quantos anos vive em Portugal?
- 1 a 5 anos
- 5 a 10 anos
- 10 a 15 anos
- 15 a 20 anos
- 20 a 25 anos
- 25 a 30 anos
- Mais de 30 anos

9. Há quantos anos trabalha em Portugal como correspondente?
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 15 anos
- 16 a 20 anos
- 21 a 25 anos
- 26 a 30 anos
- Mais de 30 anos

10. Qual era o nível de conhecimentos que tinha sobre o país antes de vir para Portugal trabalhar?
- Nulo
- Baixo
- Razoável

Elevado

11.

a. Qual era o seu nível de conhecimentos da língua portuguesa antes de vir trabalhar para Portugal? Nulo

Baixo

Razoável

Elevado

b. Como caracteriza o seu actual nível de conhecimentos da língua portuguesa? Nulo

Baixo

Razoável

Elevado

12. Em quantos países trabalhou anteriormente como correspondente?

13.

a. Em média, quantas notícias produz por mês? 1 a 5 notícias

6 a 10 notícias

11 a 15 notícias

16 a 20 notícias

21 a 25 notícias

26 a 30 notícias

Mais de 30 notícias

b. Em média, quantas notícias suas, sobre Portugal são publicadas mensalmente?

1 a 5 notícias

6 a 10 notícias

11 a 15 notícias

16 a 20 notícias

21 a 25 notícias

26 a 30 notícias

Mais de 30 notícias

14.

a. Quais são os temas mais abordados nas notícias?

b. Porquê?

c. De que forma consegue convencer os editores dos órgãos para os quais trabalha a publicar notícias sobre Portugal?

d. Quais as áreas?

Economia

Sociedade

Cultura

Ciência

- e. Na maioria dos casos, as notícias que são produzidas sobre Portugal são:
(assinale por ordem de importância de 1 a 3 sendo o 1 o mais baixo e o 3 o mais elevado)

pedidas pelo órgão de comunicação para o qual trabalha
sugeridas por si
elaboradas por sua livre iniciativa

- f. Quando escolhe uma notícia, qual é o critério de selecção que segue?
(assinale por ordem de importância 1 a 5 sendo o 1 o mais baixo e o 5 o mais elevado)

Acontecimentos com pessoas em geral
Acontecimentos com pessoas de elite
Acontecimentos negativos
Acontecimentos imprevistos
Acontecimentos na continuidade de notícias anteriores

- g. No que respeita à produção noticiosa, qual é a importância atribuída a Portugal pelos editores? Baixo

Razoável

Elevado

15. As notícias sobre Portugal têm aceitação nos órgãos de comunicação do país para o qual trabalha? Pouca

Razoável

Muita

16.

- a. É frequente estabelecer um paralelismo entre a realidade do país para o qual trabalha e Portugal? Sim

Não

b. Porquê?

17.

a. Quais são fontes mais utilizadas? (ordene de 1 a 5, sendo o 1 o mais baixo e o 5 o mais elevado)

Pessoais

Oficiais

Documentais

Comunicação social portuguesa

Internet

Outra Qual? _____

b. Qual o nível de dificuldade de acesso às fontes? Baixo

Razoável

Elevado

18. Em média, qual é o tamanho/ dimensão das notícias/artigos que habitualmente produz (em caracteres para a Imprensa e Web e tempo para Rádio e TV)?

19.

a. As novas tecnologias da informação diminuem a necessidade da correspondência estrangeira em países em que o fluxo noticioso não é regular, como é o caso de Portugal? Sim

Não

b. Porquê?

20.

a. Qual é a personalidade portuguesa melhor conhecida no país para que trabalha?

b. Quais são os aspectos mais conhecidos sobre Portugal no país para o qual trabalha?

Nota: Os inquéritos foram enviados a todos os correspondentes, mas dado que não obtivemos um número significativo de respostas não poderíamos avançar com resultados sobre o inquérito.

Guião da Entrevista

1. Nome?
2. Nacionalidade?
3. Órgão ou órgãos para que presentemente trabalha?
4. Há quantos anos trabalha em Portugal?
5. Porquê é que é correspondente em Portugal?
6. Já tinha trabalho em outro ou outros países antes de vir para Portugal? Qual ou Quais?
7. Como é caracteriza Portugal no que diz respeito ao seu perfil noticioso internacional?
8. Quais são os temas sobre Portugal que estão mais presentes nas suas notícias? Porquê?
9. Como é que selecciona os temas sobre os quais vai produzir notícias?
10. Se, imagine-mos, existisse um escândalo no país que colocasse em causa membros do governo e, também, um caso utópico, o governo se decidisse a nacionalizar todos os bancos presentes em Portugal, qual seria a sua prioridade?
11. Lembra-se de algum episódio recente que tenha suscitado muita curiosidade por parte do órgão para o qual trabalha e que lhe tenham pedido que produzisse várias notícias sobre ele? Qual?
12. Recorda-se de que tipo de fontes utilizou? Qual foi o ângulo que deu à história ou seja, deu um tom mais sentimental, mais humano ou optou por utilizar um tom mais objectivo, mais frio?
13. Nas notícias que produz é frequente relacionar Portugal com o país para o qual escreve ou criar outra identificação entre os dois países? Porquê? Será que pode dar-me um exemplo?
14. Ainda que proponha várias temáticas nem todas são aceites pelos editores. Quais são os temas que mais frequentemente são aceites pelos editores do ou dos órgãos para que trabalha?
15. Quais são os temas que são mais frequentemente rejeitados pelos editores? Pode dar-me um ou dois exemplos? Porque é que acha que são rejeitados?
16. Acha que os correspondentes estrangeiros se limitam apenas a transmitir os factos ou também tendem a dar uma certa imagem de Portugal, mais positiva ou mais negativa?

17. Pode descrever-me um dia normal na vida de um correspondente?
18. Portugal, em termos genéricos, é um país com poucos acontecimentos inesperados. Partindo deste princípio, como é a rotina de um correspondente que tem de procurar assuntos para escrever sobre um país periférico?
19. Quando ocorre um acontecimento assinalável no panorama nacional tenta publicá-lo de imediato ou aguarda pelos desenvolvimentos de forma a poder escrever uma matéria mais alargada? Porquê? É possível dar-me um exemplo de uma situação destas?
20. O mundo dos correspondentes estrangeiros tem vindo a alterar-se, por várias razões, e conseqüentemente as notícias também têm sofrido alterações. De que forma é que tem sentido essas mudanças no seu percurso enquanto correspondente?
21. O mundo vive uma crise económica mundial e todas as empresas estão a ressentir-se inclusivamente as empresas de comunicação. Este fenómeno tem alterado de alguma maneira as notícias sobre Portugal?
22. É difícil para um correspondente em Portugal aceder a fontes não oficiais ou a de outros meios de comunicação nacionais?
23. Sem referir nomes é possível de indicar-me duas ou três das suas principais fontes pessoais, para que seja possível perceber como é que se tornaram fontes?
24. Como é que caracteriza o acesso às fontes oficiais?
25. Que tipo de acontecimentos é que desencadearia um grande interesse noticioso internacional sobre Portugal?
26. Para finalizar, se pudesse eleger um dos trabalhos que já realizou que melhor caracterizam a sociedade portuguesa qual seria?

Nota: As entrevistas encontram-se na íntegra nos cd's que acompanham esta tese.